



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA  
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**JORDANA TORRES COSTA**

**ESTUDO DOS EGRESSOS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO  
PROFISSIONALIZANTE DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NA  
MODALIDADE À DISTÂNCIA – PROFUNACIONARIO, NO ESTADO DO  
CEARÁ**

**FORTALEZA  
2017**

**JORDANA TORRES COSTA**

**ESTUDO DOS EGRESSOS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO  
PROFISSIONALIZANTE DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NA  
MODALIDADE À DISTÂNCIA – PROFUNCIÓNARIO, NO ESTADO DO  
CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr. Sueli Maria de Araújo Cavalcante

**FORTALEZA  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- C873e Costa, Jordana Torres.  
Estudo dos egressos do programa de formação profissionalizante dos funcionários da educação básica, na modalidade à distância – Profuncionario, no estado do Ceará / Jordana Torres Costa. – 2017.  
135 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2017.  
Orientação: Profa. Dra. Sueli Maria de Araújo Cavalcante.
1. Educação Profissionalizante. 2. Egressos. 3. Funcionários da Educação. 4. Profuncionario. I. Título.  
CDD 378
-

**JORDANA TORRES COSTA**

**ESTUDO DOS EGRESSOS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO  
PROFISSIONALIZANTE DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NA  
MODALIDADE À DISTÂNCIA – PROFUNCIÓNARIO, NO ESTADO DO  
CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Sueli Maria de Araújo Cavalcante (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Maxweel Veras Rodrigues  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Denise Maria Moreira Chagas Corrêa  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Antônio Clécio Fontelles Thomaz  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pelas inúmeras graças concedidas.

Aos meus pais, Dedé e Júlia, pela educação que me deram.

Aos meus irmãos, que torceram por mim, e às minhas sobrinhas, Julia e Giovanna, por alegrarem todos os meus dias, me tornando uma pessoa mais feliz.

Ao meu noivo, Paulo Henrique, que me encorajou a assumir o desafio de cursar o Mestrado. Muito obrigada pela compreensão e apoio, sempre me incentivando a seguir em frente e a superar os contratempos.

À minha orientadora, Prof. Dra. Sueli M<sup>a</sup> de Araújo Cavalcante, pela sua dedicação, compreensão, paciência, sabedoria e tantas outras qualidades! Agradeço as sugestões e as críticas, tenho uma enorme gratidão por tudo que fizeste.

Ao Prof. Dr. João Paulo Arcelino do Rêgo, Prof. Dr. Maxweel Veras Rodrigues, Prof. Dr. Antônio Clécio Fontelles Thomaz e a Prof. Dra. Denise Maria Moreira Chagas Corrêa, pelas pertinentes e enriquecedoras sugestões.

À secretária do POLEDUC, Fernanda Araújo, pela atenção dedicada durante todo o curso.

À minha madrinha, Lúcia, pelas orações, e aos demais membros da minha família, pela “torcida” e amizade.

Ao Prof. Ms. Lucas da Silva, Coordenador Geral do Profuncionário no IFCE, por permitir e incentivar a minha pesquisa.

À Jaqueline Coelho, coordenadora do curso de alimentação escolar e minha amiga, que colaborou com a disponibilização dos dados dos egressos.

Aos amigos da Coordenadoria de Licitação da UFC, que foram meus companheiros de trabalho na maior parte do mestrado, pelo auxílio concedido na conciliação do mestrado com as atividades profissionais.

Aos meus colegas do IFCE, pela compreensão das minhas ausências.

Aos amigos do POLEDUC, pelas experiências compartilhadas, em especial a Simone Nunes, Socorro Maia e Karina Gouveia.

Aos egressos do Profuncionário que participaram desta pesquisa, pela disponibilidade em responder o questionário aplicado. Que este trabalho possa, no futuro, contribuir na melhoria das políticas públicas voltadas aos profissionais não docentes da educação básica. Muito obrigada!

## RESUMO

Nas últimas décadas, um dos desafios na área da educação, diz respeito às demandas para a formação profissional dos funcionários da educação, englobando os docentes e os não-docentes. Foram décadas de lutas em busca de valorização e de reconhecimento profissional. Recentemente, o segmento de funcionários não docentes conquistaram junto ao Ministério da Educação a criação da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Na ocasião, foi criado o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – Profuncionário, com a oferta de quatro cursos técnicos profissionalizantes, a saber: Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Multimeios Didáticos. O objetivo geral desta pesquisa é avaliar, a partir da percepção dos egressos, a contribuição do programa Profuncionário para sua formação e atuação profissional, tendo em vista as propostas das diretrizes do referido programa. Ademais, foi realizado um estudo das diretrizes do programa e um breve relato sobre o profissional da educação básica pública, sobre o ensino técnico profissionalizante na modalidade a distância e sobre o programa Profuncionário. A metodologia utilizada contou com pesquisa empírica e descritiva. O estudo, por ser de levantamento, caracteriza-se como sendo do tipo *survey*, com abordagem quantitativa e qualitativa. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário composto de perguntas abertas e fechadas que foram analisadas tanto na perspectiva quantitativa quanto qualitativa. Em função do quantitativo de respondentes e das características de cada curso, definiu-se uma amostra probabilística estratificada proporcional. Foram coletados e analisados dados de 260 egressos, sendo 22 de Infraestrutura Escolar, 30 de Multimeios Didáticos, 41 de Alimentação Escolar e 167 de Secretaria Escolar. Os principais resultados encontrados revelam que 78% dos egressos são do sexo feminino, que a faixa etária predominante é de 31 a 40 anos, que 72% trabalham em escolas públicas municipais e que 54,2% atuam na área do curso técnico que concluíram. Com relação as contribuições do programa para a formação profissional do funcionário não docente, os resultados obtidos demonstram que 95,4% dos egressos se reconhecem como educadores, integrando o processo de ensino e aprendizagem, na ocasião foram identificados aspectos positivos e negativos do programa, bem como foram sugeridas melhorias. Com base na literatura pesquisada e levando em consideração que o objetivo do programa é a valorização dos funcionários não docentes, os resultados encontrados indicam que o programa, embora precise de pequenos ajustes, está atendendo ao objetivo pelo qual foi implementado.

**Palavras-chave:** Educação Profissionalizante. Egressos. Funcionários da Educação. Profuncionário.

## ABSTRACT

In the last decades, one of the challenges in the area of education, concerns the demands for professional training of education officials, including documents and non-teachers. Goals of struggles in search of valorization and professional recognition. Recently, the segment of non-teaching staff conquered with the Ministry of Education the creation of the National Policy for the Training of Primary Education Professionals. At the time, the Initial Training Program was created in the Service of Professionals of the Basic Education of Public Education Systems - Profuncionário, with an offer of four courses of professional technicians, namely: School Feeding, School Infrastructure, School Secretary and Didactic Multimeters. The general objective of this research is to evaluate, based on the perception of the graduates, the contribution of the Profuncionário program to its training and professional performance, in view of the proposals of the guidelines of said program. In addition, a study of the guidelines of the program and a brief report on the professional of the public basic education, on the vocational technical education in the distance modality and on the Profuncionário program was carried out. The methodology used included empirical and descriptive research. The study, being a survey, is characterized as being of the survey type, with a quantitative and qualitative approach. The data collection instrument used was the questionnaire composed of open and closed questions that will be analyzed in both quantitative and qualitative perspective. According to the quantitative of respondents and the characteristics of each course, a proportional stratified probabilistic sample was defined. Data from 260 graduates were collected and analyzed, being 22 of School Infrastructure, 30 of Didactic Multimeters, 41 of School Feeding and 167 of School Secretary. The main results show that 78% of the graduates are female, that the predominant age group is 31 to 40 years, that 72% work in municipal public schools and that 54.2% work in the area of the technical course they have completed. With regard to the contributions of the program to the professional training of non-teaching staff, the results obtained show that 95.4% of the graduates recognize themselves as educators, integrating the teaching and learning process. At the time, positive and negative aspects of the program were identified, as well as improvements were suggested. Based on the researched literature and taking into account that the objective of the program is the valuation of non-teaching staff, the results indicate that the program, although it needs small adjustments, is meeting the objective by which it was implemented.

**Keywords:** Vocational Education. Graduates. Education Officials. Profuncionário.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema da construção da proposta do Profucionário.....	39
Figura 2 - Princípios norteadores, identificados pela autora, na proposta do Profucionário.....	87
Figura 3 - Categorias analíticas x categorias empíricas.....	89
Figura 4 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio Organização didático-pedagógica.....	93
Figura 5 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio Organização curricular.....	97
Figura 6 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio Ensino e aprendizagem.....	100
Figura 7 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio Formação humana.....	101
Figura 8 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio Equipe pedagógica.....	103
Figura 9 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio.....	105
Figura 10 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio Prática Profissional Supervisionada.....	106
Figura 11 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio Valorização profissional.....	109
Figura 12 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio Estruturação de planos de cargos e carreiras.....	114
Figura 13 - Relação entre os fatores negativos e as sugestões de melhorias.....	116



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Períodos Históricos .....	17
Quadro 2 - Ações propostas pelo MEC, em 2004, visando a valorização dos funcionários não docentes da educação.....	36
Quadro 3 - Disciplinas ofertadas pelo Profuncionário.....	42
Quadro 4 - Competências Profissionais Gerais do Técnico em Serviços de Apoio Escolar atribuídas pelo Conselho Nacional da Educação.....	43
Quadro 5 - Questões pesquisadas sobre as competências gerais do egresso.....	74
Quadro 6 - Classificação das categorias considerando os princípios norteadores.....	88

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrículas da Educação Profissional nas redes públicas e privadas.....	31
Tabela 2 - Total de matrículas e quantitativo de egressos do Profucionário / IFCE, por curso, até o período 2016.2.....	49
Tabela 3 - População de egressos x Amostra obtida.....	56
Tabela 4 - Categorias dos Questionário x Assunto.....	57
Tabela 5 - População de egressos x Tamanho da Amostra x Amostra obtida.....	61
Tabela 6 - Gênero dos egressos do Profucionário – 2014 a 2016.....	62
Tabela 7 - Gênero dos egressos do Profucionário por curso - 2014 a 2016.....	62
Tabela 8 - Faixa etária dos egressos do Profucionário por curso.....	63
Tabela 9 - Ano de conclusão do curso - Egressos do Profucionário IFCE.....	64
Tabela 10 - Interesse em prosseguir estudando por curso do Profucionário.....	64
Tabela 11 - Interesse em prosseguir estudando x Gênero.....	65
Tabela 12 - Tempo dos egressos sem estudar por curso – Profucionário IFCE.....	65
Tabela 13 - Tempo dos egressos sem estudar x Faixa etária.....	66
Tabela 14 - Ambiente de trabalho dos egressos do Profucionário.....	69
Tabela 15 - Análise sobre a variável atividade remunerada por curso do Profucionário.....	70
Tabela 16 - Motivos para não estar atuando na área do curso que concluiu.....	71
Tabela 17 - Análise da variável valorização dos egressos do Profucionário.....	72
Tabela 18 - Mudanças percebidas pelos egressos após conclusão do Profucionário.....	73
Tabela 19 - Opinião dos egressos sobre às expectativas do curso Profucionário.....	83
Tabela 20 - Expectativa dos egressos com relação ao curso do Profucionário.....	84
Tabela 21 - Avaliação dos egressos quanto ao crescimento pessoal e profissional.....	85
Tabela 22 - Percepção dos egressos sobre o reconhecimento como educador.....	86
Tabela 23 - Quantidade de aparições dos fatores positivos totais e por curso.....	91
Tabela 24 - Quantidade de aparições dos fatores positivos totais e por curso.....	92
Tabela 25 - Quantidade de aparições dos fatores positivos totais e por curso.....	114

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos egressos do Profucionário do IFCE.....	63
Gráfico 2 - Distribuição dos egressos do Profucionário por polo do IFCE.....	67
Gráfico 3 - Ambiente escolar dos egressos do Profucionário do IFCE.....	68
Gráfico 4 - Motivos pelos quais o egresso não está atuando na área do curso concluído.....	70
Gráfico 5 - Mudanças percebidas pelo egresso após a conclusão do Profucionário.....	72
Gráfico 6 - Competências alcançadas pelos egressos de Alimentação Escolar.....	77
Gráfico 7 - Competências alcançadas pelos egressos de Infraestrutura Escolar.....	79
Gráfico 8 - Competências alcançadas pelos egressos de Multimeios Didáticos.....	80
Gráfico 9 - Competências alcançadas pelos egressos de Secretaria Escolar.....	81
Gráfico 10 -Avaliação dos egressos quanto a formação recebida.....	82

## LISTA DE SIGLAS

AFUSE	Sindicato dos Funcionários Servidores da Educação
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE	Conselho Nacional da Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONSED	Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação
CONSUP	Conselho Superior
CPB	Confederação de Professores do Brasil
DEFE	Departamento dos Funcionários de Escola
EAD	Educação a Distância
FNCE	Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação
IES	Instituições de Ensino Superior
IF'S	Institutos Federais
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional da Educação
PPS	Prática Profissional Supervisionada
PROAP	Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PRPI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
SAE	Sindicato dos Auxiliares da Educação
SEB	Secretaria da Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA.....</b>	<b>17</b>
2.1 Reconhecimento profissional dos Funcionários da Educação .....	17
2.2 Os profissionais da educação básica como educadores no processo de ensino e aprendizagem.....	24
2.3 Considerações finais acerca do profissional da educação básica pública.....	28
<b>3 O ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE NA MODALIDADE A DISTÂNCIA .....</b>	<b>29</b>
3.1 A educação profissional .....	29
3.2 A educação a distância no ensino profissionalizante .....	31
3.3 Considerações finais acerca do ensino técnico profissionalizante na modalidade a distância.....	34
<b>4 O PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO .....</b>	<b>35</b>
4.1 Profuncciónário: raízes históricas e aspectos legais.....	35
4.2 A proposta político pedagógica do Profuncciónário e suas diretrizes.....	40
4.3 O Profuncciónário no estado do Ceará.....	48
4.4 Considerações finais sobre o Programa Profuncciónário.....	51
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>52</b>
5.1 Tipologia da pesquisa.....	52
5.2 Lócus da pesquisa.....	54
5.3 Universo e amostra.....	54
5.4 Instrumento para coleta de dados.....	56
5.5 Análise dos dados.....	58
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>61</b>
6.1 Análise do Perfil dos Respondentes.....	61
6.2 Análise sobre o egresso e seu ambiente escolar.....	68
6.3 O egresso e as diretrizes do programa.....	74
6.4 Análise sobre o egresso e sua atividade profissional.....	76
6.5 O egresso e sua percepção sobre o Profuncciónário.....	82
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>124</b>

<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA OS EGRESSOS DO PROFUNDONÁRIO DO IFCE.....</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICE B - RESULTADOS SOBRE AS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS DOS EGRESSOS.....</b>	<b>134</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Conforme assegura a Constituição Federal brasileira, a educação é direito de todos. Todavia, a garantia de acesso a esse direito ainda é objeto de programas e políticas de Estado que visam prover o atendimento educacional para toda a população, conforme princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

As metas e estratégias das políticas públicas da educação são definidas, para um período de dez anos, pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024). No referido PNE, o terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, sendo esta valorização considerada estratégia para que as metas do primeiro grupo (garantia do direito à educação básica com qualidade) e do segundo grupo (redução das desigualdades e à valorização da diversidade) sejam atingidas.

Com relação ao eixo da educação profissional e tecnológica, o plano estabelece como metas a expansão das matrículas em cursos técnicos de nível médio, bem como a ampliação articulada com a educação de jovens e adultos (BRASIL, 2014a). Para alcançar estas metas do PNE 2014/2024, definidas na Lei nº 13.005/2014, foram traçadas algumas estratégias, dentre elas: integrar a educação de jovens e adultos com a educação profissional, inclusive na modalidade de educação a distância, e fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio também na modalidade de educação a distância (BRASIL, 2014a).

Dessa forma, fica evidenciada a importância da educação técnica profissionalizante, da educação de jovens e adultos, bem como da modalidade a distância, para a expansão da educação no país, possibilitando assim maior acesso para todos.

Nas últimas décadas, os movimentos de luta dos funcionários da educação em prol do reconhecimento do segmento “funcionários” que trabalham na educação foram intensos. Ao se analisar os fatos históricos observa-se que tais movimentos ocorreram junto aos próprios estabelecimentos educativos, entidades sindicais e ao poder público. Como resultado dessas lutas coletivas, foi aprovada a Lei nº 12.014/2009, reconhecendo esse segmento como profissionais da educação e regulamentando a profissão (MEC, 2013).

A aprovação da lei não reflete somente na alteração da LDB. Antes mesmo de sua aprovação, houve uma ampliação e atualização do conceito de profissionais da

educação, com a consagração de uma política pública de valorização dos funcionários que vinha sendo implementada desde o ano de 2005.

No referido ano, o Ministério da Educação propôs ao Conselho Nacional da Educação (CNE) a inclusão de uma área específica de educação, nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Assim, surgiu a 21ª Área Profissional, denominada de “Serviços de Apoio Escolar”, com sugestão de quatro habilitações: Secretariado Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos e Infraestrutura Escolar e Ambiental. Estes cursos além de proporcionar a aquisição das competências necessárias para o bom desenvolvimento das atividades educacionais, seriam também, instrumentos importantes para a construção da identidade dos funcionários da educação e sua valorização (BRASIL, 2014b).

Nesse contexto, em 2007 o governo federal instituiu, através do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), o Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação (PROFUNCIONÁRIO).

O objetivo do programa é “desenvolver ações capazes de criar estruturas promotoras da valorização, visando contribuir para reverter a dívida histórica do Estado brasileiro para com o segmento de funcionários da educação” (BRASIL, 2014b, p.5). O intuito é promover, por meio da Educação à Distância (EAD), a formação profissional técnica em nível médio de funcionários não docentes que atuam nos sistemas de ensino da educação básica pública, com ensino médio concluído ou concomitante a esse (BRASIL, 2011).

Segundo publicação do MEC, no Brasil, o número total de funcionários não docentes trabalhando nas escolas públicas federais, estaduais e municipais ultrapassa a faixa de um milhão. Vale ressaltar que nesse quantitativo consideram-se os funcionários de cargo efetivo, os contratados e os terceirizados (BRASIL, 2014b).

Conforme consta no caderno de orientações do programa, publicado pelo MEC, a proposta político pedagógica do Profucionário foi construída dentro de um contexto, considerando os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e legais. Dentre os elementos do contexto, ressalta-se a modalidade de educação à distância (EAD) e a oferta de Formação em Serviço que caracterizam e diferenciam a proposta do Profucionário em relação a outros programas de formação profissional (BRASIL, 2014b).

Percebe-se, portanto, que uma das pretensões do Profucionário é criar condições para que o funcionário da educação reconstrua sua identidade profissional



como técnico em educação, abrangendo competências como cidadão, como educador e como gestor de espaços escolares, prezando sempre pela humanização. Uma vez qualificados, esses profissionais podem proporcionar uma melhor qualidade no ensino e também na escola.

O Profucionário é um programa de abrangência nacional e o desenvolvimento dos cursos está a cargo de instituições parceiras. Inicialmente, o programa ficava sob a responsabilidade das Secretarias da Educação dos Estados, mas em 2012 esta responsabilidade passou a ser dos Institutos Federais. Estas instituições de ensino superior trabalham em parceria com as secretarias da educação dos estados bem como com os sindicatos das categorias. No Ceará, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), aderiu ao programa e, atualmente, oferta as quatro habilitações.

Com a criação do Profucionário e seus cursos de formação profissionalizante ofertados para funcionários da educação básica pública, torna-se essencial conhecer a trajetória profissional dos formados após a conclusão dos cursos.

Diante desse contexto, surge o seguinte questionamento: Qual a contribuição do programa Profucionário para o desenvolvimento e exercício profissional dos técnicos em educação, na percepção dos egressos deste programa?

Ao investigar se os egressos alcançaram a formação e atuação profissional constantes nas diretrizes do programa, pretende-se chegar a resultados significativos quanto ao levantamento de dados, os mais realistas possíveis, que poderão subsidiar os gestores das instituições ofertantes do Profucionário.

Em busca de respostas para o questionamento desta pesquisa, foi realizado um levantamento envolvendo os egressos dos cursos técnicos do Profucionário ofertados pelo IFCE, analisando a contribuição do programa Profucionário para a formação e atuação profissional dos egressos, considerando as propostas das diretrizes do referido programa.

Nestes termos, será considerado egresso “o aluno que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma” (BRASIL, 2009 p. 14). Destaca-se o egresso como fonte de informação à instituição que o formou.

Julga-se importante estudar os egressos visto que estes fornecem informações pertinentes com relação à formação recebida, permitindo mensurar qual a efetiva contribuição da instituição na sua formação profissional. Assim, pode-se afirmar

que o estudo com egressos é fundamental para a questão educacional da instituição em questão, pois a partir desse estudo é que será possível proceder aos ajustes necessários no ensino ofertado.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar, a partir da percepção dos egressos, a contribuição do programa Profucionário, ofertado pelo IFCE, para sua formação e atuação profissional, tendo em vista as propostas das diretrizes do referido programa. Assim, têm-se como referência os seguintes objetivos específicos:

- Estudar as diretrizes do programa Profucionário;
- Verificar se os egressos atuam como educador, conforme as expectativas do programa;
- Identificar os aspectos positivos e negativos do programa sob a percepção dos egressos;
- Identificar as melhorias ocorridas na vida profissional dos egressos.

O IFCE, instituição onde será aplicada a pesquisa, foi criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, ocasião em que era Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET. Com natureza jurídica de autarquia,

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Até o presente estudo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará é composto pela Reitoria e seus 33 *campi* e oferta cursos nos níveis técnicos, superiores, de pós-graduação e cursos de formação inicial e continuada. Na parte administrativa o IFCE conta com 05 (cinco) Pró-Reitorias, a saber: Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

No período 2016.2 o programa atingiu 2.798 matrículas alcançando a marca de 826 egressos com êxito. São considerados egressos com êxito aqueles alunos que efetivamente concluíram o curso e estão certificados. Ressalta-se que aproximadamente 50% dos alunos não obtiveram êxito.

Tendo em vista que a inserção de profissionais na sociedade é uma das finalidades dos Institutos Federais, torna-se de fundamental importância ter um retorno

quanto à qualidade desses profissionais no que diz respeito à formação para o trabalho. Sendo assim, é preciso conhecer a situação atual do profissional para avaliar se esta formação atende às diretrizes dos cursos ao mesmo tempo em que integra o profissional nas suas ocupações laborais.

Considerando que, no IFCE, não existem informações sobre os egressos do programa Profucionário, a IES não obtém o *feedback* de seus alunos deixando de saber, portanto, o que eles pensam sobre suas formações, para que, a partir daí, possibilite reflexões críticas sobre as formações e identifique as necessidades de melhorias.

Desse modo, observa-se a importância deste estudo pois ao avaliar a formação profissional dos egressos do Profucionário, os resultados desta pesquisa auxiliarão na análise das diretrizes do programa pelos seus gestores, possibilitando a implantação de melhorias. Além disso, acredita-se que esse trabalho possibilitará a disseminação do assunto de forma a incentivar e estimular outras pesquisas na área.

Com relação à metodologia, a pesquisa é empírica, de natureza descritiva e com abordagens qualitativa e quantitativa. A amostra é constituída pelos voluntários que se dispuseram a responder o questionário. Em função dos quantitativos de respondentes e das características de cada curso, definiu-se uma amostra probabilística estratificada proporcional.

Para a coleta de informações é utilizada a técnica de levantamento do tipo *survey*. São utilizados questionários e dados primários como instrumentos de coleta de dados. Após coleta dos dados, a análise dos resultados ocorrerá através de gráficos, tabelas ou quadros, bem como através da técnica de análise de conteúdo.

O trabalho está dividido em sete seções. Após a introdução, são apresentadas três seções que reportam ao embasamento teórico, apresentando os profissionais da educação básica pública, o ensino técnico profissionalizante na modalidade a distância e o programa Profucionário. A quinta seção apresenta aspectos metodológicos do desenvolvimento do trabalho. Na sexta seção, são mostrados os resultados da pesquisa e uma discussão sobre os mesmos. Na última seção, são apresentadas as considerações finais.

## 2 O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

O censo escolar 2014 registrou que o Brasil possui 188.673 escolas da educação básica em atividade, sendo 79% públicas e 21% privadas. Das 149.098 públicas, 543 são federais, 30.758 estaduais e 117.797 municipais. Gradualmente, estas escolas vivenciam uma mudança na concepção da educação, em busca de um ambiente escolar com aprendizagens colaborativas, onde todos os integrantes da escola participam do processo educativo (INEP, 2014).

Nesta seção será abordado a trajetória dos funcionários da educação em busca do reconhecimento profissional e o seu papel no processo de ensino e aprendizagem da educação básica.

### 2.1 Reconhecimento profissional dos Funcionários da Educação

Iniciaremos esta seção realizando um panorama histórico sobre o surgimento das escolas no Brasil e, por conseguinte, dos seus funcionários, desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais.

Sempre contextualizando os funcionários da educação, será feito um breve relato da educação ao longo da história do país, iniciando no período colonial, passando pelo período pós independência, pós proclamação da república, pela ditadura militar e chegando até o século XXI. Os períodos históricos estão relacionados no Quadro 1.

**Quadro 1** – Períodos Históricos

<b>PERÍODO</b>	<b>ACONTECIMENTO HISTÓRICO</b>
1549 – 1759	Período Jesuítico
1760 – 1808	Período Pombalino
1808 – 1821	Período Joanino
1822 – 1888	Período Imperial
1889 – 1929	Primeira República
1930 – 1936	Segunda República
1937 – 1945	Estado Novo
1946 – 1963	Nova República
1964 – 1985	Ditadura Militar
1986 – 2006	Abertura Política e Democracia
2007 – 2016	Atual sistema Educacional Brasileiro

Fonte: Elaboração própria

Pode-se considerar que no Brasil as primeiras escolas surgiram com a vinda dos jesuítas, por volta de 1550, meio século após o descobrimento do país. Além da moral, dos costumes e da religiosidade europeia, os jesuítas trouxeram consigo o método pedagógico. Ensinavam as primeiras letras e cursos secundário e superior.

Nesse período surgiram os primeiros funcionários que atuavam na educação, chamados de irmãos coadjutores. Eles eram jesuítas sem formação filosófica ou teológica que, por conseguinte, não estavam preparados para lecionar, mas viviam nos colégios, onde realizavam tarefas compreendidas, atualmente, como de apoio à carreira docente (BRASIL, 2004).

Segundo Monlevade (2013, p. 1), os irmãos coadjutores eram sujeitos que

trabalhavam, na maioria, em funções não docentes, como as de enfermeiros, sacristães, bibliotecários, cozinheiros, hortelãos, escriturários, arquivistas, tesoureiros, administradores de fazendas e engenhos, pedreiros, pintores, marceneiros, ferreiros, arquitetos e até pilotos de navios. Ao contrário dos “padres” que, além das funções sacramentais, ocupavam os cargos de professores nos colégios secundários e escolas primárias, e tinham longa formação humanística e pedagógica, os coadjutores não possuíam via de regra formação profissional formal. Todos sabiam ler e escrever, ou mesmo escolarização mais avançada, mas dominavam seus “ofícios” o mais das vezes pelo aperfeiçoamento da prática de trabalho, obtida fora ou dentro da Companhia de Jesus.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal e, ao mesmo tempo em que se extinguíam as escolas jesuíticas, criavam-se as Aulas Régias, que eram ministradas em ambientes sem adequada estrutura física e contava com professores leigos e despreparados. Estes eram escolhidos em concurso público e pagos pelo Erário Régio, tornando-se assim funcionários contratados pelo Estado.

As Aulas Régias eram ofertadas em regime de externato, dispensando a presença de muitos serviços não docentes. Nesse período era utilizada a mão de obra escrava para a conservação, limpeza e segurança dos locais das aulas.

Vale ressaltar que na era pombalina as escolas

não eram mais os colégios, de prédios imponentes e muitos professores, cuidados pelos irmãos coadjutores. Resumiam-se a pequenas unidades espalhadas pelas cidades e vilas onde os alunos conviviam com um único professor e algum escravo ou escrava que cuidava da limpeza, servia água aos alunos e ao professor e, talvez fosse encarregado de abrir e fechar a porta, fazer soar uma sineta e espanar o pó de alguns raros livros que enfeitavam a estante ou “prateleira” da sala (MONLEVADE, 2014, p. 26).

Diante do exposto é fácil concluir que as Aulas Régias não prosperaram, surgindo nesse período as primeiras aulas pagas no Brasil, dando espaço aos primeiros professores assalariados não públicos e talvez os primeiros funcionários não escravos (MEC, 2006). Observa-se que a primeira política salarial para os trabalhadores da educação ocorreu apenas no século XVIII e atendia, exclusivamente, aos profissionais do magistério.

Em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, a educação passou a ser ofertada apenas para a elite. Neste mesmo ano foi criada a Academia Real da Marinha e em 1810 a Academia Real Militar. Foram criados também os cursos superiores profissionalizantes de Medicina em São Paulo, no ano de 1813, e na Bahia, no ano de 1815. Em 1820 surge a Academia de Belas Artes, o curso de Direito em São Paulo e em Olinda, e por fim em 1827 o curso de Engenharia (SILVA, 2012).

Nesse período os professores, que eram europeus ou eram os filhos da elite que retornavam dos estudos na Europa, contribuía para a cultura necessária à construção da sociedade capitalista, enquanto que os funcionários, eram a classe excluída da sociedade (pessoas que trabalhavam nas casas de família ou escravos da Coroa Portuguesa, escolhidos por bom comportamento). Assim, não poderiam ter um papel transformador e por isso se mantinham numa função burocrática e desvalorizada. (MORAES, 2009).

Para Silva (2012, p. 40), durante a estadia da corte portuguesa no Brasil, foi construída “uma mentalidade de desprezo por qualquer tipo de trabalho feito com as mãos. Então, aqueles que assim trabalhavam eram tidos como inferiores, incapazes de aprender, restando-lhes apenas atividades rudes, pesadas e braçais”.

Não há como estudar os funcionários da educação sem recordar de Rui Barbosa, jurista, advogado, deputado, senador e ministro da Fazenda, que propôs em 1883 a Reforma do Ensino Primário, onde é possível perceber a presença dos funcionários não docentes. Segue abaixo a transcrição da legislação que à época tratava dos funcionários:

§ 22. Em cada escola normal haverá um diretor, um secretário, um censor, um amanuense, que acumulará as funções de bibliotecário e arquivista, um preparador para os gabinetes de física, química e história natural, um porteiro, um contínuo e os serventes precisos.

§ 27. O governo fixará em regulamento, as atribuições dos funcionários das escolas normais. (Ministério da Educação e Saúde. 1883, p. 108-109.)

Com a proclamação da república, em 1889, surgiram os Grupos Escolares para o ensino primário e os Liceus, Ateneus e Colégios para o ensino secundário.

Esses novos espaços comportaram o advento de novos atores não docentes, como secretários, bedéis, porteiros, zeladores. Daí a criação de cargos burocráticos via concurso público, quando se tratava de competências que demandavam escolaridade, ou via indicações políticas, no caso, principalmente, dos serviços “braçais” de conservação, limpeza e vigilância. Neste período, nenhuma formação profissional é exigida desses trabalhadores e, quando admitidos por concurso, as provas se limitavam aos conteúdos dos cursos primário ou ginásial (MONLEVADE, 2013).

Com a instalação dos Liceus e das grandes Escolas Normais, ressurgiram os funcionários da escola. Suas atribuições eram variadas devido a diversificada realidade dos grandes conjuntos arquitetônicos (BRASIL, 2004).

No início do século XX, para cada dez professores havia um ou dois funcionários no serviço de apoio. A partir da década de 30, com o surgimento de escolas com espaços maiores e mais complexos, com outras dependências além das salas de aulas, ocorreu a demanda de um maior número de pessoas para as atividades de conservação (MONLEVADE, 2014).

Na Segunda República e no Estado Novo o Brasil entra no mundo capitalista de produção, conseqüentemente surge a necessidade de mão de obra qualificada para a indústria, assim as escolas estavam voltadas para o ensino profissional.

Com essa expansão surge a necessidade de contratar mais funcionários para as escolas. Além de profissionais para atuar na limpeza, na conservação e na secretaria, surgem as merendeiras e, nas grandes escolas, passam a atuar também os bibliotecários, os auxiliares em laboratórios e os auxiliares em operação de equipamentos audiovisuais. Segundo Monlevade (2014, p. 53) “não era a escola que precisava de tantos servidores, mas era a população sem oportunidades de trabalho que precisava do emprego nas escolas”.

Nesse período, a contratação normalmente ocorria por indicação política, surgindo os subempregados clientelísticos e os burocratas administrativos. Esse modelo permaneceu até a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando se passou a exigir concurso público para provimento de cargos públicos (BELTRÃO, 2014).

Diante de tal fato, percebe-se a origem de dois tipos clássicos de funcionários da escola: os burocráticos, identificados com as atividades de ensino, mais

escolarizados e salarialmente mais valorizados; e os “serviçais”, que trabalhavam na escola, aparentemente sem estar integrados à nova função da escola, que não era mais instruir, ou educar, mas educar (MEC, 2006).

Por volta dos anos 80, surgem as primeiras entidades dos funcionários das escolas no Brasil. O SAE (Sindicato dos Auxiliares da Educação) foi criado em Brasília, pelos funcionários das escolas públicas e particulares. Surgiu também o Sindicato dos Funcionários Servidores da Educação, AFUSE. Aos poucos os professores e os funcionários da educação foram se organizando e formaram o Sindicato Nacional de Trabalhadores em Educação.

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, importante marco para a educação brasileira e para o segmento dos funcionários da educação, visto que no seu artigo 206 trata dos “profissionais da educação escolar” abrangendo assim, os funcionários profissionalizados e não somente os “profissionais do magistério”. Assim, a educação que antes era tida como “produzida somente pelos professores” passa a ser vista como produzida “pelos funcionários que atuam na educação”.

Art. 206 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei. (BRASIL, 1988).

Entre os anos de 1989 e 1990, ocorre o processo de transformação da Confederação de Professores do Brasil (CPB) em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Em 1989 durante o Congresso da CPB em Campinas (SP), instituiu-se uma diretoria de transição paritária. Em 1990, no Congresso de Aracaju (SE), fundou-se a CNTE, ficando recomendada a filiação em massa dos funcionários nos sindicatos estaduais de trabalhadores da educação básica pública e a unificação das entidades onde houvesse um sindicato específico de funcionários (MONLEVADE, 2009).

Ainda segundo o autor

Em um primeiro momento, foram três as prioridades: sindicalização dos funcionários nas entidades de base; unificação das lutas; e profissionalização dos funcionários em cursos técnicos de nível médio. Essas prioridades se resumiam na bandeira “*funcionários também são educadores*”, que foi



agitada no interior das escolas e nos cenários mais amplos das comunidades e da sociedade (MONLEVADE, 2009).

Após este marco histórico, as lutas dos trabalhadores em educação foram intensificadas. Em 1995, a CNTE criou o Departamento dos Funcionários de Escola (Defe), que se responsabilizava pelo encaminhamento em nível nacional das lutas da categoria. Neste mesmo ano, o Senado Federal, ao discutir o projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional, descartou o artigo onde os funcionários não docentes eram reconhecidos como “profissionais da educação”, ao lado dos pedagogos e dos professores.

Monlevade (2009, p. 347) defende que

O argumento formal utilizado, embora emoldurado por preconceitos outros, se baseou em que os professores e pedagogos tinham uma formação com habilitação específica para uma tarefa educativa, enquanto os funcionários não contavam com um diploma profissional: somente trabalhavam na escola

Em 1996 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, trazendo a valorização do profissional da educação escolar como um dos princípios. A criação desta legislação é uma vitória na luta dos profissionais da educação, considerando que o Título IV trata especificamente “Dos Profissionais da Educação”.

Fruto das discussões entre as forças políticas e econômicas, no Art. 14 da LDB foi introduzida a gestão democrática a ser construída no interior das escolas, contando com a participação dos profissionais da educação.

Em 06 de agosto de 2009, foi sancionada a da Lei 12.014, que altera o art. 61 da Lei no 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação (BRASIL, 2009). Segunda o LDB, no seu artigo 61,

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

**III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim** (Grifos nossos) (BRASIL, 2009).

Assim, os funcionários de escola, devidamente habilitados, passaram a ser reconhecidos como profissionais da educação escolar. Vale ressaltar que até 2009 somente aqueles que tinham curso de magistério eram considerados profissionais da educação. Observe que a sanção da Lei 12.014/09 não conduz, automaticamente, os atuais funcionários de escola à condição de profissionais da educação.

Em 2013, quatro anos mais tarde, a Lei 12.796/13 acrescentou à Lei de Diretrizes e Base o artigo 62-A determinando que

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas.

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 2013).

Na medida em que se conscientiza a comunidade escolar de que os funcionários também são educadores, colabora-se com a retirada destes trabalhadores do campo da invisibilidade. A sociedade começava a perceber que existiam outros trabalhadores dentro da escola.

Diante do exposto, Aurélio e Vieira (2016, p. 3) observam que a trajetória dos funcionários administrativos da educação “constitui-se com um espaço de lutas pelo reconhecimento de seus direitos e constituição de uma identidade”.

Surge então a necessidade de desenvolvimento de propostas políticas educacionais que trabalhassem a profissionalização, bem como a construção da identidade dos funcionários não docentes da educação.

As conquistas alcançadas até aqui são representativas, mas nem por isso os funcionários da educação deixaram de ser politicamente subalternos. A ideia geral assimilada pela população e por muitos daqueles que lecionam e estudam nas escolas e universidades brasileiras é a de que os funcionários são pedagogicamente marginalizados. Todos entendem que a pedagogia compete somente aos professores e aos pedagogos, como se o ato educativo e o ato pedagógico ocorressem somente nas salas de aula (MONLEVADE, 2014).

No Brasil, como já dito na seção 1, os funcionários da educação básica somam mais de um milhão, distribuídos nas quase 200 mil escolas públicas dessa categoria, que continuam sendo socialmente invisíveis.

A sociedade, contudo, faz de conta que não os vê, limitando o olhar a professores e gestores e estendendo-o, às vezes, aos estudantes, crianças lindas das telas de TV ou adolescentes violentos que perturbam a disciplina das salas de aula e a paz das escolas. Essa invisibilidade pode estar sendo, lentamente, superada pelo movimento de organização sindical dos funcionários, mas até aí a “unificação”, sob o título de confederação nacional dos “trabalhadores em educação”, acabou por esconder identidades de merendeiras, de porteiros, de escriturários e de diversos outros “auxiliares” ou “apoios administrativos” das escolas. Se não bastassem esses véus ou sombras, a própria LDB, no afã de valorizá-los, dissolveu-os com a categoria III dos “profissionais da educação”, na rabeira da lista, depois dos professores (I) e dos pedagogos (II) (MONLEVADE, 2014, p. 79).

Estes funcionários sempre desempenharam um papel importante na escola e na educação, porém, sempre foram desvalorizados pelo poder público e não tinham reconhecimento social. Para Moraes (2009), numa escola da sociedade capitalista, a divisão do trabalho ocorre entre o manual (os que executam) e o intelectual (os que pensam), sendo essa forma de divisão e valorização do trabalho decorrente das relações de caráter escravista.

É importante ressaltar que o espaço escolar não se restringe somente às salas de aula. O pátio, a portaria, a cantina, a biblioteca, o laboratório e a secretaria, por exemplo, também fazem parte desse espaço e, portanto, a convivência com os funcionários que trabalham nestes espaços gera conhecimento e constroem valores.

Outro ponto que merece destaque é que, mesmo após muitas conquistas legais, basta analisar as remunerações dos funcionários da escola para perceber que permanecem “salarialmente” subvalorizados. Mesmo quando ocupam cargos efetivos de carreira, seus salários são inferiores aos salários do magistério, independente do grau de escolaridade.

Diante do exposto, observa-se que os avanços conquistados por estes funcionários da educação no que diz respeito a formação continuada, a construção da nova identidade profissional, a melhoria na remuneração, bem como nas condições de trabalho são vitórias ainda em transição.

## **2.2 Os profissionais da educação básica como educadores no processo de ensino e aprendizagem**

Com o passar do tempo, observa-se uma evolução no ambiente escolar a medida que a escola deixa de ser instituição focada no ensino somente na sala de aula, e passa a ser instituição educadora em todos os seus espaços. Essa nova concepção de

espaço escolar é apresentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 1º, quando determina que a educação é definida como processo abrangente, voltado à formação global do indivíduo, vinculada ao mundo do trabalho e à prática social, na intenção de construir uma sociedade justa e democrática.

Portanto, na maioria das escolas públicas brasileiras da educação básica, observa-se uma ressignificação da educação, onde há reflexões sobre a função social da escola e, por conseguinte, sobre a função pedagógica dos seus profissionais docentes e não docentes.

E quem são considerados funcionários não docentes? Além dos professores e dos pedagogos, as escolas contam com profissionais que atuam nas atividades meios, necessárias para o alcance da atividade fim. Segundo Russo (2011, p. 514)

São exemplos dessa categoria de trabalho escolar aqueles realizados por todos os trabalhadores responsáveis pela manutenção e limpeza das instalações físicas; pela escrituração dos dados da vida escolar dos alunos; pela preparação da merenda; pelo acompanhamento e atendimento aos alunos fora da sala de aula; pelos que vigiam e garantem a segurança do patrimônio e dos agentes escolares; pelos que organizam e põem à disposição o acervo da biblioteca etc.

Muitas vezes o trabalho desses profissionais não é reconhecido nem valorizado, podendo até ser desvalorizado pela própria instituição, comprometendo a qualidade do trabalho escolar, empobrecendo as atividades meios e prejudicando as atividades fins.

Nesse novo espaço escolar, são considerados educadores todos aqueles que participam permanentemente do ambiente escolar, que de algum modo estão em contato com os estudantes, independente da função que exerçam.

Os autores Virago e Costa (2015, p. 2) defendem que nesse novo contexto, o ensino

não se restringe apenas a questão cognitiva, mas a toda e qualquer aprendizagem que favoreça a formação integral do indivíduo e que não precisa estar relegada apenas aos docentes, necessitando também da atuação dos demais trabalhadores em educação.

Colaborando com essa ideia, Rios (2012) defende que todos os sujeitos envolvidos no âmbito escolar se tornam educadores, indispensáveis e insubstituíveis à instituição escolar. O que transcorre fora das salas de aulas está relacionado com o que ocorre dentro delas. As atividades dos secretários, dos porteiros, dos jardineiros, dos

serventes, dos faxineiros, das merendeiras e da equipe de manutenção devem ser desempenhadas articulando-se às atividades dos gestores e dos professores, conferindo àqueles que o executam o reconhecimento de educadores.

As mudanças sociais provocaram a universalização do acesso à escola e conseqüentemente a escola, vista até então como espaço de ensino e aprendizagem, concentrado na sala de aula, passou a ser espaço educativo, com múltiplas tarefas, várias delas confiadas não somente aos professores, mas também a outros funcionários. É necessário que os envolvidos no processo tenham ciência da sua participação e estejam preparados para assumir essa função (MORAES, 2009).

Assim, considerando as transformações que estão ocorrendo na escola e na sociedade, os funcionários responsáveis pelas funções auxiliares e de apoio, antes visto como meros executores automatizados de tarefas passarão a ser vistos como funcionários que realizam constantes reflexões sobre suas atitudes educativas que influenciam na formação global do educando.

Gradualmente, consolida-se a concepção de educação cidadã, afastando os modelos pedagógicos padronizados e excludentes, favorecendo um ambiente de aprendizagens colaborativas e interativas, onde todos os integrantes da escola são considerados protagonistas do processo educativo (MEC, 2004).

Então, como os funcionários da escola podem atuar na formação dos alunos?

O que torna um funcionário da escola (seja ele docente ou não) num educador é o compromisso que ele tem com a aprendizagem de seus alunos, com os valores que são repassados através de suas atitudes, atrelado ao fato de manter seus conhecimentos atualizados (BRASIL, 2012).

A partir do momento que compreendem a importância da sua participação ativa nos processos educativos da escola (ao opinar nas reuniões administrativas ou sugerir melhorias a serem realizadas ou ainda atuando diretamente com os alunos), os funcionários não docentes da educação contribuem com a formação cidadã dos discentes.

Considerando que no ambiente escolar ocorrem contínuos momentos de interação entre os profissionais não docentes e os estudantes, compreende-se a educação como um processo coletivo, onde os funcionários da educação contribuem para o processo de ensino e aprendizagem e para a formação integral dos alunos (NORONHA, 2016).

A escola funciona como um organismo, onde cada parte precisa executar bem suas respectivas funções para que os objetivos possam ser alcançados. Os professores são responsáveis pelo ensino dos conteúdos curriculares, mas os demais funcionários também participam do processo educacional, na medida em que oferecem o suporte necessário para que a aprendizagem aconteça.

Arroyo (2011) nos ensina que o conhecimento transmitido e construído no âmbito escolar também ocorre por meio do cotidiano, através da vivência dos alunos e de suas experiências coletivas.

Nesse sentido, cabe as instituições educacionais superar a cultura tradicionalista (agregada ao fazer educativo), implantando a cultura da prática coletiva de trabalho, atentando pela qualidade na educação (MEC, 2004).

Para que todos os funcionários se sintam parte da escola, é preciso integrá-los ao projeto político pedagógico. Cabe aos gestores escolares fazer com que os diversos profissionais se sintam integrados aos objetivos da escola, pois a partir do momento que conhecem os objetivos educacionais eles começam a agir no dia a dia de acordo com os valores estabelecidos. É necessário fazer com que estes funcionários compreendam que educar é função de todos que fazem parte do ambiente escolar.

Um ambiente escolar ideal, que tem como foco os resultados de aprendizagem, trabalha com uma equipe onde cada grupo e indivíduo se sintam responsável pelos resultados do trabalho e pelo alcance das metas estabelecidas. A partir do momento que os funcionários tomam ciência dos rumos a seguir, as equipes podem ter autonomia para decidir a melhor forma de atuar tanto na execução das suas atividades como na formação dos alunos.

Os auxiliares de serviços gerais, além da responsabilidade de manter os vários espaços da escola e suas instalações prontas para receber alunos e professores, devem se empenhar na educação ambiental junto à comunidade escolar. As merendeiras, ao preparar e distribuir os alimentos, devem se sentir responsáveis pela educação alimentar dos estudantes. A equipe que trabalha nas bibliotecas e nos laboratórios, ao mesmo tempo em que zelam pelos livros e pelos equipamentos demonstrando seus valores nas atitudes, colabora com uma educação voltada para a cultura e para a comunicação, despertando prazer nas atividades. Os funcionários das secretarias, ao realizarem os registros acadêmicos através de atos íntegros cooperam para o desenvolvimento de uma responsabilidade cidadã, uma educação voltada para a

gestão democrática. Por fim, os professores que através das atividades de ensino, devem garantir a aprendizagem do aluno (BRASIL, 2012).

Estes são pequenos exemplos das progressões que podem ocorrer no ambiente escolar a partir do momento em que os funcionários da educação se profissionalizam e reconstróem sua identidade. Em síntese, conclui-se que professores, diretores, coordenadores, secretários, merendeiras, auxiliares de serviços gerais, porteiros, motoristas e os demais funcionários da escola são e devem ser considerados educadores, embora com funções distintas.

A atuação diária desses funcionários, através da vivência, influencia valores e cria hábitos, que os alunos levarão consigo por toda a vida. Para Vargas (2015), tendo em vista que a internalização desses hábitos e o desenvolvimento de valores e atitudes correspondem a um processo de ensino e aprendizagem, a autora defende a necessidade de uma formação profissional para esses funcionários.

Dessa forma, pode-se inferir que faz-se necessária uma formação profissional técnica e pedagógica para esses servidores, tendo em vista que a internalização desses hábitos e o desenvolvimento de valores e atitudes, por parte dos alunos, correspondem a um processo de ensino e aprendizagem, que extrapola a sala de aula e o currículo formal (VARGAS, 2015, p. 29).

Além de melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, a formação técnica dos funcionários escolares, acarreta na profissionalização e valorização destes.

### **2.3 Considerações finais acerca do profissional da educação básica pública**

Neste capítulo foi feito um breve relato sobre o surgimento das escolas no Brasil e, conseqüentemente, dos funcionários que nelas trabalhavam. Foi abordado sobre a luta dos funcionários não docentes pelo reconhecimento profissional, pois, considerando que estes integram o ambiente escolar, também participam do processo de educação, sendo justo, portanto, que sejam reconhecidos como educadores. A formação profissional desses funcionários ditos não docentes é uma das ações para esse reconhecimento. Assim, a próxima seção tratará sobre a educação profissionalizante e sua oferta na modalidade a distância (semipresencial).

### **3 O ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE NA MODALIDADE À DISTÂNCIA**

Conforme consta na legislação, a educação escolar é composta pela Educação Básica e Educação Superior. A Lei de Diretrizes e Bases define como modalidades de ensino: a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e a Educação especial.

Ainda nesta lei, tem-se que o desenvolvimento de programas de ensino a distância deverá ser incentivado pelo poder público em todos os níveis e modalidades. Nessa seção, será feita uma abordagem sobre a educação profissionalizante e a sua oferta através da educação à distância.

#### **3.1 A Educação Profissional**

Durante o Império, a educação profissional focava em preparar o cidadão para os ofícios manufatureiros, sendo organizada por associações civis e instituições da esfera estatal, conforme apresentado na seção 2.

Manfredi (2002) defende que com o fim do Império ocorreram profundas mudanças no setor socioeconômico, tendo em vista a extinção da escravatura, expansão da economia cafeeira e a consolidação do projeto de imigração.

Os avanços tecnológicos geraram mudanças nos processos de industrialização, iniciando no país uma nova fase econômica e social, gerando a necessidade de qualificação profissional. Assim, surgiu o ensino técnico profissionalizante durante o governo do Presidente Nilo Peçanha, que deu início à rede federal, o que resultou nas escolas técnicas, que posteriormente passaram a ser Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS) e que, atualmente, são conhecidos como Institutos Federais (IFs).

A Resolução nº 6/2012, da Câmara de Educação Básica, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. No seu artigo 5º, tem-se que

Art. 5º Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, socio-históricos e culturais (BRASIL, 2014b).



Segundo a legislação brasileira, conforme consta na Lei nº 11.741, de 2008, “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 2008).

Os autores Pacheco, Caldas e Sobrinho (2012, p. 19), afirmam que

Um dos grandes desafios dessa nova perspectiva para a educação profissional e tecnológica é construir uma visão da formação profissional e do trabalho que ultrapasse o sentido da subordinação às restritas necessidades do mercado, contribua para o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores e democratização do conhecimento em todos os campos e formas. Por essa razão, considera-se fundamental a articulação política de educação profissional e tecnológica com os programas de trabalho, emprego, renda, inclusão e desenvolvimento social, cabendo às primeiras agir como indutoras de emancipação, enquanto as últimas devem ter caráter provisório.

Conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases, a Educação Profissional está dividida em três níveis, a saber: básico, técnico e tecnológico. Os cursos de nível básico são abertos a qualquer interessado, independente da escolaridade prévia, já os cursos técnicos são oferecidos simultaneamente ao ensino médio ou após a sua conclusão (contam com organização curricular própria) e, por fim, os cursos tecnológicos são cursos de nível superior.

O Anuário Brasileiro da Educação Básica (2016) informa que os cursos técnicos, do ponto de vista de sua articulação com o Ensino Médio, podem ser ofertados de três formas: integrada, subsequente ou concomitante. Na educação profissional integrada o curso é planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com uma mesma matrícula. Como se trata de curso único, realizado de forma integrada e interdependente, não será possível concluir o Ensino Médio de forma independente da conclusão do Ensino Técnico de Nível Médio ou o contrário. Já os cursos subsequentes são oferecidos para conduzir o aluno à habilitação profissional técnica, com carga horária variável em cada módulo. Para ingresso nesses cursos, é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio. Enquanto que na modalidade concomitante o estudante pode fazer ao mesmo tempo o Ensino Médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição ou em diferentes instituições.

Ainda segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2016, p. 95), “entre 2007 e 2014, o número de matrículas na Educação Profissional Técnica passou de 780.162 para 1.741.528” (Tabela 1). Analisando os dados com relação as matrículas na região Nordeste, observa-se que houve um crescimento de quase 50% em 2014 com relação a 2013. Ressalta-se que a meta estabelecida no atual Plano Nacional da Educação para a educação profissionalizante é atingir, até 2024, o total de 5.224.584 matrículas.

**Tabela 1** – Matrículas da Educação Profissional nas redes públicas e privadas

Região	2013			2014		
	Pública	Privada	TOTAL	Pública	Privada	TOTAL
Norte	49.163	35.185	<b>84.348</b>	51.062	51.728	<b>102.790</b>
Nordeste	208.864	81.280	<b>290.144</b>	236.074	192.094	<b>428.168</b>
Sul	140.472	99.098	<b>239.570</b>	139.704	130.839	<b>270.543</b>
Sudeste	309.840	435.352	<b>745.192</b>	316.977	520.158	<b>837.135</b>
Centro Oeste	41.336	40.461	<b>81.797</b>	40.946	61.946	<b>102.892</b>
<b>Total / Brasil</b>	<b>749.675</b>	<b>691.376</b>	<b>1.441.051</b>	<b>784.763</b>	<b>956.765</b>	<b>1.741.528</b>

Fonte: MEC/INEP

Para atingir os objetivos do PNE 2014/2024, os esforços devem ser voltados para a expansão contínua da oferta de vagas, na democratização do acesso e num maior protagonismo do ensino profissional técnico em todas as redes de ensino do país, incluindo a expansão da oferta da modalidade de educação a distância (MEC, 2016).

Neste sentido, a EAD passa a contribuir para o desenvolvimento das práticas educativas, a medida que contribui para o acesso ao conhecimento, através da utilização de novas tecnologias, recursos e modernas ferramentas.

### 3.2 A educação a distância no ensino profissionalizante

Na década de 90, com a popularização da internet e o crescimento de seu reconhecimento como uma opção valiosa de expandir o acesso a educação para os menos privilegiados ocorreu a expansão do ensino a distância.

O marco legal da expansão da EAD foi o artigo 80 da LDB, cujo caput dispõe que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996).

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizaremos a definição de educação a distância que consta no Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases, a saber:

caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, a EAD pode ser entendida como um modelo em que professor e aluno se encontram separados espacial e temporalmente, mediados pelo uso de tecnologia, havendo a possibilidade dos encontros presenciais (SANTOS E MARQUES, 2014).

Para Kramer (1999), existe uma relação que é praticamente indissociável entre a EAD e as tecnologias da comunicação, pois as últimas são os meios indispensáveis ao funcionamento do sistema, sem os quais a ensino a distância não se realiza.

Almeida (2001) relata que, para que haja qualidade nos processos de ensino e aprendizagem através da EAD, é preciso criar um ambiente que favoreça a aprendizagem significativa do aluno, despertando a disposição para aprender, disponibilizando as informações pertinentes de maneira organizada e, no momento apropriado, promova a interiorização de conceitos construídos.

No que se refere ao ensino médio profissionalizante na EAD, em 2007 foi instituído, através do Decreto nº 6.301, o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil, que foi revogado pelo Decreto nº 7.589 de 2011, o qual instituiu a Rede e-Tec Brasil, tendo como finalidade “desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País” (BRASIL, 2011).

Entre os objetivos da Rede e-Tec Brasil constantes na legislação é importante destacar o estímulo à oferta da educação profissional e tecnológica, na

modalidade a distância; a expansão e democratização da educação profissional e tecnológica; e o desenvolvimento de cursos de formação inicial e continuada de docentes, gestores e técnicos administrativos da educação profissional e tecnológica, na modalidade de educação a distância. (BRASIL, 2011)

O Plano Nacional de Educação 2014/2024, estabelece como metas para o ensino técnico profissionalizante a expansão das matrículas em cursos técnicos de nível médio, bem como a ampliação articulada com a educação de jovens e adultos. As metas são:

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. (BRASIL, 2014a)

Analisando as estratégias elaboradas para auxiliar no alcance das metas estabelecidas, observa-se a presença da modalidade de educação a distância, conforme transcritas abaixo:

10.3 fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive **na modalidade de educação a distância**.

11.3 fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio **na modalidade de educação a distância**, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade; (Grifos nossos) (BRASIL, 2014a).

Analisando o censo sobre a Educação a Distância realizado em 2015 pela Associação Brasileira de Ensino a Distância - ABED observa-se a crescente oferta de cursos técnicos profissionalizantes regulamentados totalmente a distância e semipresenciais. Em 2015, na modalidade técnico-profissionalizante tem-se 184 cursos totalmente a distância e 158 ofertados semipresencialmente (ADEB, 2016). Assim, é notória a grande vocação da EAD para a formação de profissionais e a contribuição para o mercado de trabalho.

Ainda de acordo com o referido censo, o número total de alunos que cursaram no ano de 2015 cursos técnico profissionalizantes nas modalidades a distância foi de 123.933 estudantes. Se comparado aos dados estatísticos da mesma instituição no

ano de 2013, onde o número total de matrículas nos cursos técnico profissionalizantes nas modalidades a distância foi de 69.476, observa-se que o número de estudantes praticamente dobrou nesse período de dois anos.

Diante dos dados, é perceptível a expansão da educação profissional através da educação a distância. Um dos maiores dilemas da educação profissional é expandir a oferta, mas sem abrir mão do compromisso com a qualidade educacional, buscando articular um projeto de educação que democratize o acesso, a permanência e o êxito escolar. É nesse cenário que se ressalta a importância vital da EAD como instrumento de ampliação do direito à educação (ARAÚJO, 2014). Esse é o contexto em que as Instituições Federais de Ensino estão inseridas e atuam através de programas junto a Rede e-Tec Brasil.

Com esse intuito de expansão, o governo federal criou uma política pública de profissionalização para os funcionários da educação, com a oferta de cursos técnicos profissionalizantes, através do programa Profucionário.

### **3.3 Considerações finais acerca do ensino técnico profissionalizante na modalidade a distância**

Neste capítulo foi abordado sobre o surgimento e o crescimento da educação profissionalizante, bem como sobre a sua expansão na modalidade a distância. Após a apresentação de importantes fatos e marcos sobre o ensino técnico, foi explanado sobre a contribuição da EAD para o desenvolvimento das práticas educativas, com a utilização de novas tecnologias.

Por fim, tratou-se sobre a criação da Rede e-Tec Brasil e da sua parceria com os Institutos Federais. Nesse contexto, surgiu o Programa Profucionário, ofertando cursos técnicos profissionalizantes na modalidade a distância, com o intuito de valorizar os funcionários da educação. O referido programa será assunto abordado na próxima seção.

## **4 O PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO**

Nessa seção será feita uma abordagem sobre as raízes históricas e os aspectos legais do Programa Profuncciónário, bem como sobre suas diretrizes e sua proposta político pedagógica. Por fim será contextualizado sobre a implantação do referido programa no estado do Ceará.

### **4.1 Profuncciónário: raízes históricas e aspectos legais**

Nas últimas décadas observa-se as crescentes conquistas dos funcionários da educação básica. No que se refere a formação profissional, antes do Profuncciónário ocorreram outros programas, porém o objeto de estudo dessa pesquisa se destaca por ser a primeira experiência como política de governo.

As experiências que já ocorreram e as que ainda ocorrem, além de viabilizar alterações na legislação e na normatização da profissão, inspiram a formação profissional ofertada pelo programa Profuncciónário. Essas experiências referem-se a quatro cursos profissionais de nível médio, ofertados na modalidade presencial, voltados para a formação em serviço dos funcionários da educação (BRASIL, 2014b).

As experiências relacionadas acima foram: o Projeto Arara Azul, ocorrido em Mato Grosso no período de 1992 a 2005, habilitando mais de 5.000 funcionários da rede estadual; os Cursos Profissionais da Rede Municipal de Cuiabá, ofertados no período de 1995 a 2005, formando cerca de 1.000 funcionários; os Cursos Profissionais da Rede do Distrito Federal, que ofertava três cursos técnicos onde habilitou cerca de 100 funcionários; e por fim, os Cursos Profissionais da Rede Estadual do Acre, ocorrido no período de 2000 e 2002, habilitando aproximadamente 300 funcionários (BRASIL, 2014b).

Estes cursos formavam técnicos em alimentação, gestão, multimeios didáticos e manutenção de infraestrutura escolar. Além dessas experiências houve também a proposta do Projeto Pé de Cedro que foi uma tentativa de aperfeiçoamento da formação dos funcionários em Gestão Escolar, que, embora não tendo sido concretizada, serviu de inspiração para o projeto do curso técnico de gestão escolar oferecido aos funcionários da educação de Mato Grosso do Sul, que na ocasião formou 90 profissionais (BRASIL, 2014b).

Observa-se que, com essas experiências, surge o aprendizado de desenvolver a profissionalização sobre uma base que prevê três momentos diferentes na formação, sendo: a formação pedagógica, a formação específica e a prática profissional supervisionada.

Em relação a essa base curricular, a proposta de formação do Profucionário é um novo momento, de acúmulo e diferenciação, no processo de construção das referências para a formação profissional e de reconstrução das identidades profissionais. Processo no qual tanto o Ministério da Educação quanto o Conselho Nacional de Educação se inspiraram para propor e definir as Diretrizes Curriculares da Área 21 (BRASIL, 2014b, p. 25).

Vale ressaltar que em 2004 o MEC colocou na agenda nacional, a discussão da política de valorização dos funcionários de escola, realizando o Seminário Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação. Desse seminário resultou a publicação de um documento intitulado “Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola” e na ocasião foram propostas sete ações a serem implementadas a curto prazo, visando a valorização dos funcionários da escola (BRASIL, 2004). Essas sete ações estão apresentadas no Quadro 2.

**Quadro 2** - Ações propostas pelo MEC, em 2004, visando a valorização dos funcionários não docentes da educação.

AÇÕES PROPOSTAS PELO MEC PARA A VALORIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS NÃO DOCENTES DAS ESCOLAS.	I. Publicação e disseminação do documento “Por uma Política de Valorização dos Trabalhadores em Educação – Em cena, os funcionários de escola”.
	II. Fórum on-line dos trabalhadores em educação não-docentes – Funcionários de escola.
	III. Campanha Nacional de Escolarização do Funcionário de Escola.
	IV. Curso de formação inicial (em nível técnico) semipresencial.
	V. Realização de um Diagnóstico/Censo dos Funcionários de Escola.
	VI. Construção de Referenciais Curriculares Nacionais e discussão sobre a criação de uma nova área de habilitação técnica profissional.
	VII. Formação continuada para funcionário de escola.

Fonte: MEC/SEB

A primeira ação diz respeito à divulgação do referido documento publicado, resultante das discussões, reflexões e debates ocorridos durante o Seminário. Juntamente com a divulgação do documento, a segunda ação seria disponibilizar aos participantes do Seminário e demais atores interessados na temática, um Fórum on-line, que seria um espaço interativo e democrático, destinado para realização de reflexões e debates acerca de referenciais para uma política de valorização dos funcionários de escola.

Concomitantemente, seriam articuladas medidas junto às entidades parceiras, para a deflagração da terceira ação, uma Campanha Nacional de Escolarização do Funcionário de Escola, ofertando educação básica aos trabalhadores. Com o objetivo de implantar uma nova educação profissional, a quarta ação instituiu um grupo de trabalho com o propósito de elaborar um curso de formação inicial, em nível técnico, semipresencial, destinado aos trabalhadores que já tenham concluído o ensino médio. A quinta ação proposta tratava de um estudo realizado pelo MEC em parceria com o INEP para levantar dados significativos da categoria dos funcionários da educação.

A criação de uma nova área de habilitação técnica direcionada aos funcionários da escola era a penúltima ação e por fim, a sétima ação que seria a garantia de repasse financeiro para a oferta de formação continuada, visando o aprofundamento de conhecimentos, a capacitação profissional e o desenvolvimento das habilidades técnicas.

Seguindo as ações propostas pelo MEC, em 2005 ocorreu a criação da 21ª Área Profissional de Serviços de Apoio Escolar, através da Resolução 5/2005, para a oferta de cursos de Técnico em nível médio. As habilitações englobadas nesta área dizem respeito a qualificação profissional em nível médio para o exercício de funções não docentes, de suporte administrativo-pedagógico nas escolas de Educação Básica, tais como secretarias escolares, alimentação escolar, multimeios didáticos, infraestrutura material e ambiental.

Conforme consta na legislação, a caracterização dessa área abrange atividades em nível técnico, de planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio pedagógico e administrativo nas escolas públicas e privadas de Educação Básica e Superior. Caracteriza-se ainda por serem funções educativas que se desenvolvem complementando a ação docente (BRASIL, 2005).



Após a criação da 21ª Área Profissional de Serviços de Apoio Escolar, o Ministério da Educação instituiu em 2007, através da Portaria Normativa nº 25, o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - PROFUNCIÓNÁRIO, através de cursos técnicos de formação para os funcionários da educação básica, em nível médio.

As habilitações ofertadas pelo programa são: Secretariado Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos e Infraestrutura Escolar e Ambiental.

Na ocasião, o Conselho Político do Profuncciónário foi instituído por ato do Ministério da Educação, sendo presidido pela Secretaria da Educação Básica e composto por mais seis instituições:

- a) Secretaria de Educação à Distância - MEC;
- b) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - MEC;
- c) Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação - CONSED;
- d) União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;
- e) Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação - FNCE;
- f) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

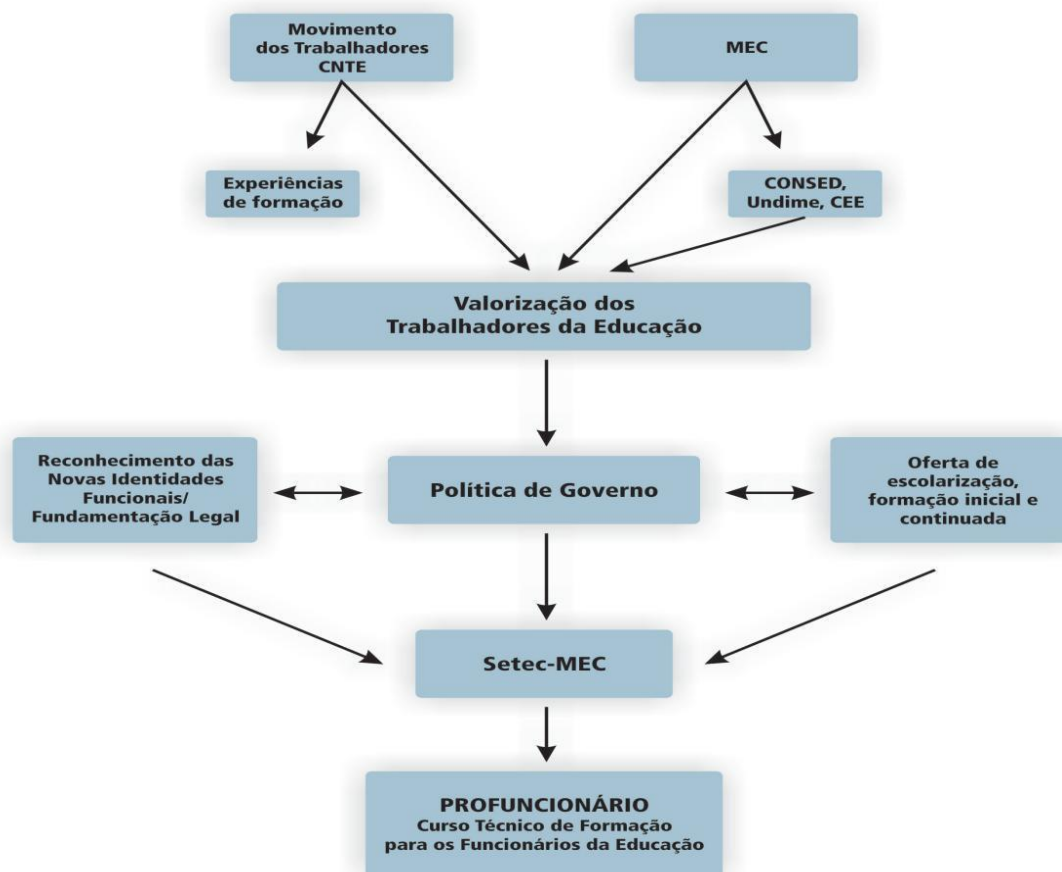
Em 2010, o Decreto nº 7.415 instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e dispôs sobre o Programa Profuncciónário. O referido decreto tinha como finalidade organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação dos profissionais da educação das redes públicas da educação básica (BRASIL, 2010).

Recentemente, o Decreto nº 8.752, datado de 09 de maio de 2016, revogou o Decreto nº 7.415/2010 e instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, fixando seus princípios e objetivos, com a finalidade de organizar seus programas e ações, em regime de colaboração com o Plano Nacional da Educação 2014/2014 (Lei 13.005/2014) e com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96).

Em 2011, o gerenciamento do Profuncciónário foi transferido da Secretaria de Educação Básica para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), conforme a Portaria Ministerial nº 1.547, na ocasião, além das instituições de ensino médio credenciadas das redes estaduais, o programa passou a contar com a participação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que “foram convocados a se responsabilizar pela oferta dos cursos na modalidade de educação a distância, como formação em serviço”(BRASIL, 2014b, p. 6).

A Figura 1 apresenta o processo de construção da política do Programa Profucionário.

**Figura 1** - Esquema da construção da proposta do Profucionário



Fonte: MEC, 2014.

Os cursos ofertados pelo Profucionário são ações de formação inicial de técnicos administrativos da educação e se inserem em seis conjuntos de diretrizes curriculares:

- a) São cursos do nível básico, do ensino médio;
- b) São cursos de formação de educador;
- c) São cursos de formação em serviço;
- d) São cursos da modalidade de educação de jovens e adultos;
- e) São cursos profissionais;
- f) São cursos da modalidade de educação a distância (BRASIL, 2014b, p. 39).

Conforme consta no caderno de orientações do Profucionário, as bases legais do referido programa derivam da Constituição Federal, quando esta trata da

educação ao discorrer os artigos 205 a 214, dos dispositivos da LDB (Lei nº 9.394/1996), do Decreto nº 5.154/2004, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais emanadas da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2014b).

Após discorrer sobre o contexto histórico do programa Profucionário, será estudada sua proposta político-pedagógica, englobando as diretrizes do programa.

#### **4.2 A proposta político pedagógica do Profucionário e suas diretrizes**

Bessa (2009, p. 485), afirma que o Profucionário, não se restringe somente a propiciar aos funcionários não docentes a aquisição de competências técnicas, mas também, propicia a construção e desenvolvimento de competências para atuar como educadores, gestores e como cidadãos.

De acordo com o caderno de Orientações Gerais do Programa, a formação técnica compreendida pelo programa engloba atividades teóricas, práticas, investigativas e reflexivas, que propiciam a aquisição de conhecimentos, habilidades e valores “que podem contribuir para que os funcionários da educação se tornem educadores competentes e se qualifiquem como pessoas, como cidadãos e como gestores de um determinado espaço escolar” (BRASIL, 2014b, p. 70).

Com relação a modalidade de ensino-aprendizagem, a proposta do Profucionário é considerada inovadora, por utilizar-se da educação à distância. Sobre esse assunto o caderno de Orientações Gerais do Programa expõe que “A educação à distância - EAD torna mais acessível à educação formal e ajuda a repensar a tradição pedagógica, configurando-se como inovação na oferta do Profucionário” (BRASIL, 2014b, p.50).

Vale ressaltar que a proposta do programa em questão foi elaborada considerando os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos.

Diz-se que os princípios são filosóficos porque expressam conceitualmente o sentido da proposta. São políticos porque expressam escolhas feitas entre alternativas possíveis. Por fim, são pedagógicos porque expressam intenção e planejamento educativos (BRASIL, 2014b, p. 71).

Sobre a relação que o programa faz entre competências e conhecimentos, tem-se que o Profucionário defende a indissociabilidade entre a teoria e a prática, pois

“não se aprende teoria para aplicar e usar na prática, mas se aprende e se constrói teoria transformando o saber viver da vivência cotidiana em prática intencional” (BRASIL, 2014b, p. 72).

O programa desenvolve uma política de valorização dos funcionários não docentes da educação através de ações articuladas em três frentes: reconhecimento das novas identidades funcionais; oferta de escolarização, formação inicial e continuada e a estruturação de planos de carreira e implementação de piso salarial (BRASIL, 2014b).

Vargas (2015) afirma que, com a finalidade de possibilitar a participação dos funcionários da educação de forma efetiva no processo educacional, (abrangendo todos os ambientes e as relações sociais da escola), o “Profucionário foi articulado em três eixos: o de Formação Pedagógica, comum a todas as habilitações; o de Formação Específica e o da Prática Profissional Supervisionada” (VARGAS, 2015, p. 44).

A proposta do núcleo de formação pedagógica é ampliar a visão dos funcionários sobre a escola forçando uma reflexão sobre suas práticas e suas relações com a própria escola, com os demais segmentos da comunidade escolar e consigo mesmos. Este núcleo destina-se a construção de conhecimentos científicos e filosóficos da educação necessários a formação e transformação do estudante em educador (BRASIL, 2014b).

No núcleo de formação técnica e específica também se problematiza a escola, mas a ênfase é para saberes que envolvem outras áreas como nutrição, engenharia, meio ambiente, informática, comunicação, biologia, administração, ciências contábeis, arquitetura entre outros. Conforme as especificidades da formação, conhecimentos diferentes serão exigidos englobando as técnicas de trabalho e o uso das tecnologias (BRASIL, 2014b).

O programa conta ainda com a Prática Profissional Supervisionada (PPS), que

é um Estágio Supervisionado, conforme define a Lei do Estágio, ou seja, um ato pedagógico curricular sujeito a acompanhamento, controle e avaliação, que supõe não somente registros e relatórios de atividades, mas a interação presencial entre o educador e o educando, nesse caso o tutor e o funcionário-estudante (BRASIL, 2014b, p. 82).

Conforme consta no caderno de orientações do programa, publicado em 2014, cada curso do Profucionário é composto por dezenove disciplinas, sendo nove de Formação Pedagógica e dez de Formação Técnica. Tem-se 480 horas no Núcleo de

Formação Pedagógica e 600 horas no Núcleo de Formação Técnica Geral e Específica, totalizando 1.080 horas de disciplinas. O programa conta ainda com 300 horas da PPS, totalizando 1.380 horas que devem ser cursadas em quatro semestres.

No Quadro 3 constam as 19 disciplinas do Profucionário, referentes ao núcleo de formação pedagógica, ao núcleo de formação técnica geral e ao núcleo de formação técnica específica.

**Quadro 3** – Disciplinas ofertadas pelo Profucionário.

PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS - 300h	<b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA – 480h</b>			
	A - Orientações Gerais - 60 h			
	B - Fundamentos e Práticas em EaD - 30 h			
	C - Orientações para a Prática Profissional Supervisionada - 30 h			
<b>Módulos de Formação Pedagógica – 360h</b>				
1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores				
2 – Educadores e Educandos: tempos históricos				
3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica				
4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica				
5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação				
6 – Gestão da Educação Escolar				
<b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL – 180h</b>				
7 – Informática Básica				
8 – Produção Textual na Educação Escolar				
9 – Direito Administrativo e do Trabalho				
<b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA – 420h</b>				
<b>SECRETARIA ESCOLAR</b> 420h	<b>MULTIMEIOS DIDÁTICOS</b> 420h	<b>ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b> 420h	<b>INFRAESTRUTURA ESCOLAR</b> 420h	
10 – Trabalho Escolar e Teorias Administrativas 11 – Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola 12 – Legislação Escolar 13 – Técnicas de Redação e Arquivo 14 – Contabilidade na Escola 15 – Administração de Materiais 16 – Estatística Aplicada à Educação	10 – Teorias da Comunicação 11 – Audiovisuais 12 – Biblioteca Escolar 13 – Oficinas Culturais 14 – Laboratórios 15 – Informática Aplicada à Educação 16 – Informática Aplicada às Artes	10 – Alimentação e nutrição no Brasil 11 – Alimentação Saudável e Sustentável 12 – Políticas de Alimentação Escolar 13 – Produção e Industrialização de Alimentos 14 – Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas 15 – Organização e Operação de Cozinhas 16 – Planejamento e Preparo de Refeições Saudáveis na Alimentação Escolar	10 – Teorias do Espaço Educativo 11 – Meio Ambiente, Sociedade, Higiene e Educação 12 – Técnicas de Construção 13 – Equipamentos Hidráulicos e Sanitários 14 – Equipamentos Elétricos e Eletrônicos 15 – Equipamentos e Materiais Didáticos 16 – Segurança na Sociedade e nas Escolas	

Fonte: BRASIL/MEC, 2014.

O Perfil Geral do Técnico em Educação no Profucionário, além de levar em consideração os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos, já citados, leva em

conta as competências gerais atribuídas ao técnico em Serviços de Apoio à Educação pela Câmara de Educação Básica do CNE (BRASIL, 2005).

Conforme consta no parecer do CNE, o técnico em educação além de identificar as várias funções educativas existentes na escola, deve contribuir com a proposta pedagógica da instituição, articulando ações educativas não docentes, sempre interagindo com os demais segmentos da escola. O Quadro 4 relaciona as referidas competências profissionais gerais do técnico em educação.

**Quadro 4** – Competências Profissionais Gerais do Técnico em Serviços de Apoio Escolar atribuídas pelo Conselho Nacional da Educação.

Competências Profissionais Gerais do Técnico em Serviços de Apoio Escolar	1. Identificar o papel da escola na construção da sociedade contemporânea;
	2. Assumir uma concepção de escola inclusiva, a partir de estudo inicial e permanente da história, da vida social pública e privada, da legislação e do financiamento da educação escolar;
	3. Identificar as diversas funções educativas presentes na escola;
	4. Reconhecer e constituir a identidade profissional educativa em sua ação nas escolas e em órgãos dos sistemas de ensino;
	5. Cooperar na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica da instituição de ensino;
	6. Formular e executar estratégias e ações no âmbito das diversas funções educativas não-docentes, em articulação com as práticas docentes, conferindo-lhes maior qualidade educativa;
	7. Dialogar e interagir com os outros segmentos da escola no âmbito dos conselhos escolares e de outros órgãos de gestão democrática da educação;
	8. Coletar, organizar e analisar dados referentes à secretaria escolar, à alimentação escolar, à operação de multimeios didáticos e à manutenção da infraestrutura material e ambiental;
	9. Redigir projetos, relatórios e outros documentos pertinentes à vida escolar, inclusive em formatos legais para as diversas funções de apoio pedagógico e administrativo.

Fonte: MEC/PARECER CNE/CEB nº 16/2005

Além das competências gerais, outras foram acrescentadas pelo programa Profucionário, obedecendo sempre as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o intuito de especificar a profissão, são elas:

- identificar e reconhecer a escola como uma das instituições sociais e nela desenvolver atividades que valorizem as funções da educação;
- descrever o papel do técnico em educação na educação pública do Brasil, de seu estado e de seu município;
- atuar e participar como cidadão, técnico, educador e gestor em educação nas escolas públicas, seja da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios;
- compreender que na escola todos os espaços são de vivência coletiva, nos quais deve saber atuar como educador;
- participar e contribuir na construção coletiva do projeto político pedagógico da escola em que trabalha de maneira a fazer avançar a gestão democrática;

- representar, nos conselhos escolares, o segmento dos funcionários da educação;
- compreender e assumir a inclusão social como direito de todos e função da escola;
- elaborar e articular com os docentes, direção, coordenadores, estudantes e pais, projetos educativos que assegurem a boa qualidade da educação na escola, bem como o cumprimento dos objetivos pactuados em seu projeto político-pedagógico;
- diagnosticar e interpretar os problemas educacionais do município, da comunidade e da escola, em especial quanto aos aspectos da gestão dos espaços educativos específicos de seu exercício profissional;
- manusear aparelhos e equipamentos de tecnologia, colocando-os a serviço do ensino e das aprendizagens educativas e formativas;
- investigar e refletir sobre o valor educativo das suas atividades no contexto escolar, para poder criar melhores e mais consistentes condições para realizá-las;
- transformar o saber fazer da vivência em prática educativa para a construção de outras relações sociais mais humanizadas. (BRASIL, 2014b)

Os perfis específicos para as quatro categorias de técnicos do Profucionário são constituídos de conhecimentos, saberes, valores e habilidades e tem como base essas competências gerais (BRASIL, 2014b).

Nos próximos parágrafos serão abordadas as competências específicas para a formação dos técnicos nas áreas de secretaria escolar, infraestrutura escolar, alimentação escolar e multimeios didáticos, conforme informações constantes no Caderno de Orientações Gerais do Programa, bem como, nos Projetos Pedagógicos de cada curso.

A formação profissional no curso Técnico em Secretaria Escolar engloba competências específicas que credencia o aluno como educador e gestor escolar. Assim, o egresso além de ler, compreender e produzir com autonomia, registros e escritas de documentos oficiais, relacionando-os com as práticas educacionais, deve ser um profissional capaz de conhecer os princípios de sua profissão, prezando sempre pela ética e transparência na educação pública (IFCE, 2015a).

Para tanto ele deve compreender e analisar a legislação educacional nas constituições, nas Leis de Diretrizes e Bases, no Plano Nacional de Educação e nas normas dos Conselhos de Educação, bem como contextualizar, na lei e na prática social, a educação escolar, o Estado e as políticas educacionais. Conhecendo as legislações, ele torna-se capaz de refletir e fazer mediações entre as normas emanadas dos conselhos de educação e o regimento escolar (IFCE, 2015a).

Compete ainda ao egresso do curso de Secretaria Escolar compreender as principais concepções de administração e como estas ressoam no planejamento

educacional a fim de que possa analisar uma gestão escolar com componentes autoritários e uma gestão escolar com componentes democráticos (IFCE, 2015a).

Conforme consta no Projeto Pedagógico do curso (IFCE, 2015a), o egresso deve ainda conhecer os fundamentos da contabilidade pública (para compreender como esta acontece na escola e na rede escolar), da administração de materiais (para que possa relacionar os equipamentos físicos e os materiais pedagógicos com a educação e a aprendizagem) e da estatística (para relacioná-la com o planejamento, a avaliação e a gestão).

Por fim, ele deve entender a unidade escolar como parte de um complexo educacional ligado a redes e sistemas de ensino, analisando as questões relativas aos meios e fins da educação, dominando os fundamentos da gestão curricular, gestão administrativa e gestão financeira da unidade escolar. Assim, torna-se apto a analisar criticamente a avaliação institucional e os processos de avaliação dos estudantes, das escolas e das redes de ensino (IFCE, 2015a).

Com relação ao Técnico em Alimentação Escolar, o MEC informa que sua formação profissional o credencia como gestor do espaço educativo de alimentação escolar, além de ressignificar a sua experiência profissional à luz da política e da legislação sobre alimentação escolar (BRASIL, 2014b).

Assim, espera-se que o egresso seja capaz de planejar e preparar cardápios escolares de alto valor nutritivo e baixo custo, para isso, além de conhecer na teoria e na prática os valores nutricionais dos alimentos, é necessário que tenha várias opções de receitas e de preparação de alimentos compatíveis com as refeições escolares, compreendendo as estações do ano e a sua influência na produção de alimentos e carnes (IFCE, 2015b).

Segundo o Projeto Pedagógico desse curso, compete ainda ao profissional habilitado no curso de alimentação escolar, conhecer os fundamentos e as práticas da educação alimentar nas diferentes fases da vida humana, sendo capaz de diagnosticar na escola casos de subnutrição, obesidade e outros estados que exigem processo de reeducação alimentar. Portanto, deve aprender as técnicas de relações humanas com crianças, adolescentes e adultos, no sentido de acompanhá-los em sua educação alimentar criando meios que contribuam para a formação de hábitos saudáveis de alimentação e nutrição escolar (IFCE, 2015b).

O técnico em Alimentação Escolar deve também conhecer as políticas nacionais de abastecimento, de produção de alimentos e de alimentação escolar no



contexto nacional, tendo um conhecimento crítico quanto ao superfaturamento ou desvio da merenda escolar. Além de dominar os princípios e práticas da organização de uma cantina e cozinha escolar, bem como o funcionamento e reparo dos seus equipamentos, deve também conhecer os princípios e as técnicas de higiene e segurança do trabalho referentes à sua área de atuação, incluindo práticas de conservação e armazenamento de alimentos e correto manejo do lixo (IFCE, 2015b).

Por fim, o técnico em Alimentação Escolar deve ter a habilidade para dialogar com os profissionais das diversas áreas da educação e esforçar-se para praticar a interdisciplinaridade na educação alimentar e na oferta de merenda escolar (IFCE, 2015b).

Já a formação profissional do curso Técnico em Infraestrutura Escolar credencia o aluno como gestor do meio ambiente e da manutenção da infraestrutura escolar. Nesse caso, o egresso além de agir solidariamente com os educadores e educandos na gestão do meio ambiente e do espaço escolar deve ter a sensibilidade para identificar as carências e disfunções dos espaços físicos em relação aos princípios da educação brasileira e à proposta pedagógica da escola (IFCE, 2015c).

Portanto, é necessário que o técnico habilitado seja capaz de gerenciar, do planejamento à execução, os serviços de higiene e limpeza da escola, bem como compreender as questões de segurança das escolas, no contexto de seu espaço geográfico e de seu projeto político-pedagógico, valorizando as relações de vizinhança e de serviço à comunidade (IFCE, 2015c).

Compete ainda a este profissional conhecer a operação dos principais equipamentos elétricos e eletrônicos em uso nas escolas, bem como saber executar reparos ao alcance dos recursos disponíveis (IFCE, 2015c).

Com relação a estrutura física da escola, deve cuidar da conservação dos níveis desejáveis de ventilação e de temperatura ambiente nos espaços interiores das escolas, bem como conhecer a rotina de manutenção física dos prédios escolares, incluindo tarefas de impermeabilização, conservação de coberturas, pisos e pinturas, bem como técnicas simples de construção em madeira, metal e alvenaria (IFCE, 2015c).

Para executar com qualidade suas atividades laborais o egresso do curso de Infraestrutura Escolar deve ter conhecimento e dominar a leitura e interpretação dos projetos físicos dos prédios que compõem a escola sendo capaz de entender os procedimentos de manutenção das redes elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário,

bem como identificar problemas de funcionamento e executar reparos conjunturais, na medida dos recursos da escola (IFCE, 2015c).

Por fim, este profissional deve conhecer os princípios básicos e práticas mais simples da arquitetura e da engenharia civil a fim de que seja capaz de dialogar com os profissionais dessas áreas na perspectiva da formulação de espaços educativos e da qualificação da aprendizagem (IFCE, 2015c).

Já a habilitação no curso Técnico em Mídias Didáticas credencia o profissional como educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia na escola. Seu egresso além de dominar os conceitos básicos e as diversas teorias no campo da comunicação, deve entender a leitura das diversas linguagens e seu uso na instrução e na educação (BRASIL, 2014b).

Além disso, o Projeto Pedagógico desse curso determina que o Técnico em Mídias Didáticas deve dominar os fundamentos das linguagens audiovisuais de comunicação (teatro, fotografia, cinema, rádio, televisão e internet), bem como os fundamentos da informática, através do uso do computador no processo de ensino e aprendizagem, da internet como fonte de pesquisa e das novas tecnologias aplicadas às artes, com o domínio prático dos principais programas. Deve conhecer também a história e a produção cultural do município, aproximando-se de produtores e atores locais, com vistas à integração entre a escola e a comunidade (IFCE, 2015d).

É necessário que o profissional habilitado tenha familiaridade com os principais jornais e revistas do Brasil, bem como saiba produzir mídia impressa, a fim de que possa confeccionar jornais da própria escola. Cabe a este profissional entender e dominar o conceito de mídia educativa e seus desdobramentos na produção de livros didáticos, de programas de rádio, de televisão e de vídeos educativos (IFCE, 2015d).

Outra atividade deste técnico é o gerenciamento de bibliotecas e videotecas escolares, supervisionado por profissionais habilitados em biblioteconomia. Portanto, além de conhecer as questões básicas referentes a livros (produção, edição, classificação, catalogação) é necessário dominar os aspectos operacionais de bibliotecas escolares, inclusive da captação de títulos didáticos, literários e científicos, relacionados ao currículo da educação básica (IFCE, 2015d).

Por fim, ao realizar a gestão dos espaços físicos (auditórios, salas de vídeo, salas de dança) espera-se que o egresso mantenha um relacionamento construtivo com todos os professores, prontificando-se a ajudá-los em seu trabalho de ensino com o uso das tecnologias de informação disponíveis na escola e na comunidade. Sendo assim é

preciso que ele compreenda o papel dos professores, dos técnicos e dos estudantes no manuseio dos equipamentos e materiais, possibilitando uma integração dos conteúdos curriculares da educação básica (IFCE, 2015d).

As respectivas competências devem ser adquiridas no decorrer dos cursos, através dos estudos teóricos e práticos. Para a formação de um profissional qualificado, o programa considera três elementos essenciais para a busca dessas competências: os estudantes (sujeitos da formação e em formação), a identidade profissional e as relações entre as competências individuais e as competências profissionais (BRASIL, 2014b).

O Profucionário compreende que as competências individuais são aquelas que constituem a condição humana, como ser capaz de produzir, refletir, modificar, aprender, inventar, decidir e sonhar. Já as competências profissionais são aquelas adquiridas, construídas, reconstruídas, modificadas e aprendidas, que unificam e distinguem os indivíduos em categorias profissionais, aceitas e reconhecidas socialmente. Para criar a nova identidade profissional, o programa julga importante relacionar as competências individuais com as competências profissionais (BRASIL, 2014b).

Os estudantes do Profucionário são pessoas que possuem um saber construído na vivência cotidiana do seu fazer. Esses aspectos da vivência e do saber fazer precisam ser desconstruídos e reconstruídos para que possa surgir uma nova identidade profissional. Essa desconstrução e reconstrução proposta pelo programa supõe o princípio da construção de conhecimentos e competências através da problematização, da investigação e da reflexão como prática profissional. Para o Ministério da Educação, a identidade profissional ensejada pelo Profucionário, não se resume apenas às competências técnicas das habilitações previstas, engloba também o perfil humano, cidadão e gestor que cada profissional da educação precisa ter (BRASIL, 2014b).

### **4.3 O Profucionário no estado do Ceará**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) aderiu ao programa em 2012, quando o presidente do Conselho Superior em Exercício aprovou, através da Resolução nº 041 do CONSUP, emitida em 09 de agosto de 2012, os projetos pedagógicos dos cursos técnicos de Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar e Alimentação Escolar que fazem parte do Programa Nacional de Valorização

dos Trabalhadores em Educação. Consta ainda na resolução que os cursos devem ser ofertados na modalidade de Educação a Distância.

Estas foram as categorias ofertadas inicialmente com turmas nos polos e-TEC de Caucaia, Pacajus e Horizonte. Atualmente, o IFCE oferece, além dos três cursos citados anteriormente, Técnico em Multimeios Didático e atua nos polos de Russas, Aracati, Mauriti, Campos Sales, Quixeramobim, Fortaleza, Tauá, Crateús, Caucaia e Pacajus.

A seleção dos alunos é realizada com a colaboração da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), das secretarias de educação municipais, bem como dos sindicatos das categorias. Participam da seleção os servidores das redes municipal e estadual de ensino básico do estado do Ceará, uma vez que o programa visa à formação dos funcionários de escolas, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a atividade que exerce na escola.

Como já citado na seção 1, em 2016 o programa atingiu 2.798 matrículas sendo 29,52% egressos com êxito, 17,89% matrículas em curso e 51,42% evadidos ou represados. Na Tabela 2 apresentamos os quantitativos de matrículas e egressos por curso.

**Tabela 2:** Total de matrículas e quantitativo de egressos do Profuncionário / IFCE, por curso, até o período 2016.2.

CURSO	TOTAL DE MATRICULAS	EGRESSOS	MATRÍCULAS EM CURSO	EVADIDOS/RE PRESADOS
Secretaria Escolar	1.723	556	337	830
Infraestrutura Escolar	259	65	27	167
Alimentação Escolar	399	128	61	210
Multimeios Didáticos	417	77	108	232
<b>TOTAL</b>	<b>2.798</b>	<b>826</b>	<b>533</b>	<b>1.439</b>

Fonte: IFCE/2017.

Conforme determina a resolução nº 041 do CONSUP/IFCE, os cursos técnicos do Profuncionário ofertados pelo IFCE são realizados na modalidade de Ensino a Distância, na metodologia semipresencial, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Desse modo, para cada disciplina ocorre a utilização do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos onde são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados (IFCE, 2015a).

Segundo a coordenação do programa, os encontros presenciais ocorrem em regime de carga horário integral, manhã e tarde, obrigatoriamente aos sábados e devem ser previamente agendados. Os polos e-Tec disponibilizam estruturas adequadas para os cursos, como bibliotecas, computadores e tutores presenciais.

Com relação ao ambiente de ensino virtual de aprendizagens, o Profuncionário utiliza-se da plataforma *Moodle*. É através desse ambiente virtual de aprendizagem – AVA que ocorre a interação entre professores, tutores e alunos. No AVA é prevista a utilização de ferramentas que auxiliam no desenvolvimento de estudos e colocam o aluno em contato com atividades diferenciadas, possibilitando a melhoria do autodesenvolvimento dos conhecimentos estudados pelos alunos. Os principais recursos tecnológicos disponíveis no *Moodle* são wiki, fóruns, tarefas, *quiz*, mensagens e chat (IFCE, 2015a).

Com relação às avaliações, o Profuncionário acredita que deve ocorrer de forma processual, servindo de instrumento de construção, desconstrução e reconstrução das identidades escolares e profissionais. Dessa forma ela deve estabelecer uma relação com o cotidiano dos sujeitos envolvidos, sendo um ato de reflexão e de crítica com o objetivo de situar o indivíduo no interior de um processo mais amplo, de domínio de competências e habilidades que se desenvolvem costumeiramente no seu ambiente de ensino e aprendizagem e no seu espaço de trabalho (IFCE, 2015a).

Para efetivar o processo de avaliação, o programa adota como instrumentos: o memorial construído pelos estudantes ao longo do curso, o registro das 300 horas de carga horária da Prática Profissional Supervisionada em formulário específico e o Relatório Final.

A equipe responsável pela oferta do programa no IFCE é composta pelo Diretor Geral do Programa, pelos Coordenadores de Cursos e pelos articuladores de polos. Estes trabalham em parcerias com os coordenadores dos polos e seus respectivos tutores presenciais.

Com relação a esfera pedagógica, o programa conta com professores institucionais, pedagogos, professores formadores e tutores a distância, todos responsáveis pelo conteúdo técnico pedagógico do Profuncionário. Todos os membros da equipe trabalham em parceria com o suporte técnico, responsável pelo desenvolvimento das atividades junto à plataforma do ambiente virtual de aprendizagem.

Com relação ao material pedagógico bibliográfico, o IFCE utiliza-se das apostilas elaboradas pelo MEC em parceria com a UFMT que são obrigatórias para o desenvolvimento do Profucionário.

#### **4.4 Considerações finais sobre o Programa Profucionário**

Neste capítulo foi apresentado o Programa Profucionário, englobando suas raízes históricas e suas bases legais e descrevendo sua proposta político pedagógica. Discorreu-se sobre a estrutura curricular, que está organizada em três núcleos (Formação Pedagógica, Formação Técnica e Prática Profissional Supervisionada), bem como sobre as disciplinas ofertadas pelo programa em cada núcleo.

Foram apresentadas as competências profissionais gerais, atribuídas tanto pelo CNE quanto pelo próprio programa, ao Técnico em Serviços de Apoio Escolar. Explanou-se ainda sobre os perfis específicos para as quatro habilitações de técnicos do Profucionário, com suas respectivas competências específicas.

Por fim, abordou-se a implantação do Profucionário no estado do Ceará em parceria com o IFCE. Após a sedimentação de importantes fatos e informações acerca do Programa, na próxima seção, segue a metodologia do estudo.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 60), “o interesse e a curiosidade do homem pelo saber levam-no a investigar a realidade sob os mais diversificados aspectos e dimensões”. Investigar é buscar novos conhecimentos e para que esse conhecimento possa ser considerado científico é necessário “determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento” (GIL, 2008, p. 8).

Conforme afirma Lakatos e Marconi (2010, p. 65), “não há ciência sem o emprego de métodos científicos”. Partindo dessa premissa, nessa seção, serão abordados os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa. Trata-se da natureza da pesquisa e sua base teórica, do seu lócus, dos sujeitos participantes, do universo e amostra, do instrumento de coleta e da forma como estes foram analisados.

### 5.1 Tipologia da Pesquisa

O estudo sobre os egressos do Profucionário enquadra-se como pesquisa descritiva, visto que focaliza um determinado grupo social, os funcionários não docentes da educação, objetivando caracterizar a população. Para Gil (2008) a pesquisa descritiva procura descrever as características do fenômeno pesquisado ou de determinada população pesquisada, estabelecendo dessa forma, relações entre variáveis e utilizando-se da pesquisa de campo para coleta de dados.

Ao se levantar dados relevantes e convenientes dos egressos (fontes diretas) os quais conhecem e vivenciam o tema em questão, caracteriza a pesquisa como empírica, a medida que “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” (YIN, 2010, p. 32).

Utilizando a abordagem de Ganga (2012), quanto aos procedimentos técnicos o estudo se classifica do tipo *survey*, visto que essa foi a técnica utilizada para colher informações sobre as percepções dos egressos do Profucionário com relação à contribuição do programa para sua formação e atuação profissional. Essa técnica possibilita investigar todos os membros de um grupo, através da coleta de informações (opiniões, conhecimentos, atitudes e experiências) de um número relativo de pessoas, como também pode ser utilizado para avaliar programas (BABBIE, 2005).

Ressalta-se que o levantamento *survey*, técnica utilizada nesta pesquisa, pode ser de dois tipos: interseccionais e longitudinais (BABBIE, 2005). Para este

trabalho, foi utilizado o *survey* interseccional, uma vez que a coleta de dados foi realizada em um único intervalo de tempo, desde o início do programa no IFCE até o ano de 2016.

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se tanto como quantitativa quanto qualitativa. Neste trabalho, estas duas abordagens se complementam, já que os dados quantitativos, além de caracterizar as informações mais gerais, servirão de base para as análises qualitativas.

Trata-se de abordagem quantitativa por ter como objeto da pesquisa uma população comparável entre si, podendo-se colher opiniões e atitudes conscientes dos entrevistados e por utilizar instrumento padronizado, com perguntas claras e objetivas. Minayo e Sanches (1993, p. 247) consideram que a abordagem quantitativa “tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis”.

Considerando que os dados levantados se referem a percepções de um grupo, onde foram coletadas as opiniões e as expectativas dos egressos do programa, esta pesquisa tem enfoque qualitativo, possibilitando uma compreensão aprofundada dos fenômenos. A pesquisa qualitativa

pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos (RICHARDSON, 2007, p. 90).

O referencial teórico desta pesquisa englobou um levantamento bibliográfico e documental, ao realizar seleções e fichamentos de informações relacionadas a pesquisa, seja em legislações ou publicações bibliográficas e científicas, dando suporte para o entendimento do contexto em que se insere o programa Profucionário no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Lakatos e Marconi (2010, p. 157) afirmam que “o levantamento de dados, primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias)”.

Por fim, esta pesquisa caracteriza-se como pesquisa de campo, já que serão coletados dados “in loco”, diretamente com os egressos dos cursos em questão do IFCE, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa.



## 5.2 Lócus da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), instituição responsável pela oferta do programa no estado do Ceará.

O IFCE tem como missão produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

A instituição é composta pela Reitoria e seus 33 *campi* e oferta cursos nos níveis técnicos, superiores, de pós-graduação e cursos de formação inicial e continuada. Na parte administrativa o IFCE conta com 05 (cinco) Pró-Reitorias, a saber: Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

O Profunecionário está vinculado à Diretoria da Educação à Distância, que por sua vez está vinculada à Pró-Reitoria de Ensino. Os cursos inicialmente ofertados foram Secretaria Escolar, Alimentação Escolar e Infraestrutura escolar. Atualmente também é ofertado o curso de habilitação em Multimeios Didáticos.

Ressalta-se que os cursos técnicos ocorreram na modalidade da Educação à Distância, sendo ofertados inicialmente nos polos e-Tec das cidades de Caucaia, Pacajus e Horizonte. Atualmente o programa em estudo atua nos polos de Russas, Aracati, Quixeramobim, Fortaleza, Tauá, Caucaia, Pacajus, Campos Sales, Mauriti e Crateús.

## 5.3 Universo e Amostra

Desde o período de 2012.2 até 2016.2 foram efetuadas 2.798 matrículas nos cursos técnicos integrantes ao programa Profunecionário do IFCE. Destes alunos ingressantes tem-se 556 egressos em Secretaria Escolar, 65 em Infraestrutura Escolar, 77 em Multimeios Didáticos e 128 em Alimentação Escolar, totalizando 826 egressos dos cursos técnicos profissionalizantes vinculados ao Profunecionário, compondo assim o universo populacional da pesquisa.

Na perspectiva de investigar a contribuição do programa Profunecionário para a formação e a atuação profissional dos egressos, tendo em vista as propostas das diretrizes do referido programa, os sujeitos participantes desta pesquisa são os egressos

dos cursos técnicos profissionalizantes de Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Alimentação Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do estado do Ceará (IFCE).

A amostra foi formada pelos voluntários que se dispuseram a responder o questionário. Em função dos quantitativos de respondentes e das características de cada curso, definiu-se uma amostra probabilística estratificada proporcional.

Para garantir a representatividade dos egressos por curso, ficou definido que cada curso será um estrato. Para calcular o tamanho das amostras, empregou-se a fórmula proposta pelos autores Fonseca e Martins (1996), para populações finitas.

Fórmula 1

$$n = \frac{z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2(N-1) + z^2 \cdot p \cdot q}$$

Fonte: FONSECA; MARTINS, 1996, p. 179.

Onde:

n = tamanho da amostra;

N = tamanho da população, que nesse caso é 826;

z = corresponde ao nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão. Para esta pesquisa, foi utilizado o nível de confiança de 95%, obtendo-se o valor de  $z = 1,96$ ;

p = a estimativa da verdadeira proporção de um dos níveis da variável escolhida. Segundo Oliveira (2003, p. 90), há três maneiras de ser estimado o valor de “p”, pode ser por valores históricos, por amostra piloto ou pelo valor máximo para “p”. Nesta pesquisa foi utilizada a alternativa do valor máximo, sendo o valor de “p” = 0,5 obtendo, assim, a estimativa que dará maior amostra;

q = refere-se a porcentagem complementar, portanto  $q = (1 - p)$ . Nessa pesquisa  $q = 1 - 0,5$ , onde tem-se  $q=0,5$ ;

d = é o erro de estimação expresso em decimais. É a máxima diferença admitida entre a verdadeira proporção (não conhecida) e a estimativa da verdadeira proporção. O erro de estimação utilizado foi de 5% (0,05);

Aplicando-se a equação, chegou-se a uma amostra composta por 262 egressos. Conhecidos os estratos e o tamanho total da amostra, foi possível determinar o

tamanho da amostra para cada estrato, distribuindo o tamanho total da amostra proporcionalmente à quantidade de egressos em cada instituição. A Tabela 3 apresenta como foi feita a distribuição da amostragem.

Tabela 3 – População de egressos x Amostra obtida

<b>Polo e-Tec</b>	<b>População de Egressos</b>	<b>%</b>	<b>Tamanho da Amostra</b>
<b>Alimentação Escolar</b>	128	15,50%	41
<b>Infraestrutura Escolar</b>	65	7,87%	21
<b>Multimeios Didáticos</b>	77	9,32%	24
<b>Secretaria Escolar</b>	556	67,31%	176
<b>TOTAL</b>	<b>826</b>	<b>100%</b>	<b>262</b>

Fonte: Elaboração própria

Portanto, para um nível de confiança de 95% e um erro estimado de 5%, o tamanho da amostra para os cursos de Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar é de 41, 21, 24 e 176 egressos, respectivamente.

#### **5.4 Instrumento de coleta de dados**

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada através da aplicação de questionários com os funcionários da educação que são alunos egressos dos cursos técnicos do Profucionário ofertados pelo IFCE, com o intuito de identificar os aspectos positivos e negativos dos cursos sob a percepção dos egressos, de investigar e identificar as contribuições ocorridas na vida profissional destes alunos, bem como de averiguar se os egressos atuam como educadores participando do processo de ensino aprendizagem, conforme as expectativas do programa.

Foi escolhido o questionário como instrumento de coleta de dados, por possibilitar medir com mais exatidão o que se deseja, além de possuir a vantagem de os respondentes se sentirem mais confiantes, dado o anonimato, o que possibilita coletar informações e respostas mais reais (CERVO ET AL, 2009).

O questionário foi elaborado com base no Caderno de Orientações Gerais do Programa Profucionário e é composto por vinte e duas questões, sendo três do tipo aberta e dezenove do tipo fechada. Estas questões estão divididas em cinco categorias, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Categorias do Questionário x Assunto

<b>Categoria</b>	<b>Assunto abordado</b>
<b>A</b>	O egresso e seu ambiente escolar
<b>B</b>	O egresso e sua percepção sobre o Profuncionário
<b>C</b>	O egresso e as diretrizes do programa
<b>D</b>	O egresso e sua atividade profissional
<b>E</b>	O perfil do egresso

Fonte: Elaboração própria.

Ressalta-se que para cada curso será aplicado um questionário diferente, pois a categoria “D” foi elaborada considerando as atividades profissionais especificadas de cada habilitação.

Na categoria A, O egresso e seu ambiente escolar, as perguntas são fechadas e visam identificar se o egresso atua em ambiente escolar (podendo este ser municipal, estadual ou particular) e se está exercendo atividade remunerada dentro ou fora da área do curso realizado. As questões também identificam o que mudou em sua vida após a conclusão do curso técnico, se ele se sentiu valorizado e, ainda, se houve melhorias no convívio com os colegas dentro da unidade escolar.

Já na categoria B, O egresso e sua percepção sobre o Profuncionário, as questões fechadas foram formuladas com o intuito de investigar a avaliação que o egresso faz com relação ao Programa, bem como se suas expectativas foram atendidas. Nesta parte, constam ainda três perguntas abertas que buscam identificar quais são os pontos positivos, os pontos negativos e as sugestões de melhorias para o Programa.

A categoria C, O egresso e as diretrizes do programa, refere-se às competências gerais atribuídas aos Técnicos em Serviços de Apoio à Educação, pela CEB – Câmara de Educação Básica, pertencente ao Conselho Nacional da Educação (CNE). Nesta seção são elencadas as competências gerais a fim de investigar se foram ou não desenvolvidas no egresso.

Na seção D, O egresso e sua atividade profissional, o foco foi nas competências específicas de cada habilitação técnica. Neste caso, foram elencadas as competências específicas de cada curso técnico a fim de analisar se foram ou não desenvolvidas no egresso.

Por fim, a categoria E, Perfil do egresso, corresponde a perguntas direcionadas a identificar o perfil dos alunos, como gênero, idade, polo em que cursou o Profuncionário, ano de conclusão do curso, há quanto tempo estava sem estudar e se pretende prosseguir com os estudos.

O instrumento de coleta de dados ressalta o teor e os objetivos da pesquisa ao egresso, bem como a garantia do sigilo dos dados. Haverá, ainda, campo específico para o Termo de Ciência e Consentimento, através das opções “Dou ciência e consentimento” ou “Não dou ciência nem consentimento”. As respostas dos questionários que optarem pela segunda opção serão desconsideradas.

Nessa pesquisa, a elaboração e a aplicação do questionário foi realizada através da ferramenta *google forms*, utilizada na internet e disponibilizada pelo site [www.google.com.br](http://www.google.com.br). Foi escolhida essa ferramenta levando em consideração sua fácil utilização, a forma imediata de compilação dos dados coletados em uma planilha *on line* e a agilidade que ela proporciona no processo de coleta de dados, considerando principalmente que o público-alvo encontra-se espalhado em diversos municípios, já que é uma pesquisa de abrangência no estado do Ceará.

Após a elaboração do questionário, foi aplicado o pré-teste com cinco alunos egressos, a fim de validá-lo antes de sua utilização definitiva, buscando o aprimoramento de suas questões com as alterações sugeridas.

## **5.5 Análise dos dados**

Após a coleta dos dados através do questionário, a próxima etapa correspondeu ao processo de análise e interpretação. Com relação aos dados quantitativos, foi realizada uma análise estatística descritiva da amostra com apresentação dos resultados em frequência absoluta (f) e relativa (%). Esses dados também foram tabulados utilizando uma planilha eletrônica de dados, onde os cruzamentos entre as variáveis foram realizados pela própria autora. Em seguida, os dados foram organizados em gráficos, tabelas e estão apresentados no próximo capítulo.

Quanto à análise dos dados qualitativos foi utilizada a técnica de análise de conteúdo na perspectiva de Bardin. Enquanto método, a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto (BARDIN, 2011, p. 37).

Para o autor a intenção da análise de conteúdo é “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p.44).

Diante do exposto, percebe-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Bardin (2011) sugere três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, no caso, os questionários aplicados. A exploração do material consiste na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. No tratamento, inferência e interpretação dos dados, revela-se o conteúdo do material tornando-o válido e com significado diante do objetivo proposto na pesquisa. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2011).

Considerando que esta pesquisa apresentou uma grande quantidade de dados, a análise de conteúdo foi realizada com o auxílio do software Atlas Ti. Segundo Gibbs (2009) os softwares para análise de dados qualitativos apresentam ferramentas que permitem

[...] administrar a codificação e o acesso a textos combinados com buscas sofisticadas. A codificação e o acesso não apenas facilitam a seleção de trechos de textos (ou mesmo partes de imagens) e a aplicação de códigos, mas também tornam mais fácil acessar todos os textos codificados da mesma forma sem descontextualização, ou seja, sem perder qualquer informação sobre a origem desse texto. Estes programas podem ajudar no processo analítico, pois oferecem uma série de instrumentos para examinar características e relações (GIBBS, 2009, p. 137).

Queiroz e Cavalcanti (2011) destacam as potencialidades do software e enfatizam que ele é capaz de gerenciar distintos tipos de documentos ou instrumentos de coleta de dados (respostas às questões abertas de questionários, relatórios de observação, cartas, áudios, imagens e vídeos).

Inicialmente, foi feita uma pré-análise dos dados coletados, organizando-os em uma única planilha para que pudessem ser transferidos para o programa Atlas Ti.

Em seguida, todo o material foi codificado e agrupado em famílias, de acordo com o assunto abordado, sendo criadas categorias empíricas e analíticas para facilitar a análise dos resultados. Os dados obtidos foram organizados de acordo com os objetivos propostos nessa pesquisa tornando possível a interpretação dos resultados com suas devidas inferências.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados os resultados e realizadas as discussões desta pesquisa, após o tratamento e a análise dos dados, levando-se em consideração o questionamento e os objetivos apresentados na introdução desta dissertação.

O instrumento da pesquisa foi encaminhado por e-mail para os 826 egressos, sendo que desses 260 alunos responderam, 352 não responderam e 214 dos e-mails retornaram por serem inválidos. Do total de respondentes, 41 são do curso de Alimentação Escolar, 22 de Infraestrutura Escolar, 30 de Multimeios Didáticos e 167 de Secretaria Escolar. Na Tabela 5, tem-se a relação entre a população de egressos e o tamanho da amostra obtida.

Tabela 5 – População de egressos x Tamanho da Amostra x Amostra obtida

Curso	População de Egressos		Amostra Obtida	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
<b>Alimentação Escolar</b>	128	16%	41	16%
<b>Infraestrutura Escolar</b>	65	8%	22	9%
<b>Multimeios Didáticos</b>	77	9%	30	11%
<b>Secretaria Escolar</b>	556	67%	167	64%
<b>TOTAL</b>	<b>826</b>	<b>100%</b>	<b>260</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria

As estatísticas apresentadas nas tabelas representam uma dupla representação numérica: os dados absolutos, referentes a contagem da quantidade de respostas sobre a variável pesquisada, estão representados na coluna Frequência (f), e os valores relativos pelo símbolo %, expressando probabilidades empíricas ao se induzirem conclusões para toda a população em estudo.

### 6.1 Análise do Perfil dos Respondentes

Ao analisar o perfil dos egressos no que diz respeito ao gênero (masculino/feminino), observa-se que os participantes são em sua maioria do gênero feminino (78%), enquanto que a participação masculina é de 22%, conforme apresentado na Tabela 6.



Tabela 6– Gênero dos egressos do Profucionário – 2014 a 2016

<b>Gênero</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Feminino	204	78%
Masculino	56	22%
<b>Total</b>	<b>260</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Relacionando o gênero dos respondentes com o curso que concluíram, conforme demonstrado na Tabela 7, destaca-se que os cursos com maior presença feminina são Alimentação Escolar (88%), Secretaria Escolar (83%) e Multimeios Didáticos (73%) enquanto que o curso de Infraestrutura Escolar tem maior frequência masculina (64%).

Tabela 7 – Gênero dos egressos do Profucionário por curso – 2014 a 2016

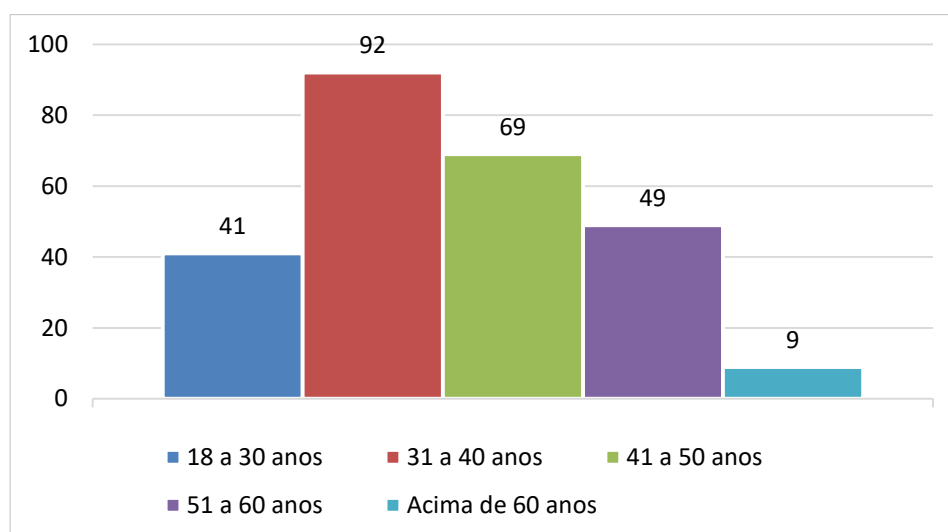
<b>Curso</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	<b>TOTAL</b>
Secretaria Escolar	138	29	167
Infraestrutura Escolar	8	14	22
Alimentação Escolar	36	5	41
Mutimeios Didáticos	22	8	30
<b>TOTAL</b>	<b>204</b>	<b>56</b>	<b>260</b>

Fonte: Elaboração própria.

A predominância do sexo masculino no curso de Infraestrutura pode ser justificável considerando o exercício das atividades vinculadas a esse curso, em sua maioria realizada por homens.

Com relação a idade dos egressos da amostra obtida, conclui-se que aproximadamente 35% encontram-se na faixa etária de 30 a 40 anos, enquanto que somente 3% já possuem acima de 60 anos. No Gráfico 1, é possível visualizar a quantidade de egressos por faixa etária.

Gráfico 1 – Faixa etária dos egressos do Profucionário do IFCE



Fonte: Elaboração própria

Relacionando a quantidade de egressos por faixa etária e por curso, observa-se que no curso de Alimentação Escolar a faixa etária predominante é entre 41 e 50 anos, no curso de Infraestrutura Escolar predominam as idades entre 51 a 60 anos, enquanto que em Multimeios Didáticos e em Secretaria Escolar predominam a faixa etária de 31 a 40 anos, conforme apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 – Faixa etária dos egressos do Profucionário por curso – 2014 a 2016

Curso \ Faixa Etária	Alimentação Escolar		Infraestrutura Escolar		Multimeios Didáticos		Secretaria Escolar		TOTAL	
	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)
18 a 30 anos	3	7,3%	3	13,6%	6	20,0%	29	17,4%	41	15,8%
31 a 40 anos	12	29,3%	7	31,8%	13	43,3%	60	35,9%	92	35,4%
41 a 50 anos	16	39,0%	4	18,2%	7	23,3%	42	25,1%	69	26,5%
51 a 60 anos	6	14,6%	8	36,4%	4	13,3%	31	18,6%	49	18,8%
Acima de 60 anos	4	9,8%	0	0,0%	0	0,0%	5	3,0%	9	3,5%
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>	<b>167</b>	<b>100%</b>	<b>260</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria

Com relação ao ano em que os egressos da amostra concluíram os cursos, observa-se que 109 concluíram em 2014, enquanto que em 2015 e 2016 a quantidade foi diminuindo, sendo 85 e 66 egressos, respectivamente. Logo, a amostra está composta por 45% de egressos formados em 2014, 30% em 2015 e 25% em 2016, conforme exposto na Tabela 9.

Tabela 9 – Ano de conclusão do curso - Egressos do Profuncionário IFCE

Variável	Alimentação Escolar		Infraestrutura Escolar		Multimeios Didáticos		Secretaria Escolar		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Formados em 2014	26	63%	14	64%	0	0%	76	46%	<b>116</b>	<b>45%</b>
Formados em 2015	6	15%	7	32%	0	0%	65	39%	<b>78</b>	<b>30%</b>
Formados em 2016	9	22%	1	5%	30	100%	26	16%	<b>66</b>	<b>25%</b>
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>	<b>167</b>	<b>100%</b>	<b>260</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria

Considerando que o Profuncionário é um programa de incentivo à formação continuada, foi indagado aos egressos sobre a intenção em prosseguir com os estudos. Nesse caso, observa-se que 233 egressos têm intenção em dar continuidade aos estudos, enquanto que somente 27 não tem essa intenção.

Na Tabela 10, é apresentada a relação entre o interesse em prosseguir estudando por curso do Profuncionário. Nessa análise, é notório que no curso de Multimeios Didáticos 100% dos alunos se manifestaram com interesse em prosseguir estudando.

Tabela 10 – Interesse em prosseguir estudando por curso do Profuncionário do IFCE

Curso \ Interesse em prosseguir estudando	Alimentação Escolar		Infraestrutura Escolar		Multimeios Didáticos		Secretaria Escolar		TOTAL	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
<b>Sim</b>	33	80,5%	21	95,5%	30	100,0%	149	89,2%	<b>233</b>	<b>89,6%</b>
<b>Não</b>	8	19,5%	1	4,5%	0	0%	18	10,8%	<b>27</b>	<b>10,4%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>	<b>167</b>	<b>100%</b>	<b>260</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria

Realizando uma análise minuciosa desses 27 respondentes que não têm intenção em continuar seus estudos, observa-se que 5 deles já estão com mais de 60 anos, 14 estão na faixa etária entre 51 a 60 anos, enquanto que 6 estão entre 41 e 50 anos e somente 2 encontram-se entre 31 a 40 anos.

Na Tabela 11, ao relacionar a variável “interesse em prosseguir com os estudos” com a variável “gênero”, observa-se que desses 27 que não tem interesse em continuar estudando, 24 são mulheres.

Tabela 11 – Interesse em prosseguir estudando x Gênero

Interesse em prosseguir estudando por Gênero		TOTAL	
		f	%
Sim	Feminino	180	69,2%
	Masculino	53	20,4%
Não	Feminino	24	9,2%
	Masculino	3	1,2%
<b>TOTAL</b>		<b>260</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria

Outro ponto indagado foi a quanto tempo o egresso estava sem estudar, antes de cursar o Profucionário. Conforme apresentado na Tabela 12, aproximadamente 41% estavam sem estudar a menos de dois anos enquanto que quase 39% estavam há mais de cinco anos sem estudar.

Tabela 12 – Tempo dos egressos sem estudar por curso – Profucionário IFCE

Curso	Menos de 2 anos		Entre 2 a 5 anos		Há mais de 5 anos		TOTAL	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Alimentação Escolar	9	3,5%	11	4,2%	21	8,1%	<b>41</b>	<b>15,8%</b>
Infraestrutura Escolar	5	1,9%	2	0,8%	15	5,8%	<b>22</b>	<b>8,5%</b>
Mutimeios Didáticos	19	7,3%	6	2,3%	5	1,9%	<b>30</b>	<b>11,5%</b>
Secretaria Escolar	74	28,5%	33	12,7%	60	23,1%	<b>167</b>	<b>64,2%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>107</b>	<b>41,2%</b>	<b>52</b>	<b>20,0%</b>	<b>101</b>	<b>38,8%</b>	<b>260</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria

Relacionando a variável “tempo dos egressos sem estudar” com a variável “idade”, observa-se que no grupo dos egressos que estavam há mais de cinco anos sem estudar predominam as faixas etárias de 51 a 60 anos (32,7%) e de 41 a 50 anos (33,7%), no grupo que estava entre 2 a 5 anos sem estudar, predominam as faixas etárias de 41 a 50 anos (36,5%) e de 31 a 40 anos (38,5%), enquanto que entre os egressos que estavam a menos de dois anos sem estudar predominam as faixas etárias de 31 a 40 anos (43,9%) e de 18 a 30 anos (32,7%). Diante dos dados expostos é notório que as pessoas mais jovens passaram menos tempo sem estudar que as pessoas mais velhas. Os resultados estão apresentados na Tabela 13.

Tabela 13 – Tempo dos egressos sem estudar x Faixa etária

Curso	Menos de 2 anos		Entre 2 a 5 anos		Há mais de 5 anos		TOTAL	
	f	%	f	%	f	%	f	%
<b>18 a 30 anos</b>	35	32,7%	3	5,8%	3	3,0%	<b>41</b>	<b>15,8%</b>
<b>31 a 40 anos</b>	47	43,9%	20	38,5%	25	24,8%	<b>92</b>	<b>35,4%</b>
<b>41 a 50 anos</b>	16	15,0%	19	36,5%	34	33,7%	<b>69</b>	<b>26,5%</b>
<b>51 a 60 anos</b>	7	6,5%	9	17,3%	33	32,7%	<b>49</b>	<b>18,8%</b>
<b>Acima de 60 anos</b>	2	1,9%	1	1,9%	6	5,9%	<b>9</b>	<b>3,5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>107</b>	<b>100,0%</b>	<b>52</b>	<b>100,0%</b>	<b>101</b>	<b>100,0%</b>	<b>260</b>	<b>100,0%</b>

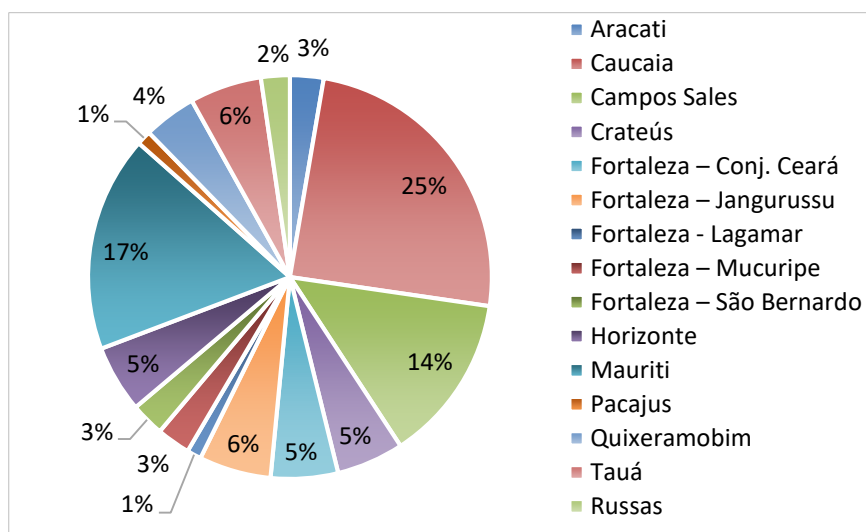
Fonte: Elaboração própria

Com relação aos lugares onde o programa é ofertado, tem-se que ao todo são quinze polos, visto que na cidade de Fortaleza o curso é ofertado em cinco polos. É sabido que o curso de Alimentação Escolar foi ofertado nos polos de Caucaia, Campos Sales, Fortaleza, Horizonte, Mauriti e Tauá. O curso de Infraestrutura Escolar foi ofertado nos municípios de Caucaia, Horizonte e Mauriti. Com relação a Multimeios Didáticos, a oferta ocorreu em Caucaia, Campos Sales, Crateús e Mauriti. Por fim, o curso de Secretaria Escolar que foi ofertado em onze municípios, a saber, Aracati, Caucaia, Campos Sales, Crateús, Fortaleza, Horizonte, Mauriti, Pacajus, Quixeramobim, Tauá e Russas.

Segundo os dados do IBGE, o estado de Ceará é composto por 184 municípios, tendo sido o Profuncionário ofertado em aproximadamente 6% destes municípios.

No Gráfico 2, é possível observar que os egressos que participaram dessa pesquisa são em sua maioria pertencentes ao polo de Caucaia e Mauriti. Isso se deve ao fato desses polos ofertarem as quatro habilitações de cursos do Profuncionário.

Gráfico 2 – Distribuição dos egressos do Profucionário por polo do IFCE



Fonte: Elaboração própria

Diante dos dados apresentados conclui-se que o perfil dos respondentes para o curso de Alimentação Escolar é formado pela maioria feminina, que aproximadamente 80% dos egressos pertencem a faixa etária entre 31 e 50 anos e que 51,22% estavam há mais de cinco anos sem estudar, antes de cursar o Profucionário. O curso de Alimentação Escolar foi o que apresentou maior índice dos alunos que não têm interesse em prosseguir com os estudos (20,5%).

Com relação ao curso de Secretaria Escolar tem-se que o perfil dos respondentes se assemelha ao curso de Alimentação Escolar no que se refere a gênero e idade, visto que é composto em sua maioria por mulheres e que a faixa etária predominante dos egressos está entre 31 e 50 anos. Com relação ao tempo que o egresso ficou sem estudar antes do Profucionário, predomina nesse curso àqueles que estavam sem estudar há menos de dois anos (44,31%) e, quanto a prosseguir com os estudos, o curso de Secretaria Escolar apresentou uma boa quantidade de egressos com interesse em continuar estudando (89%). É válido destacar que somente nos cursos de Alimentação Escolar e de Secretaria Escolar há presença de egressos com idade superior a 60 anos.

Analisando os dados coletados com os egressos de Multimeios Didáticos, infere-se que o perfil dos respondentes desse curso, com relação ao gênero apresenta maioria feminina e com relação a faixa etária há um predomínio de egressos com idade entre 31 a 50 anos, semelhante aos cursos de Alimentação e de Secretaria Escolar. Um dado que destaca nesse curso é que 100% dos egressos demonstraram interesse em

prosseguir com os estudos. Com relação ao tempo sem estudar antes do Profucionário, os dados apresentaram que a maioria dos egressos (63%) estavam há menos de dois anos sem estudar.

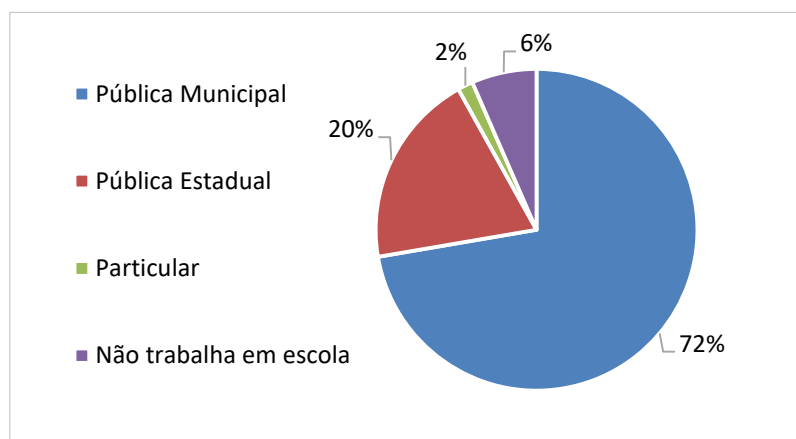
Com relação ao perfil dos respondentes do curso de Infraestrutura Escolar difere dos demais com relação ao gênero e a idade, visto que a maioria dos egressos pertencem ao sexo masculino e estão compreendidos, predominantemente, na faixa etária entre 41 e 60 anos. Quase a totalidade dos respondentes (95%) afirmaram ter interesse em continuar estudando e, com relação ao tempo sem estudar, observa-se que este curso foi o que apresentou maior quantidade de egressos que estavam sem estudar há mais de cinco anos (68,18%).

Por fim, conclui-se que, considerando os dados gerais referentes às quatro habilitações, tem-se que o perfil geral dos egressos do Profucionário é de maioria feminina, que a faixa etária predominante é de 31 a 50 anos, que há um interesse considerado (89%) em prosseguir estudando e que a quantidade de alunos que estavam há mais de cinco anos sem estudar se assemelha a quantidade de alunos que estavam a menos de dois anos sem estudar.

## 6.2 Análise sobre o egresso e seu ambiente escolar

Quanto ao ambiente escolar dos egressos, observa-se a predominância da atuação destes em escolas públicas municipais (72%). O gráfico 3 representa o ambiente escolar dos egressos.

Gráfico 3 – Ambiente escolar dos egressos do Profucionário do IFCE



Fonte: Elaboração própria

Analisando os dados do ambiente escolar por curso observa-se, conforme Tabela 14, que, mesmo sendo pequena a sua representatividade, somente no curso de Secretaria Escolar há funcionários que estão atuando em escolas particulares. Outro dado importante é que somente 6% dos respondentes não trabalham mais em ambiente escolar. Isso deve ocorrer porque o público alvo do programa são funcionários não docentes da educação, vinculados em escolas públicas municipais ou estaduais, mesmo que estes sejam terceirizados e contratados. Neste caso, o vínculo com a escola existente na época da capacitação pode ter sido encerrado.

Tabela 14 – Ambiente de trabalho dos egressos do Profucionário

Curso	Pública Municipal		Pública Estadual		Particular		Não trabalha em escola		TOTAL	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Alimentação Escolar	33	18%	4	8%	0	0%	4	24%	<b>41</b>	<b>16%</b>
Infraestrutura Escolar	19	10%	2	4%	0	0%	1	6%	<b>22</b>	<b>8%</b>
Multimeios Didáticos	22	12%	3	6%	0	0%	5	29%	<b>30</b>	<b>12%</b>
Secretaria Escolar	114	61%	42	82%	4	100%	7	41%	<b>167</b>	<b>64%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>188</b>	<b>100%</b>	<b>51</b>	<b>100%</b>	<b>4</b>	<b>100%</b>	<b>17</b>	<b>100%</b>	<b>260</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Infere-se ainda, ao analisar a Tabela 14, que tanto na escola pública municipal quanto estadual o curso que teve maior representatividade de egresso foi o de Secretaria Escolar.

Com relação a estar ou não exercendo atividade remunerada, tem-se que um pouco mais da metade (54,2%) está trabalhando com remuneração na área do curso técnico que concluíram, enquanto que 38,5% estão atuando fora da área. Outro dado relevante é que somente 7,3% não estão exercendo atividade remunerada. Estas informações estão apresentadas na Tabela 15.

Registra-se, ainda, que nos cursos de Alimentação Escolar e de Secretaria Escolar a maioria dos egressos está atuando na área, enquanto que nos cursos de Infraestrutura Escolar e Multimeios Didáticos a maioria está atuando fora da área.



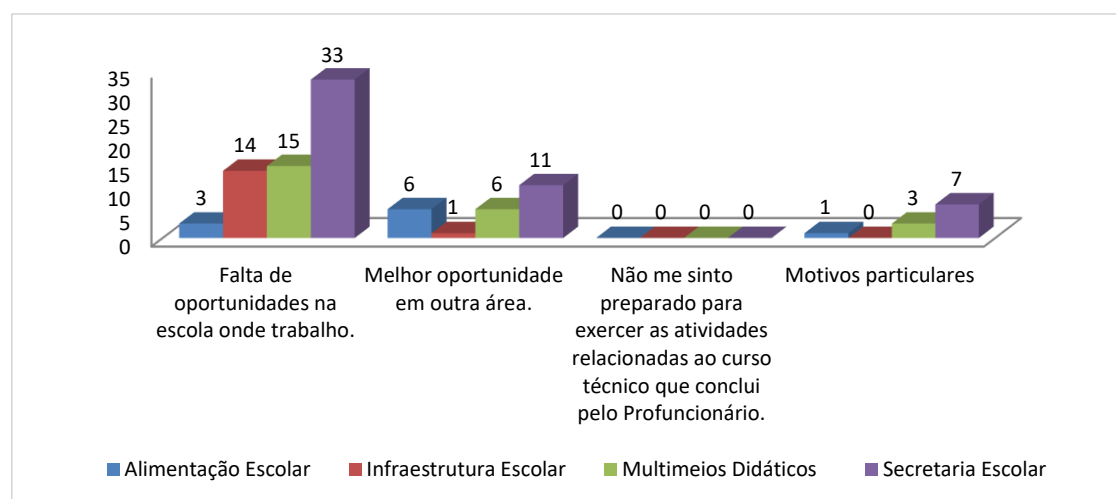
Tabela 15– Análise sobre a variável atividade remunerada por curso do Profucionário

Atividade Remunerada \ Curso	Alimentação Escolar		Infraestrutura Escolar		Multimeios Didáticos		Secretaria Escolar		TOTAL	
	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)
Sim, na área do curso técnico que você concluiu	26	63,4%	6	27,3%	4	13,3%	105	62,9%	141	54,2%
Sim, fora da área do curso técnico que você concluiu	10	24,4%	15	68,2%	24	80,0%	51	30,5%	100	38,5%
Não estou exercendo atividade remunerada	5	12,2%	1	4,5%	2	6,7%	11	6,6%	19	7,3%
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>	<b>167</b>	<b>100%</b>	<b>260</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Complementarmente, questionou-se aos egressos que não estão trabalhando na área, qual o principal motivo para não estar exercendo atividade remunerada na área de atuação do curso técnico que concluíram. Analisando o Gráfico 4 é notório que para os cursos de Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar o principal motivo é a falta de oportunidades na escola onde trabalham, enquanto que para o curso de Alimentação Escolar foi a melhor oportunidade em outras áreas.

Gráfico 4 – Motivos pelos quais o egresso não está atuando na área do curso concluído



Fonte: Elaboração própria.

Observando a Tabela 16, ainda sobre o motivo pelo qual o egresso não está atuando na área de formação do curso técnico que concluiu, é positivo observar que nenhum respondente declarou que não se sente preparado para exercer as atividades relacionadas ao curso técnico que concluiu pelo Profucionário.

Tabela 16 – Motivos para não estar atuando na área do curso que concluiu

Curso \ Motivo	Alimentação Escolar		Infraestrutura Escolar		Multimeios Didáticos		Secretaria Escolar		TOTAL	
	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)
Falta de oportunidades na escola onde trabalho.	3	30,0%	14	93,3%	15	62,5%	33	64,7%	<b>65</b>	<b>65,0%</b>
Melhor oportunidade em outra área.	6	60,0%	1	6,7%	6	25,0%	11	21,6%	<b>24</b>	<b>24,0%</b>
Não me sinto preparado para exercer as atividades relacionadas ao curso técnico que conclui pelo Profuncionário.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Motivos particulares	1	10,0%	-	-	3	12,5%	7	13,7%	<b>11</b>	<b>11,0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>100%</b>	<b>15</b>	<b>100%</b>	<b>24</b>	<b>100%</b>	<b>51</b>	<b>100%</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Outro aspecto pesquisado foi se a formação pelo Profuncionário ocasionou melhorias no convívio com os colegas na unidade escolar. Todos os egressos de Multimeios reconheceram que houve melhorias, dos egressos de Secretaria, 95% (159) responderam que sim, no curso de Alimentação esse percentual foi de 93% (38) e no curso de Infraestrutura foi de 91% (20). No geral, 247 egressos (95%) concordam que a formação recebida pelo Profuncionário propiciou melhorias no convívio com os demais dentro da unidade escolar.

Os percentuais de egressos que afirmaram que não houve melhorias no convívio com os colegas de trabalho foi pequena, sendo de aproximadamente 5% para Secretaria, 7% para Alimentação e 9% para Infraestrutura.

Considerando que o Profuncionário é o Programa Nacional da Valorização dos Trabalhadores da Educação e que tendo como objetivo o desenvolvimento de ações a fim de promover essa valorização, com o intuito de reverter a dívida histórica que o Estado brasileiro tem com os funcionários da educação (BRASIL, 2014b), foi indagado se o egresso se sentiu valorizado após a conclusão do curso. Na ocasião, ficou demonstrado (Tabela 17) que, no geral, 77,3% dos egressos respondentes se sentiram valorizados. Realizando uma análise específica por curso, observa-se que o curso de Multimeios Didáticos foi o que apresentou maior índice de valorização (93,3%), seguido pelos cursos de Secretaria (80,2%) e de Alimentação Escolar (70,7%).

Divergindo dos demais resultados, no curso de Infraestrutura a maioria dos egressos (54,5%) não se sentiram valorizados após a conclusão do curso técnico.

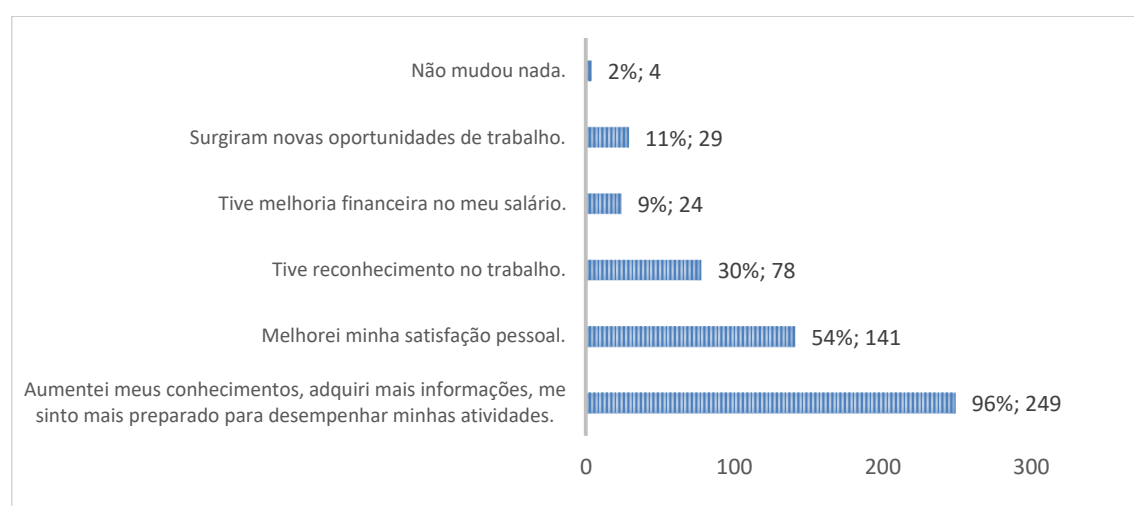
Tabela 17– Análise da variável valorização dos egressos do Profucionário

Curso \ Sentimento de valorização	Alimentação Escolar		Infraestrutura Escolar		Multimeios Didáticos		Secretaria Escolar		TOTAL	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Sim	29	70,7%	10	45,5%	28	93,3%	134	80,2%	201	77,3%
Não	12	29,3%	12	54,5%	2	6,7%	33	19,8%	57	21,9%
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>30</b>	<b>93%</b>	<b>167</b>	<b>100%</b>	<b>260</b>	<b>99%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Outra variável pesquisada foi com relação às mudanças ocorridas após a realização do curso. Na ocasião, foi indagado ao egresso sobre o que mudou em sua vida depois que ele concluiu o curso técnico pelo Profucionário, onde ele podia marcar as seguintes opções: Aumentei meus conhecimentos, adquiri mais informações, me sinto mais preparado para desempenhar minhas atividades; Melhorei minha satisfação pessoal; Tive reconhecimento no trabalho; Tive melhoria financeira no meu salário; Surgiram novas oportunidades de trabalho; Não mudou nada. O Gráfico 5 expõe os dados obtidos.

Gráfico 5 – Mudanças percebidas pelo egresso após a conclusão do Profucionário



Fonte: Elaboração própria.

Dos egressos respondentes tem-se que 96% consideram que seus conhecimentos aumentaram, adquirindo mais informações que os permitiram sentir

mais preparados para o desempenho das suas atividades. Para 54% houve melhoria na satisfação pessoal, 30% afirmam que foram reconhecidos no trabalho, enquanto que somente para 9% dos respondentes gerou melhorias financeiras no salário. Para 2% dos egressos, o fato de cursar o Profucionário não mudou nada.

Quando a análise é por curso, conforme consta na Tabela 18, observa-se que o índice de egressos que afirmam que houve aumento dos seus conhecimentos, adquirindo mais informações e se sentindo mais preparado para desempenhar suas atividades foi muito semelhante para todos os cursos, girando em torno de 95%.

Tabela 18- Mudanças percebidas pelos egressos após conclusão do Profucionário

Curso	Alimentação Escolar (n=41)		Infraestrutura Escolar (n=22)		Multimeios Didáticos (n=30)		Secretaria Escolar (n=167)		TOTAL (n=260)	
	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)
Aumentei meus conhecimentos, adquiri mais informações, me sinto mais preparado para desempenhar minhas atividades.	39	95,1%	21	95,5%	28	93,3%	161	96,4%	249	96%
Melhorei minha satisfação pessoal.	30	73,2%	9	40,9%	8	26,7%	94	56,3%	141	54%
Tive reconhecimento no trabalho.	16	39,0%	2	9,1%	3	10,0%	57	34,1%	78	30%
Tive melhoria financeira no meu salário.	1	2,4%	0	0,0%	0	0,0%	23	13,8%	24	9%
Surgiram novas oportunidades de trabalho.	1	2,4%	0	0,0%	2	6,7%	26	15,6%	29	11%
Não mudou nada.	1	2,4%	1	4,5%	0	0,0%	2	1,8%	4	2%

Fonte: Elaboração própria.

Pontua-se também que, enquanto 73,2% dos egressos de Alimentação Escolar reconhecem que cursar o Profucionário melhorou sua satisfação pessoal, para os cursos de Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar e Multimeios Didáticos esse percentual reduz para 56,3%, 40,9% e 26,7%, respectivamente. Nota-se ainda que, mesmo apresentando um percentual pequeno, os alunos de Alimentação e Secretaria Escolar foram mais reconhecidos no trabalho que os que concluíram Infraestrutura e Multimeios.

Verifica-se ainda que, para os egressos de Infraestrutura e Multimeios o curso do Profucionário não gerou nenhuma melhoria financeira salarial, para o curso de Alimentação considera-se insignificante a quantidade que afirmou ter tido melhoria

financeira, já para os alunos de Secretaria somente 13,8% confirmaram que houve melhoria salarial.

Com relação ao surgimento de novas oportunidades no trabalho após a conclusão do curso técnico, observa-se que dos 107 respondentes de Secretaria Escolar surgiram novas oportunidades somente para 26 (15,6%). Para os cursos de Multimeios e Alimentação esse quantitativo reduz para 2 (6,7%) e para 1 (2,4%), respectivamente. Tem-se ainda que, a conclusão do curso técnico de Infraestrutura Escolar não gerou novas oportunidades de trabalho a nenhum de seus egressos.

### 6.3 O egresso e as diretrizes do programa

Nesta categoria foram indagados aos alunos sobre as competências gerais do técnico em educação, constantes nas diretrizes do programa. As questões pesquisadas estão relacionadas no Quadro 5 e os resultados obtidos encontram-se no Apêndice B.

Quadro 5 - Questões pesquisadas sobre as competências gerais do egresso

<b>QUESTOES PESQUISADAS</b>	a. Você se acha capaz de identificar as diversas funções educativas presentes na escola?
	b. Você acha que as ações que você desempenha colaboram para a construção da identidade profissional dos funcionários da educação?
	c. Você coopera na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica na escola onde trabalha?
	d. Você articula com os docentes, direção, coordenadores, estudantes e/ou pais projetos educativos que assegurem a boa qualidade da educação na escola?
	e. Você dialoga ou interage com os conselhos escolares?
	f. Você coleta, organiza e analisa dados referentes à secretaria escolar?
	g. Você desenvolve na escola atividades que valorizam a educação?
	h. Você se acha capaz de descrever o papel do técnico em educação na educação pública brasileira?
	i. Na sua percepção, você participa como cidadão, técnico e educador na sua escola?
	j. Você compreende que deve atuar como educador em todos os espaços escolares?
	k. Você representa o segmento dos funcionários da educação nos conselhos escolares?
	l. Você compreende a inclusão social como direito de todos e função da escola?
	m. Você se acha capaz de diagnosticar os problemas educacionais do município, da comunidade e da escola, em especial quanto aos aspectos da gestão dos espaços educativos específicos de seu exercício profissional?
	n. Você sabe manusear aparelhos e equipamentos de tecnologia, colocando-se a serviço do ensino e das aprendizagens educativas?
	o. No desempenho das suas funções, você reflete sobre o valor educativo delas no contexto escolar?
	p. Você se acha capaz de transformar o saber fazer da vivência em prática educativa para a construção de relações sociais mais humanizadas?

Fonte: Elaboração própria

Nas devolutivas dos egressos sobre as diretrizes do programa, tem-se que 92% dos egressos se acham capazes de identificar as diversas funções educativas

presentes na escola, enquanto que 8% afirmaram que em parte. Verifica-se também que 95% afirmaram que as ações desempenhadas colaboram para a construção da identidade profissional dos funcionários da educação.

Considerando que construir esta identidade é tirar da invisibilidade os funcionários responsáveis pelas atividades de apoio, bem como fazê-lo sentir parte integrante da educação, tem-se que 68% dos egressos cooperam na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica na escola onde trabalha, que 20% cooperam em parte e somente 12% não cooperam. Realizando a análise por curso, observa-se que, para os cursos de Alimentação, Multimeios e Secretaria, a maioria coopera com a proposta pedagógica, enquanto que no curso de Infraestrutura somente 36% cooperam e 64% cooperam em parte ou não cooperam.

Quando indagados se articulam com os docentes, direção, coordenadores, estudantes e/ou pais projetos educativos que assegurem a boa qualidade da educação na escola, 60% dos respondentes afirmaram que sim, 25% disseram que em parte e a minoria alegou que não. Ao serem questionados se desenvolvem na escola atividades que valorizam a educação, pontua-se que 96% afirmam que sim ou em parte e somente 4% responderam que não.

Com relação as diretrizes que envolvem o conselho escolar, observa-se que 65% dos respondentes dialogam ou interagem com os conselhos escolares e que 63% representa o segmento dos funcionários da educação nos conselhos escolares. Tem-se ainda que 22% dialoga ou interagem em parte com os conselhos escolares e que 15% às vezes representam os segmentos dos funcionários nos conselhos. Infere-se assim que, poucos são os egressos que não fazem parte do conselho escolar, bem como, interagem e dialogam com este.

Dos cursos pesquisados observa-se que o resultado obtido nesses tópicos para Infraestrutura diverge com o obtido para os demais cursos. Enquanto que para a Alimentação, Multimeios e Secretaria os percentuais de egressos que não interagem ou dialogam com os conselhos escolares são de 12%, 17% e 11%, respectivamente, para o curso de Infraestrutura esse valor é de 36%.

Quanto a coleta e organização de dados referentes a secretaria escolar, a infraestrutura escolar, a alimentação escolar e a multimeios didáticos, 76% dos egressos responderam que coletam e organizam dados, 11% o faz em parte, enquanto que 13% não coleta nem organiza dados referentes a área do seu curso.

Com a relação à capacidade de descrever o papel do técnico em educação na educação pública brasileira, obteve-se que 94% dos respondentes afirmaram que sim ou em parte e somente 6% disseram que não.

Quando indagados se participam como cidadão, técnico e educador na escola onde atuam, tem-se que 96% afirmaram que sim ou em parte e somente 4% disseram que não. Destaca-se que no curso de Infraestrutura nenhum egresso afirmou não participar como cidadão, técnico e educador no seu ambiente escolar.

Considerando que o ambiente escolar é um espaço democrático onde a educação deve ocorrer dentro e fora da sala de aula, envolvendo todos os sujeitos participantes da escola, entende-se que os funcionários não docentes necessitam trabalhar de forma integrada a fim de desenvolver atividades de cunho educacional e social. Assim, sobre a compreensão de atuar como educador em todos os espaços escolares observa-se que 97% tem essa compreensão, 1% não tem e 2% tem em parte. Outro dado obtido foi que quase a totalidade, 98%, compreendem a inclusão social como direito de todos. Tem-se ainda que 92% dos respondentes refletem sobre o valor educativo das suas funções no ambiente escolar e 87% sabem transformar o saber fazer da vivência em prática educativa, construindo relações sociais mais humanizadas.

Quanto a capacidade de diagnosticar os problemas educacionais do município, da comunidade e da escola, 68% dos respondentes se acham capazes, 20% são capazes em parte e 12% não são capazes. Os egressos de Alimentação foram os que mais reconheceram não ter a capacidade de realizar diagnóstico de problemas educacionais (27%).

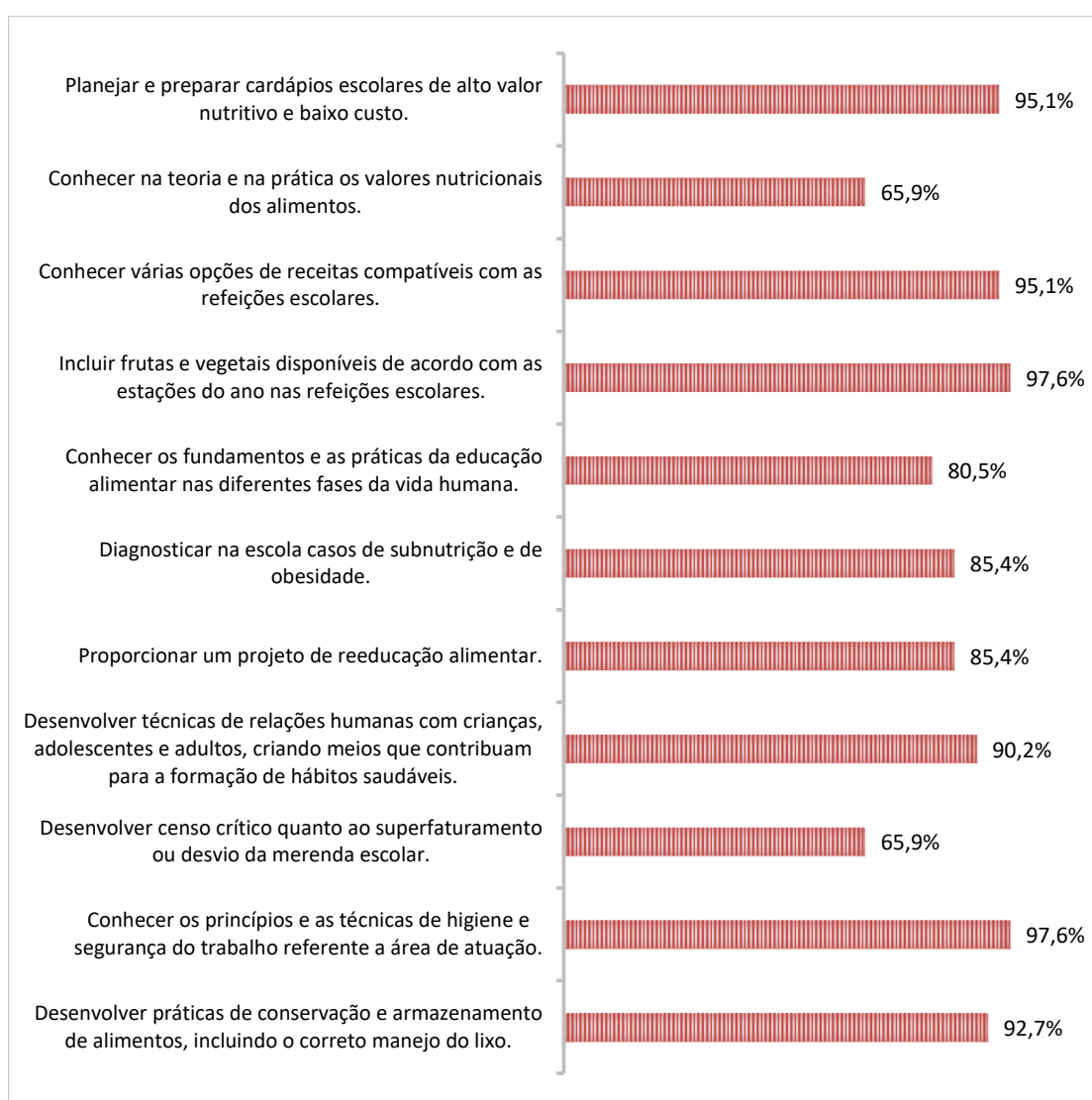
#### **6.4 Análise sobre o egresso e sua atividade profissional**

As competências específicas constantes nas orientações gerais do Programa, referentes ao perfil profissional do egresso, apresentadas para cada curso técnico, equivalem aos conhecimentos, habilidades e saberes que o profissional deverá ter ao final do curso.

Com o intuito de averiguar quais as competências desenvolvidas pelo egresso, a autora sintetizou as existentes para cada curso em tópicos e indagou aos egressos sobre a sua capacidade em desempenhá-las. As respostas estão apresentadas em gráficos, individualizados por curso, com suas devidas análises.

Com relação aos respondentes de Alimentação Escolar, conforme consta no Gráfico 6, tem-se que 95,1% afirmam ser capazes de planejar e preparar cardápios escolares de alto valor nutritivo e baixo custo, além de conhecer várias opções de receitas compatíveis com as refeições escolares. Com relação a capacidade de conhecer na teoria e na prática os valores nutricionais dos alimentos, bem como desenvolver censo crítico quanto ao superfaturamento ou desvio da merenda escolar, observa-se uma redução no percentual (65,9%), porém este continua sendo um dado bastante positivo.

Gráfico 6 – Competências alcançadas pelos egressos de Alimentação Escolar



Fonte: Elaboração própria.

Aproximadamente 98% dos egressos de Alimentação sentem-se aptos quanto a conhecer os princípios e as técnicas de higiene e segurança do trabalho, como



também para realizar a inclusão de frutas e vegetais disponíveis de acordo com as estações do ano nas refeições escolares.

Tem-se ainda que 85,4% afirmam ser capazes de diagnosticar na escola casos de subnutrição e obesidade, bem como reconhecem suas aptidões em proporcionar um projeto de reeducação alimentar. Enquanto isso, aproximadamente 80% conhecem os fundamentos e as práticas da educação alimentar nas diferentes fases da vida humana ao mesmo em que 90,2% intitulam-se capazes de desenvolver técnicas de relações humanas com crianças, adolescentes e adultos criando meios que contribuem para a criação de hábitos saudáveis.

Observa-se ainda, analisando o Gráfico 6, que quase 93% dos respondentes reconhecem sua capacidade para desenvolver práticas de conservação e armazenamento de alimentos, incluindo o correto manejo do lixo.

Por fim, conclui-se que os egressos do curso técnico de Alimentação Escolar desenvolveram as competências específicas do curso, estando, portanto, habilitados a desempenhar atividades voltadas para a sua área de atuação, envolvendo sempre o desenvolvimento educacional e social na escola.

Com relação aos egressos de Infraestrutura Escolar (Gráfico 7), ao averiguar a capacidade de desenvolvimento das competências específicas após a conclusão curso, observa-se que a totalidade dos respondentes afirmam que sabem identificar as carências de espaços físicos e quando estes estão sendo utilizados fora da sua finalidade, 95,5% afirmam saber gerenciar os serviços de higiene e limpeza da escola, enquanto que 90,9% são capazes de utilizar os principais equipamentos elétricos e eletrônicos disponíveis na escola e 86,4% compreendem questões de segurança das escolas.

Com relação a dialogar com os profissionais da área de arquitetura e de engenharia civil, 81,8% afirmam ter esta habilidade, enquanto que 77,3% entendem sobre manutenção de redes elétricas, hidráulicas e de esgotamento sanitário. Tem-se ainda que 68,2% conhecem as tarefas de manutenção predial (impermeabilização, conservação de cobertas, pisos e pinturas).

Gráfico 7 – Competências alcançadas pelos egressos de Infraestrutura Escolar



Fonte: Elaboração própria.

Tem-se ainda, ao observar o Gráfico 7, que 63,6% dos respondentes se acham capazes de ler e interpretar os projetos físicos dos prédios, como também, identificar problemas e executar reparos nas redes elétricas, hidráulica e de esgotamento sanitário. Observa-se, também, que somente 50% dos respondentes se acham capazes de executar reparos que estão ao seu alcance nos equipamentos elétricos e eletrônicos disponíveis na escola e que, em menor índice, 31,8% afirmaram que sabem realizar técnicas simples de construção em madeira, metal ou alvenaria.

Diante dos resultados, observa-se que, quando se trata de competências ditas gerenciais, os índices obtidos são melhores do que àqueles referentes às competências operacionais, que exigem técnicas e práticas específicas para o desempenho das atividades. Tal resultado pode ser justificado pelo fato de que 68,2% dos egressos de Infraestrutura Escolar exercem atividade remunerada fora da área do curso técnico, ou

seja, se capacitaram naquilo que não condiz com suas atividades desempenhadas na escola, assim não têm familiaridade nem aptidão com essas tarefas.

Das competências pesquisadas referentes ao profissional concluinte do curso de Múltiplos Meios Didáticos observa-se, analisando o Gráfico 8, que 83,3% dominam a informática, sendo capazes de utilizar o computador no processo de ensino e aprendizagem, enquanto que 93,3% sabem manusear os equipamentos e materiais disponíveis na unidade escolar, como também, utilizam a internet como fonte de pesquisa. Tem-se ainda que 80% desenvolveram a habilidade de realizar a gestão dos espaços físicos da escola.

Gráfico 8 – Competências alcançadas pelos egressos de Múltiplos Meios Didáticos



Fonte: Elaboração própria.

Aproximadamente 67% dos egressos de múltiplos meios se acham capazes de relatar a história e a produção cultural do município, integrando a escola com a comunidade, de produzir mídia impressa (ex.: jornal) e, também, de gerenciar a biblioteca e a videoteca escolares (supervisionados pelos profissionais de biblioteconomia). Observa-se também que 56,7% conhecem as questões básicas

referentes ao livro (catalogação, classificação, edição e produção) enquanto que somente 53,3% compreendem a mídia educativa e sua relação na produção de livros, de programas de rádio e de televisão e ainda de livros educativos, como também, compreendem a captação de livros didáticos, literários e científicos, relacionados ao currículo da educação básica.

Considerando os resultados obtidos, infere-se que as competências que apresentaram menores percentuais (53,3%) referem-se a atividades técnicas específicas dos funcionários da área de Multimeios. Ressalta-se que 80% dos egressos desse curso não estão atuando na área, o que colabora para que estas competências não tenham sido desenvolvidas.

Com relação as competências pesquisadas para o Técnico em Secretaria Escolar, os dados obtidos estão apresentados no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Competências alcançadas pelos egressos de Secretaria Escolar



Fonte: Elaboração própria.

Das competências específicas pesquisadas para o curso de Secretaria Escolar observa-se que 94,6% dos egressos são capazes de ler, compreender e produzir escritas de documentos oficiais, 98,2% desenvolvem suas atividades profissionais

prezando sempre pela ética e pela transparência, 82% intitulam-se aptos a compreender e analisar a legislação educacional, bem como as normas dos Conselhos de Educação, enquanto que 74,3% sabem realizar mediações entre as normas dos conselhos de educação e o regimento escolar.

Tem-se ainda que 87% sabem diferenciar uma gestão escolar com componentes autoritários de uma gestão escolar com componentes democráticos. Com relação a conhecer os fundamentos da contabilidade pública, da administração de materiais e de estatística, observa-se que 60,5%, 81,4% e 71,3%, respectivamente, desenvolveram tais conhecimentos.

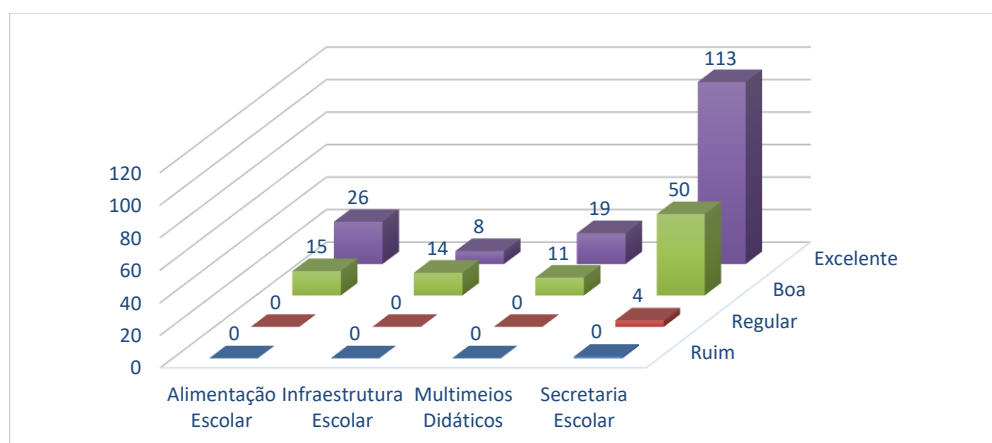
Observa-se ainda que 71,3% dos egressos são capazes de analisar criticamente a avaliação institucional e os processos de avaliação dos estudantes e 85% compreendem sobre a gestão administrativa e a gestão financeira escolar.

## 6.5 O egresso e sua percepção sobre o Profuncionário

Para conhecer qual a percepção que os egressos têm sobre o Profuncionário, foram indagadas questões sobre a formação recebida, as suas expectativas com relação ao curso, e, ainda, quanto ao crescimento profissional e pessoal alcançados.

Foi solicitado que os egressos avaliassem a formação recebida pelo Profuncionário, optando pelas opções, Excelente, Boa, Regular e Ruim. Aproximadamente 64% dos egressos afirmaram que foi excelente, 35% que foi boa e somente 2% consideraram regular. Nenhum respondente considerou ruim a formação recebida. Os dados estão apresentados no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Avaliação dos egressos quanto a formação recebida



Fonte: Elaboração própria.

Com relação às expectativas que os egressos tinham do Profucionário, foi solicitado que eles avaliassem o curso considerando às suas expectativas de modo geral. Na Tabela 19, observa-se que 73% dos respondentes tiveram suas expectativas atendidas, possibilitando uma formação de qualidade, enquanto que para 20% o curso atendeu parcialmente às expectativas, precisando de algumas pequenas mudanças. Somente 5% entendem que os cursos deveriam ser reestruturados a fim de preparar para uma melhor atuação profissional.

Tabela 19 – Opinião dos egressos sobre às expectativas do curso Profucionário

Curso	Alimentação Escolar		Infraestrutura Escolar		Multimeios Didáticos		Secretaria Escolar		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Expectativas dos egressos										
Atendeu às minhas expectativas, possibilitando uma formação profissional de qualidade.	30	73%	9	41%	23	77%	128	77%	190	73%
Atendeu parcialmente minhas expectativas, necessitando de algumas pequenas mudanças.	8	20%	10	45%	6	20%	29	17%	53	20%
Não atendeu às minhas expectativas, pois esperava mais do curso.	1	2%	1	5%	0	0%	1	1%	3	1%
Poderia ser reestruturado no sentido de preparar melhor para atuação profissional na unidade escolar.	2	5%	2	9%	1	3%	9	5%	14	5%
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>	<b>167</b>	<b>100%</b>	<b>260</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se ainda que somente o curso de Infraestrutura Escolar destoou dos resultados dos demais cursos, visto que a maioria dos seus egressos (45%) consideraram que suas expectativas foram parcialmente atendidas.

Foi analisado também se as expectativas dos egressos foram atendidas nos que diz respeito as seguintes variáveis: Metodologia Utilizada, Atividades Teóricas, Atividades Práticas, Laboratórios e Oficinas, Preparação do Professores, Avaliações. Cumprimento dos Objetivos, Crescimento Profissional e Crescimento Humano.

Conforme observa-se na Tabela 20, com relação a metodologia utilizada, a pesquisa demonstrou que 81% da amostra afirmou que suas expectativas foram atendidas. Isso demonstra que a oferta do curso a distância na modalidade semipresencial foi bem aceita pelos egressos.

Tabela 20 – Expectativa dos egressos com relação ao curso do Profucionário

Variável	Sim		Em parte		Não		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Metodologia Utilizada	210	81%	49	19%	1	0%	<b>260</b>	<b>100%</b>
Atividades Teóricas	222	85%	37	14%	1	0%	<b>260</b>	<b>100%</b>
Atividades Práticas	136	52%	109	42%	15	6%	<b>260</b>	<b>100%</b>
Laboratórios e Oficinas	64	25%	139	53%	57	22%	<b>260</b>	<b>100%</b>
Preparação dos Professores	204	78%	54	21%	2	1%	<b>260</b>	<b>100%</b>
Avaliações	211	81%	49	19%	0	0%	<b>260</b>	<b>100%</b>
Cumprimento de Objetivos	208	80%	48	18%	4	2%	<b>260</b>	<b>100%</b>
Crescimento Profissional	205	79%	37	14%	18	7%	<b>260</b>	<b>100%</b>
Crescimento Humano	239	92%	19	7%	2	1%	<b>260</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar as expectativas dos egressos quanto às atividades teóricas e práticas trabalhadas nos cursos do Profucionário, tem-se que 85% tiveram suas expectativas atendidas no que se refere às atividades teóricas, enquanto que, para as atividades práticas, este percentual reduziu para 52%.

Esta redução pode ser explicada com a resposta obtida quando indagados se as expectativas dos egressos foram atendidas no que se refere aos laboratórios e oficinas, pois 53% informou que foi atendida em parte, tendo ainda 22% afirmado que não foram atendidas.

Considerando que o curso foi ofertado semipresencialmente e que esta modalidade ocasiona a presença de novos personagens no processo de ensino-aprendizagem, achou-se conveniente pesquisar se as expectativas com relação aos professores, que nesse caso são os professores formadores e os tutores presenciais e a distância, foram atendidas. Na ocasião 78% responderam que sim, enquanto que 21% afirmou que suas expectativas só foram atendidas em parte. Somente 1% alegou não ter as expectativas quanto a esta variável atendidas.

Ainda sobre as expectativas dos egressos, outro tema pesquisado foi sobre as avaliações, já que o programa defende que estas devem ser de forma processual, ocorrendo durante todo o percurso formativo, sendo efetivadas através de memoriais e das participações no ambiente virtual de aprendizagem, o *moodle*. Nesse caso, considerando que 81% dos egressos informaram que suas expectativas foram atendidas, pode-se inferir que a forma utilizada pelo Profucionário para avaliar o aluno foi bem aceita.

Ao analisar as expectativas dos respondentes com relação ao cumprimento dos objetivos do programa, observa-se que 80% tiveram suas expectativas atendidas. Com relação ao crescimento profissional e humano, tem-se que 79% e 92%, respectivamente, afirmaram que suas expectativas foram atendidas. Esse resultado é muito significativo pois vem ao encontro da proposta pedagógica defendida pelo Profucionário, visto que esta é “*pensada para superar as barreiras entre qualificação técnica e sua dimensão humanística, entre a formação cidadã e as competências instrumentais voltadas para o mundo do trabalho*” (IFCE, 2015).

Foi solicitado ainda que os egressos avaliassem o Profucionário quanto ao crescimento profissional e pessoal alcançados. Os resultados estão apresentados na Tabela 21, na ocasião, de modo geral, 82% afirmaram que o curso trouxe novas oportunidades de crescimento pessoal e profissional e somente 2% disseram que foi uma experiência que não trouxe crescimento nem profissional nem pessoal.

Ao analisar por curso, tem-se que 88% dos respondentes de Alimentação, 77% de Multimeios e 86% de Secretaria reconhecem que cursar o Profucionário trouxe crescimento pessoal e profissional. Porém, para o curso de Infraestrutura, esse resultado reduz para 45% dos egressos.

Tabela 21 - Avaliação dos egressos quanto ao crescimento pessoal e profissional

Variável	Alimentação Escolar		Infraestrutura Escolar		Multimeios Didáticos		Secretaria Escolar		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Foi excelente, trouxe oportunidades novas de crescimento pessoal e profissional.	36	88%	10	45%	23	77%	143	86%	212	82%
Foi bom profissionalmente, mas pessoalmente não acrescentou muito.	1	2%	0	0%	2	7%	8	5%	11	4%
Foi bom pessoalmente, mas profissionalmente não acrescentou muito.	3	7%	9	41%	4	13%	16	10%	32	12%
Foi uma experiência que não trouxe crescimento profissional nem pessoal.	1	2%	3	14%	1	3%	0	0%	5	2%
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>	<b>167</b>	<b>100%</b>	<b>260</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Outro dado destoante foi com relação a quantidade de egressos que afirmaram que o Profucionário foi uma experiência boa pessoalmente, não acrescentando muito profissionalmente. Para os cursos de Alimentação, Multimeios e



Secretaria o resultado foi de 7%, 13% e 10%, enquanto que para o curso de Infraestrutura foi de 41%. Obteve-se ainda que para 14% dos egressos de Infraestrutura não houve crescimento pessoal nem profissional.

Ao analisar as planilhas dos dados coletados, relacionando a área de atuação dos egressos de Infraestrutura com a avaliação destes quanto ao crescimento pessoal e profissional, observa-se que, dos 12 respondentes que afirmaram que a experiência do Profucionário não trouxe crescimento nem pessoal nem profissional ou que trouxe somente crescimento pessoal, tem-se que 10 estão atuando fora da área, somente 1 atua na área e o outro não está exercendo atividade remunerada.

Inferese assim que os resultados destoantes para o curso de Infraestrutura com relação aos demais, pode estar associado a quantidade de egressos que não estão exercendo atividade remunerada ou estão trabalhando fora da área do curso.

A temática principal do Profucionário é a valorização dos profissionais não docentes da educação, onde uma das vertentes dessa valorização é o reconhecimento desses funcionários como educador, visto que a educação ocorre em todos os ambientes escolares e não somente na sala de aula. Assim, ao indagar aos egressos se após a conclusão dos cursos eles consideram que os funcionários não docentes são educadores, tem-se que aproximadamente 95% responderam que sim. Os dados obtidos estão apresentados na Tabela 22.

Tabela 22 - Percepção dos egressos sobre o reconhecimento como educador

Curso	Opção	Sim		Não		Total	
		f	%	f	%	f	%
<b>Alimentação Escolar</b>		38	14,6%	3	1,2%	41	15,8%
<b>Infraestrutura Escolar</b>		17	6,5%	5	1,9%	22	8,5%
<b>Multimeios Didáticos</b>		29	11,2%	1	0,4%	30	11,5%
<b>Secretaria Escolar</b>		164	63,1%	3	1,2%	167	64,2%
<b>Total</b>		<b>248</b>	<b>95,4%</b>	<b>12</b>	<b>4,6%</b>	<b>260</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria.

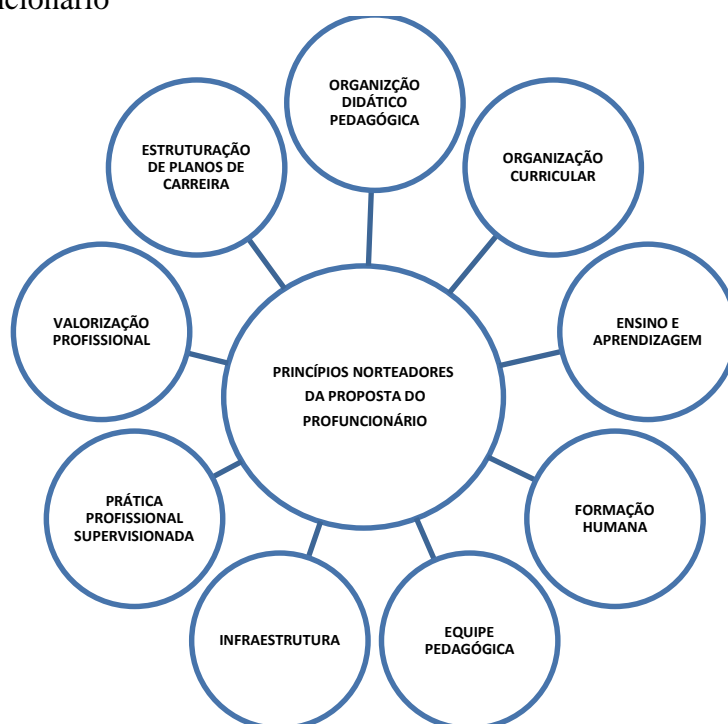
Dos 12 egressos que não consideram os funcionários da educação como educadores, observa-se que 6 estão na faixa etária de 51 a 60 anos, 3 estão entre 41 a 50 anos e somente 2 têm entre 18 a 30 anos. Considerando que uma das premissas do programa é a desconstrução e reconstrução da identidade profissional do funcionário da educação, e que essa nova construção viabiliza o entendimento de que todos que fazem

parte do ambiente escolar participam do processo educativo, pode-se inferir que a variável idade influencia no pensamento do egresso sobre esta percepção.

Ainda analisando a percepção dos egressos sobre o Profucionário, as questões abertas constantes no questionário, indagaram sobre o que eles consideraram positivo no programa, o que consideraram negativo e quais sugestões de melhorias tinham para fazer.

Inicialmente foi realizada uma análise sobre as Orientações Gerais do Profucionário (MEC, 2014), bem como dos Projetos Pedagógicos dos quatro cursos onde foi possível a identificação, por parte da autora, de alguns princípios norteadores presentes na proposta do Profucionário, demonstrados na Figura 2.

Figura 2 – Princípios norteadores, identificados pela autora, na proposta do Profucionário



Fonte: Elaboração própria

Considerando os resultados alcançados, as falas dos respondentes foram minuciosamente analisadas, sendo os fatores positivos e negativos, apresentados pelos egressos, devidamente identificados e codificados. Em seguida foi possível categorizar as falas dos egressos e classifica-las a partir dos princípios norteadores identificados pela autora, conforme apresentado no Quadro 6.

Para a criação das categorias, baseou-se na classificação de Minayo (2004). A autora distingue as categorias em analíticas e empíricas, sendo as categorias analíticas

aquelas que retêm as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais, enquanto que as categorias empíricas são aquelas construídas com finalidade operacional, visando ao trabalho de campo (a fase empírica) ou a partir do trabalho de campo.

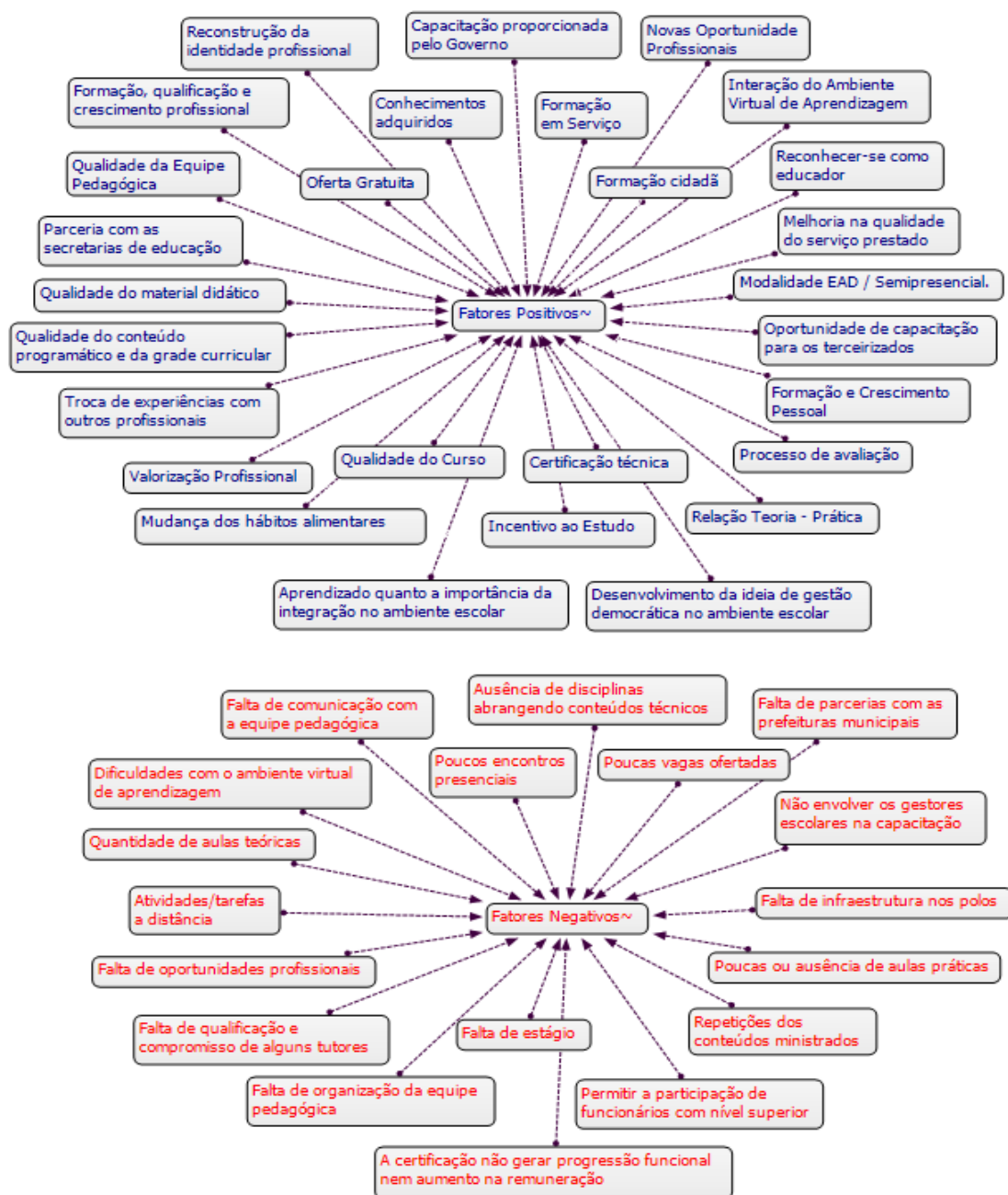
Quadro 6 – Classificação das categorias considerando os princípios norteadores

<b>PRINCÍPIOS NORTEADORES</b>	<b>CATEGORIAS EMPÍRICAS</b>
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	Capacitação proporcionada pelo Governo Parceria com as secretarias de educação Modalidade EAD / Semipresencial Oferta gratuita Formação em Serviço Processo de avaliação Interação do ambiente virtual de aprendizagem Poucos encontros presenciais Poucas vagas ofertadas Dificuldades com o ambiente virtual de aprendizagem Atividades/tarefas a distância
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	Qualidade do conteúdo programático e da grade curricular Qualidade do material didático; Qualidade do curso; Relação teoria-prática Poucas ou ausência de aulas práticas Ausência de disciplinas abrangendo conteúdos técnicos Repetições dos conteúdos ministrados Quantidade de aulas teóricas
ENSINO E APRENDIZAGEM	Conhecimentos Adquiridos Desenvolvimento da ideia de gestão democrática Aprendizado quanto a importância da integração no ambiente escolar Incentivo ao estudo
FORMAÇÃO HUMANA	Formação cidadã Formação e crescimento pessoal Mudança dos hábitos alimentares
EQUIPE PEDAGÓGICA	Qualidade da Equipe Pedagógica Falta de qualificação e compromisso de alguns tutores Falta de organização da equipe pedagógica Falta de comunicação com a equipe pedagógica
INFRAESTRUTURA	Falta de infraestrutura nos polos Pequena quantidade de polos Falta de parcerias com as prefeituras municipais
PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA	Falta de estágio
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	Valorização Profissional; Certificação Técnica; Formação, Qualificação e Crescimento profissional Reconhecer-se como educador Novas oportunidade profissionais; Melhoria na qualidade do serviço prestado; Reconstrução da identidade profissional; Troca de experiências com outros profissionais; Oportunidade de capacitação para os terceirizados; Falta de oportunidades profissionais Permitir a participação de funcionários com nível superior Não envolver os gestores escolares na capacitação
ESTRUTURAÇÃO DE PLANOS DE CARGOS E CARREIRAS	A certificação não gerar progressão funcional nem aumento na remuneração

Fonte: Elaboração própria

As categorias empíricas classificadas nesta pesquisa são reconhecidas como os fatores que interferem na contribuição do Profuncionário para a formação e atuação profissional do técnico em educação, enquanto que as categorias analíticas são classificadas como sendo os fatores positivos e os fatores negativos. As categorias empíricas foram relacionadas com as categorias analíticas, sendo identificados os fatores positivos e negativos do Profuncionário, conforme demonstrado na Figura 3.

Figura 3 – Categorias analíticas x categorias empíricas



Fonte: Elaboração própria

\*O Mapa de categorias foi desenvolvido com auxílio do software de análise qualitativa Atlas Ti.

Conforme os dados da pesquisa os egressos apresentaram 47 fatores (categorias empíricas) que interferem na contribuição do Profucionário para a formação e atuação profissional do técnico em educação, sendo 28 identificados como positivos e 19 como negativos.

As categorias empíricas identificadas, pelos egressos, como fatores positivos são: Capacitação proporcionada pelo Governo, Modalidade EAD/Semipresencial, Oferta gratuita, Formação em serviço, Relação teoria-prática, O processo de avaliação, Interação do ambiente virtual de aprendizagem, Qualidade do conteúdo programático e da grade curricular, Qualidade do material didático, Qualidade do curso, Conhecimentos Adquiridos, Desenvolvimento da ideia de gestão democrática, Aprendizado quanto a importância da integração no ambiente escolar, Incentivo ao estudo, Formação cidadã, Formação e crescimento pessoal, Mudança dos hábitos alimentares, Qualidade da Equipe Pedagógica, Parceria com as secretarias de educação, Valorização Profissional, Certificação Técnica, Formação, Qualificação e Crescimento profissional, Reconhecer-se como educador, Novas oportunidade profissionais, Melhoria na qualidade do serviço prestado, Reconstrução da identidade profissional, Troca de experiências com outros profissionais, Oportunidade de capacitação para os terceirizados.

As categorias empíricas que foram consideradas fatores negativos são: Quantidade de aulas teóricas, Poucos encontros presenciais, Poucas vagas ofertadas, Dificuldades com o ambiente virtual de aprendizagem, Poucas ou ausência de aulas práticas, Ausência de disciplinas abrangendo conteúdos técnicos, Atividades/tarefas a distância, Repetições dos conteúdos ministrados Não envolver os gestores escolares na capacitação, Falta de qualificação e compromisso de alguns tutores, Falta de organização da equipe pedagógica, Falta de comunicação com a equipe pedagógica, Falta de infraestrutura nos polos, Pequena quantidade de polos, Falta de parcerias com as prefeituras municipais, Falta de estágio, Falta de oportunidades profissionais, Permitir a participação de funcionários com nível superior e A certificação não gerar progressão funcional nem aumento na remuneração.

Com relação aos 28 fatores positivos, observa-se que 13 foram identificados pelos egressos dos quatro cursos, 10 pelos respondentes de três cursos e os demais pelos alunos de somente dois ou um curso. Tais dados estão apresentados na Tabela 23, bem como as suas frequências de aparição. Nesta tabela, bem como nas Tabelas 24 e 25, os

curso foram identificados da seguinte forma: AI – Alimentação Escolar, IE – Infraestrutura Escolar, MD – Multimeios Didáticos e SE – Secretaria Escolar.

Tabela 23 – Quantidade de aparições dos fatores positivos totais e por curso

FATORES POSITIVOS	AE	IE	MD	SE	TOTAL	% (n=260)
Conhecimentos adquiridos	11	3	10	36	60	23,1%
Formação, qualificação e crescimento profissional	10	2	7	38	57	21,9%
Qualidade da equipe pedagógica	5	1	4	28	38	14,6%
Modalidade EAD / Semipresencial.	5	5	3	24	37	14,2%
Aprendizado quanto a importância da integração no ambiente escolar	6	2	1	15	24	9,2%
Certificação Técnica	3	2	3	13	21	8,1%
Oferta Gratuita	8	1	0	12	21	8,1%
Formação em Serviço	5	1	1	12	19	7,3%
Reconhecer-se como educador	5	2	0	12	19	7,3%
Qualidade do material didático	2	0	3	12	17	6,5%
Qualidade do conteúdo programático e da grade curricular	2	1	1	10	14	5,4%
Novas oportunidade profissionais	2	1	4	6	13	5,0%
Formação e crescimento pessoal	3	1	2	6	12	4,6%
Valorização Profissional	2	1	0	9	12	4,6%
Capacitação proporcionada pelo Governo	2	0	1	8	11	4,2%
Melhoria na qualidade do serviço prestado	2	2	0	7	11	4,2%
Reconstrução da identidade profissional	4	2	1	4	11	4,2%
Incentivo ao estudo	2	1	1	6	10	3,8%
Qualidade do curso	0	1	2	7	10	3,8%
Desenvolvimento da ideia de gestão democrática	1	1	0	7	9	3,5%
Troca de experiências com outros profissionais	3	0	1	5	9	3,5%
Formação cidadã	1	2	1	3	7	2,7%
Relação teoria-prática	0	0	2	5	7	2,7%
Interação do ambiente virtual de aprendizagem	1	0	2	2	5	1,9%
Mudança dos hábitos alimentares	4	0	0	0	4	1,5%
O processo de avaliação	1	0	0	2	3	1,2%
Oportunidade de capacitação para os terceirizados	2	0	0	1	3	1,2%
Parceria com as secretarias de educação	0	0	0	1	1	0,4%

Fonte: Elaboração própria

Analisando os 19 fatores negativos, tem-se que 6 apareceram nas respostas dos quatro cursos, 4 foram identificados pelos egressos de três cursos, enquanto que 8 fatores foram citados pelos egressos de apenas dois cursos e somente 1 foi identificado pelos alunos de um único curso. Os quantitativos das respostas por curso, assim como as suas frequências de aparição, estão apresentados na Tabela 24.

Tabela 24 - Quantidade de aparições dos fatores positivos totais e por curso

FATORES NEGATIVOS	AE	IE	MD	SE	TOTAL	% (n=260)
Poucas ou ausência de aulas práticas	13	6	4	21	44	16,9%
Falta de infraestrutura nos polos	2	2	5	25	34	13,1%
A certificação não gerar progressão funcional nem aumento na remuneração	2	3	0	15	20	7,7%
Ausência de disciplinas abrangendo conteúdos técnicos	0	2	0	15	17	6,5%
Dificuldades com o ambiente virtual de aprendizagem	9	1	1	4	15	5,8%
Falta de qualificação e compromisso de alguns tutores	0	1	1	10	12	4,6%
Falta de oportunidades profissionais	3	5	1	2	11	4,2%
Falta de estágio	0	0	0	11	11	4,2%
Poucos encontros presenciais	0	0	1	8	9	3,5%
Quantidade de aulas teóricas	1	2	0	4	7	2,7%
Pequena quantidade de polos	2	0	0	5	7	2,7%
Poucas vagas ofertadas	2	0	0	4	6	2,3%
Falta de organização da equipe pedagógica	1	1	1	3	6	2,3%
Atividades/tarefas a distância	1	0	1	3	5	1,9%
Permitir a participação de funcionários com nível superior	1	0	0	3	4	1,5%
Falta de comunicação com a equipe pedagógica	0	0	1	3	4	1,5%
Falta de parcerias com as prefeituras municipais	1	1	1	1	4	1,5%
Repetições dos conteúdos ministrados	0	0	1	2	3	1,2%
Não envolver os gestores escolares na capacitação	1	0	0	1	2	0,8%

Fonte: Elaboração própria

Quanto maior a repetição do fator, seja ele positivo ou negativo, maior é a sua importância na percepção do egresso, interferindo na contribuição do Profucionário para a formação e atuação profissional do técnico em educação.

As categorias empíricas serão analisadas considerando os princípios norteadores aos quais estão vinculadas:

#### a) Organização didático-pedagógica

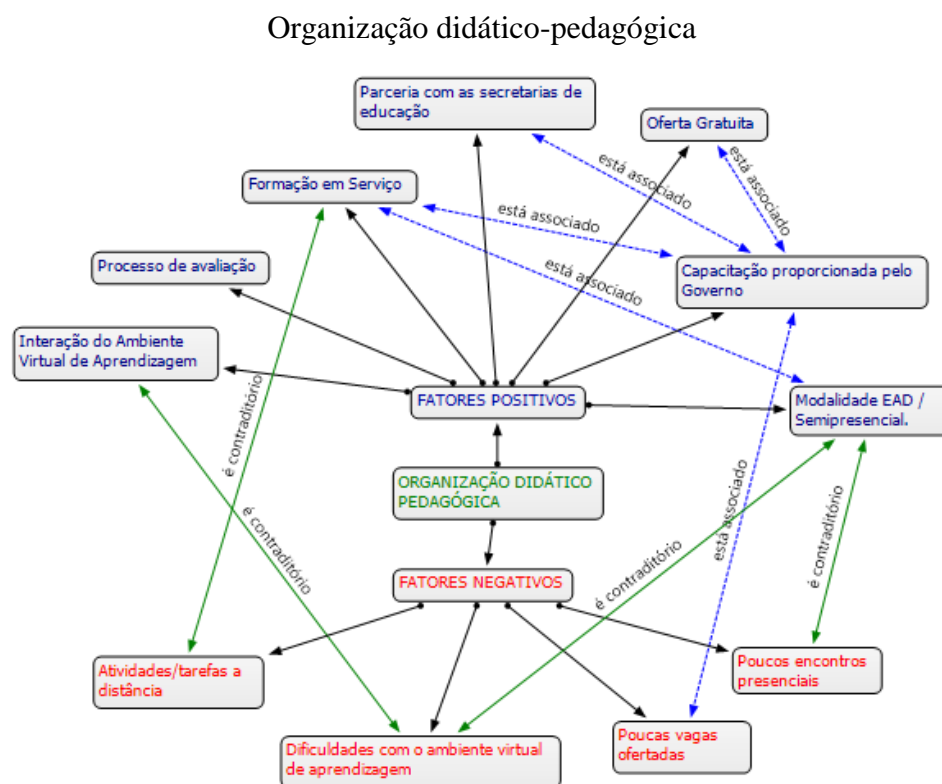
Em suas falas, os egressos reconhecem como positivo o Profucionário ser uma “Capacitação proporcionada pelo Governo”, de “Oferta gratuita” ofertado em “Parceria com as secretarias de educação”, reconhecendo, assim, a importância dessa política pública criada pelo Governo Federal.

uma ótima oportunidade pra quem não poder sair de casa pra fazer um curso desse é temos tudo ofertado de graça pelo programa, e ajudou muito no meu trabalho pois sou merendeira e veio a enriquece mais o meu trabalho. (Respondente 9 – Alimentação Escolar)

A oferta do curso gratuito, a parceria com a secretaria de educação para apoio ao polo, [...], dentre outros aspectos positivos. (Respondente 4 – Secretaria Escolar)

Nos depoimentos a seguir, pode-se averiguar que os egressos identificaram “Poucas vagas ofertadas” como um fator negativo: “A pequena quantidade de vagas para a capacitação” (Respondente 134 – Secretaria Escolar); “A quantidade de vagas ofertadas pois cada polo atendia a muitos municípios e vários municípios não conseguia matricular muitos alunos. Muitas cidades ainda ficaram sem a capacitação” (Respondente 156 - Secretaria Escolar). Das falas, infere-se ainda que a categoria “Poucas vagas ofertadas” está associada ao fator positivo “Capacitação proporcionada pelo Governo”. Infere-se, assim, que o Profuncionário, como política pública, deveria abranger uma maior quantidade de funcionário não-docentes. A Figura 4 apresenta essa e as demais relações existentes entre as categorias empíricas e analíticas constantes nesse princípio.

Figura 4 – Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio



Fonte: Elaboração própria

\*O Mapa de categorias foi desenvolvido com auxílio do software de análise qualitativa Atlas Ti.

O fato do Profuncionário ser um programa de formação em serviço foi um dos aspectos positivos identificados pelos egressos: “O curso ser ofertado para capacitação daqueles que já estão trabalhando naquela área” (Respondente 19 –



Alimentação Escolar); “A qualificação profissional ocorrer para quem está atuando na área da secretaria” (Respondente 107 – Secretaria Escolar).

De acordo com os discursos fornecidos, observa-se a associação entre os fatores “Capacitação proporcionada pelo Governo” e “Formação em serviço”.

O governo se preocupar em capacitar os servidores que estão em serviço na educação. (Respondente 15 – Alimentação Escolar)

O governo ofertar cursos de capacitação gratuito para quem já trabalha na educação. (Respondente 146 – Secretaria Escolar)

Os respondentes também identificaram a categoria “Modalidade EAD/Semipresencial”, ressaltando seus pontos positivos, flexibilidade, dinamismo e diversificação, e transparecendo que a modalidade de ensino escolhida foi a mais adequada: “A flexibilidade de horário, pelo fato de ser na modalidade EAD (Educação a Distância) sendo os encontros aos sábados” (Respondente 29 – Multimeios Didáticos); “A oportunidade da profissionalização à distância para quem não pode estar em sala de aula todos os dias” (Respondente 64 – Secretaria Escolar); “A facilidade do estudo a distância” (Respondente 6 – Multimeios Didáticos).

Para Brasil (2012, p. 36) “seguramente o adulto é um trabalhador, para quem estudar é secundário em relação ao trabalho [...]. Nesse sentido, é natural que apresente certo cansaço devido às horas trabalhadas”. Assim, associa-se ao fator positivo “Modalidade EAD/Semipresencial” a “Formação em Serviço”, visto que os cursos foram ofertados para funcionários que estavam em serviço, sendo necessário uma modalidade que se adequasse ao fato de trabalhar e estudar.

A oferta semi presencial que favoreceu bastante, considerando que por trabalharmos ficaria complicado acompanhar um curso 100% presencial. (Respondente 110 – Secretaria Escolar);

A oportunidade da profissionalização à distância, já que como estamos trabalhando fica complicado está em sala de aula diariamente. (Respondente 157 – Secretaria Escolar).

Ao mesmo tempo em que os egressos acharam positivo a modalidade semipresencial, os alunos dos cursos de Multimeios e de Secretaria reclamaram da pequena quantidade de aulas presenciais, apontando “Poucos encontros presenciais” como um fator negativo, defendendo que “os encontros presenciais deveriam ocorrer com mais frequência” (Respondente 76 – Secretaria Escolar). Isso pode ser justificado

devido a modalidade a distância ser uma proposta inovadora para alguns funcionários da educação.

Analisando o posicionamento dos egressos quanto ao “Processo de avaliação”, infere-se que a metodologia de avaliação processual utilizada pelo programa é vista como algo positivo.

As avaliações que não seguem a forma de aplicação tradicional de provas, mas é feita a partir de memoriais onde podemos escrever nossos conhecimentos aliados a nossa experiência na escola. (Respondente 138 – Secretaria Escolar)

Conforme consta nos Projetos Pedagógicos dos cursos do Profucionário a “avaliação é processual e deve ser instrumento de construção, desconstrução e reconstrução das identidades escolares e profissionais, na medida em que deva ser encarada como instrumento de crítica e de reflexão (BRASIL, 2015).

Com relação ao ambiente virtual de aprendizagem, o *Moodle*, 5 egressos destacaram a “Interação do ambiente virtual de aprendizagem” como fator positivo, enquanto que 15 identificaram as “Dificuldades com o ambiente virtual de aprendizagem” como fator negativo.

A interação e compartilhamento nas atividades on-line. (Respondente 160 – Secretaria Escolar)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) muito interativo (Respondente 29 – Multimeios Didáticos)

O sistema tem muitas falhas. (Respondente 78 – Secretaria Escolar)

Além das falhas técnicas do ambiente virtual, ficou notório que as dificuldades apresentadas com o ambiente virtual refere-se, também, ao fato do público alvo de alguns cursos do Profucionário não ter costume na utilização da informática: “A maior parte do curso ser on line dificultou um pouco para quem não tinha conhecimento de computador” (Respondente 30 – Alimentação Escolar); “A oferta a distância obriga a gente a usar computador e internet e isso foi uma dificuldade pra mim no decorrer do curso porque não tinha nenhuma experiência na informática” (Respondente 39 – Alimentação Escolar); “A dificuldade de utilizar a informática no início do curso porque não havia nenhum conhecimento da tecnologia” (Respondente 22 – Infraestrutura Escolar).

Observa-se que nos posicionamentos dos alunos que há uma relação de contradição entre a categoria “Dificuldades com o ambiente virtual de aprendizagem” e as categorias “Interação do ambiente virtual de aprendizagem” e “Modalidade EAD/Semipresencial”.

Com exceção dos egressos do curso de Infraestrutura, alguns alunos vinculados aos demais cursos relataram ainda sobre as “Atividades/tarefas a distância”, apresentando suas insatisfações quanto a quantidade, a extensão e os prazos de entrega.

A quantidade de atividade demandada, considerando que somos funcionários em período integral, às vezes não tínhamos tempo para realizar a grande quantidade de atividades on line. (Respondente 112 – Secretaria Escolar)

Muitas atividade pouco encontro no polo. (Respondente 15 – Multimeios Didáticos)

Analisando as falas dos egressos, nota-se que o fator negativo “Atividades/tarefas a distância” se contrapõe ao fator positivo “Formação em serviço”, ao mesmo em que está associado a “Poucos encontros presenciais”.

#### b) Organização curricular

As categorias empíricas “Qualidade do material didático”, “Qualidade do conteúdo programático e da grade curricular”, assim como a “Relação teoria-prática” relacionam-se com a categoria empírica “Qualidade do curso” e estão vinculadas a categoria analítica “Fatores Positivos”, demonstrando que os egressos consideram que o programa em questão tem qualidade em diversos aspectos, dentre eles o ensino.

Tudo, mais principalmente o recurso didático pedagógico. (Respondente 78 – Secretaria Escolar)

Um curso de excelente qualidade. (Respondente 20 - Infraestrutura Escolar)

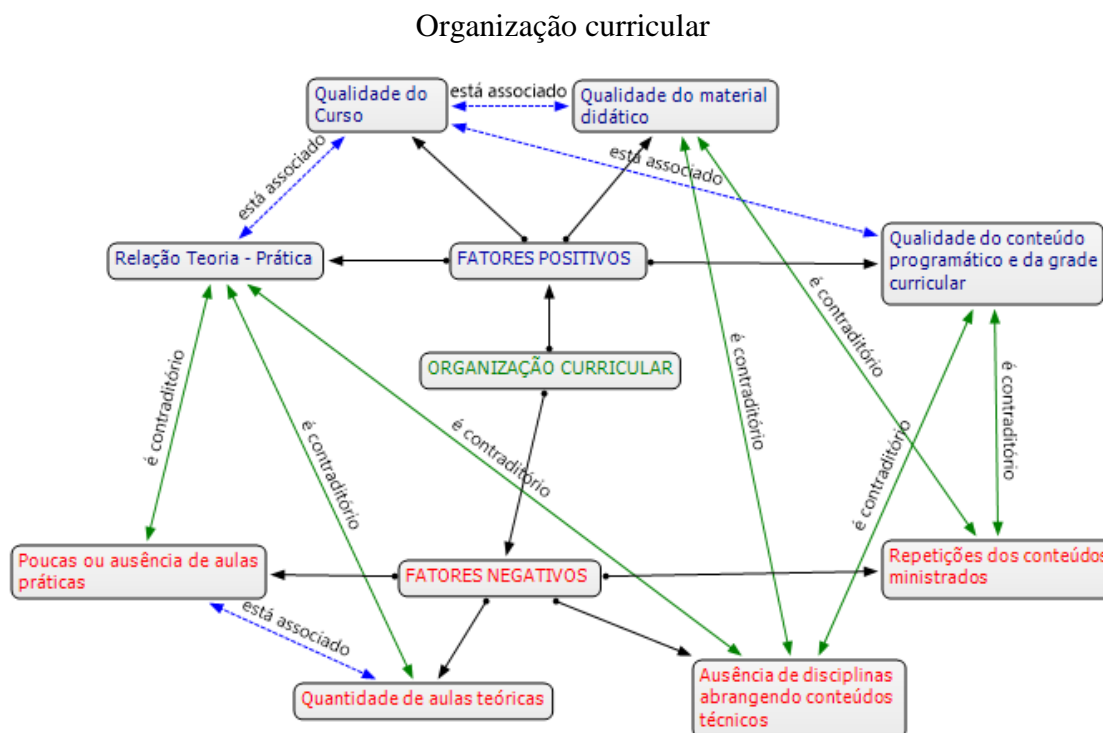
A qualidade do material e conteúdos utilizados nos cadernos. (Respondente 160 – Secretaria Escolar)

O material teórico de estudo e pesquisa disponibilizado na plataforma virtual. (Respondente 29 – Multimeios Didáticos)

Os temas abordados é o que trabalhamos no dia a dia. (Respondente 45 – Secretaria Escolar)

As relações existentes entre os fatores positivos e negativos identificados nesse princípio são apresentadas na Figura 5.

Figura 5 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio



Fonte: Elaboração própria.

\*O Mapa de categorias foi desenvolvido com auxílio do software de análise qualitativa Atlas Ti.

Os egressos de Infraestrutura e Secretaria Escolar citaram “Ausência de disciplinas abrangendo conteúdos técnicos” como fator negativo do Profucionário: “Com relação as disciplinas cursadas, senti falta de disciplinas voltadas para a área de atuação” (Respondente 84 – Secretaria Escolar). Alguns respondentes de Secretaria e Multimeios identificaram também como fator negativo “Repetições dos conteúdos ministrados”: “Repetições de conteúdo ministrados nas disciplinas iniciais da grade do curso” (Respondente 141 – Secretaria Escolar).

Tem-se, assim, conforme apresentado na Figura 5, que os fatores negativos “Repetições dos conteúdos ministrados” e “Ausência de disciplinas abrangendo conteúdos técnicos” são categorias contraditórias aos fatores positivos “Qualidade do conteúdo programático e da grade curricular” e “Qualidade do material didático”, sendo, ainda, essa última, contraditória ao fator positivo “Relação teoria-prática”.

Embora o conteúdo teórico tenha sido de grande importância e aproveitamento para área que atuo (professora pedagoga), considerei o mesmo desfocado para o curso de infraestrutura escolar, tendo em vista que é essencial o profissional conhecer a área pedagógica, o mesmo poderia ter sido mais explorado na parte técnica. a vivencia no campo, prática ... ficou a desejar. (Respondente 16 – Infraestrutura Escolar)

Faltou o estudo sobre a atuação do técnico [...], tem muita teoria e pouca questões propriamente técnicas. (Respondente 154 – Secretaria Escolar)

Os alunos identificaram ainda “Quantidade de aulas teóricas” e “Poucas ou ausência de aulas práticas” como fatores negativos do Profuncionário: “poderia ter tido menos aulas teóricas” (Respondente 8 – Infraestrutura Escolar); “A quantidade de disciplinas teóricas foi muito grande... poderia acrescentar mais disciplinas da parte práticas/específica” (Respondente 122 – Secretaria Escolar).

Infere-se que quanto maior for a carga horária das aulas teóricas menor será a quantidade de aulas práticas, assim essas duas categorias estão associadas e demonstram-se contraditórias ao fator positivo “Relação teoria-prática”.

O que faltou e que de suma importância para formação de um profissional qualificado, foi aliar a teoria com a prática, pois vimos muita teoria e pouca prática durante o curso. (Respondente 17 – Secretaria Escolar)

Diante do exposto, pode-se concluir que, por mais que o curso tenha deficiências, para alguns egressos estas não interferem na qualidade do programa.

### c) Ensino e aprendizagem

Os dados revelaram, conforme consta na Tabela 23, que “Conhecimentos adquiridos” foi a categoria empírica que mais se destacou, sendo citada por 60 egressos distribuídos entre os quatro cursos. Essa categoria empírica está vinculada a categoria analítica “Fatores Positivos” e compreende o aprendizado do egresso, conforme relatos abaixo.

Considero que o ponto primordial foi o aprendizado adquirido durante o curso [...] (Respondente 17 – Secretaria Escolar).

Os conhecimentos adquiridos foram muitos importantes na minha vida funcional e pessoal. (Respondente 22 – Multimeios Didáticos)

O aprendizado do uso da informática que não era hábito de merendeiras escolares. (Respondente 29 – Alimentação Escolar)

Conforme citado no princípio Organização Curricular, os alunos alegaram que no início do curso tiveram dificuldades com a informática, devido à falta de costume com essa tecnologia. Pelos relatos, é possível concluir que houve melhoria no aprendizado com a informática.

Ao identificar o “Aprendizado quanto a importância da integração no ambiente escolar” como fator positivo do programa, fica notório que após a conclusão dos cursos, os egressos estão mais participativos nos processos de ensino e aprendizagem.

Ter despertado a necessidade da participação ativa dos funcionários da educação no processo educativo, atuando junto ao aluno contribuimos para uma formação mais cidadã destes alunos. (Respondente 126 – Secretaria Escolar)

O ensinamento de trabalharmos em integração com os demais funcionários da escola, inclusive com os professores. Atualmente sou técnico em Alimentação Escolar da secretaria de educação do meu município e agora sou capaz de criar projetos na área da alimentação sempre integrando as atividades das merendeiras e das cozinheiras com os demais funcionários da escola. (Respondente 26 – Alimentação Escolar)

Houve ainda um egresso que afirmou que “[...] como gestora da merenda escolar atualmente realizo atividades em parceria com a secretaria escolar e a equipe pedagógica, coisas que não fazíamos antes” (Respondente 19 – Alimentação Escolar). Infere-se por tanto que muita coisa mudou nos ambientes escolares, após o Profuncionário.

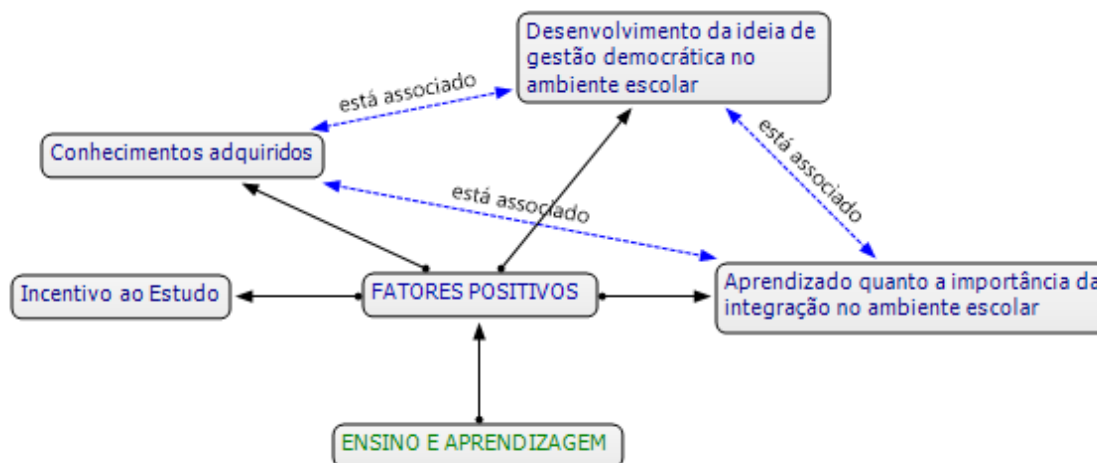
A análise dos discursos permitiu reconhecer a categoria “Desenvolvimento da ideia de gestão democrática”, onde é possível concluir que a gestão com componentes autoritários está cedendo espaço para uma gestão escolar mais democrática.

O conhecimento para o desempenho de uma gestão democrática. Como secretário escolar compreendo que para isso devo envolver os funcionários docentes e não docentes na elaboração do projeto político pedagógico, disseminando as nossas metas e facilitando alcançá-las. (Respondente 123 – Secretaria Escolar)

Os egressos ao citarem que “O profuncionário trabalha a participação coletiva onde todos são educadores proporcionando uma gestão escolar mais democrática” (Respondente 125 – Secretaria Escolar), bem como “O conhecimento adquirido, a ampliação da nossa mente para entender que a educação acontece em todos os lugares da escola, entender que as merendeiras são educadoras” (Respondente 16 – Alimentação Escolar) deixam esclarecidos que os fatores positivos “Conhecimentos Adquiridos”, “Aprendizado quanto a importância da integração no ambiente escolar” e “Desenvolvimento da ideia de gestão democrática” estão associados entre si .

Na Figura 6 tem-se a relação entre os fatores analíticos e empíricos vinculados ao princípio norteador definido pela autora como Ensino e Aprendizagem.

Figura 6 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio Ensino e aprendizagem



Fonte: Elaboração própria

\*O Mapa de categorias foi desenvolvido com auxílio do software de análise qualitativa Atlas Ti.

Considerando que o programa se refere a formação continuada e que, para tanto, não basta simplesmente ocorrer ofertas de cursos, é necessário que exista o interesse em estudar. Analisando as respostas dos egressos, é perceptível que o Profuncionário de certa forma gerou “Incentivo ao estudo”: “A capacitação pelo profuncionário nos incentiva ao estudo contínuo” (Respondente 112 – Secretaria Escolar); “Esse curso foi o incentivo inicial para que eu prosseguisse meus estudos, até então só tinha o nível médio, agora já curso faculdade” (Respondente 167 – Secretaria Escolar); “o programa nos trouxe de volta para uma sala de aula” (Respondente 41 – Alimentação Escolar).

Considerando as respostas citadas acima, percebe-se que existia uma vontade dos funcionários não docentes da educação em retomar os estudos, faltava somente oportunidade.

Por fim, percebeu-se que não foram identificados fatores negativos vinculados ao princípio “Ensino e Aprendizagem”.

#### d) Formação humana

Analisando as respostas dos egressos foi possível identificar as categorias “Formação e crescimento pessoal”, “Formação cidadã” e “Mudança dos hábitos alimentares”.

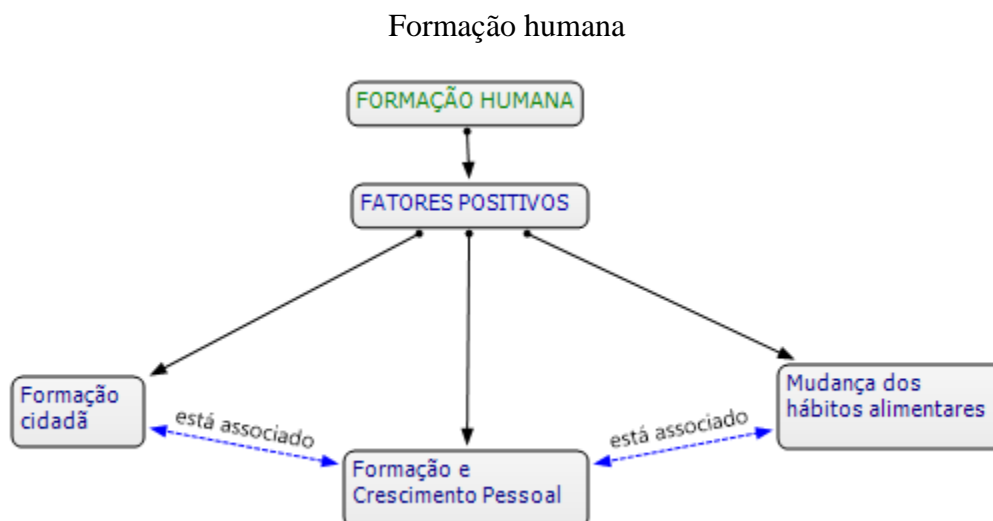
O crescimento humano que obtemos e que nos torna um melhor cidadão.  
(Respondente 149 – Secretaria Escolar)

[...] está contribuindo na minha formação como cidadã. Teve uma importância da minha formação como componente fundamental na constituição de uma sociedade, em que predomine os direitos do cidadão.  
(Respondente 9 – Multimeios Didáticos)

Os hábitos saudáveis que adquirimos para podermos providenciar refeições também mais saudáveis. (Respondente 29 – Alimentação Escolar)

Conforme demonstrado na Figura 7, a categoria “Formação e crescimento pessoal” está associada às categorias “Formação cidadã” e “Mudança dos hábitos alimentares”, visto que ambas se relacionam com a dimensão humanística, sendo todas pertencentes a categoria empírica Fatores Positivos do Profuncionário.

Figura 7 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio



Fonte: Elaboração própria

\*O Mapa de categorias foi desenvolvido com auxílio do software de análise qualitativa Atlas Ti.

Ressalta-se que esse resultado é muito significativo, pois o Profuncionário além de comprometer-se com a formação humana, “valoriza a participação efetiva do aluno no desenvolvimento das habilidades necessárias para o pleno exercício de sua profissão e de sua vida cidadã” (IFCE, 2015).



Com relação a “Mudança dos hábitos alimentares”, observa-se que este é um fator positivo apresentado somente no grupo dos egressos do curso de Alimentação Escolar: “O crescimento pessoal, pois após o curso tanto em casa quanto na escola procuro a alimentação mais saudável, o menos industrializado possível” (Respondente 20 – Alimentação Escolar).

Assim, observa-se que a competência específica para o Técnico em Alimentação Escolar, “Criar e manter hábitos saudáveis como educador da alimentação escolar e auxiliar a comunidade escolar e familiar a adquirir hábitos saudáveis” (IFCE, 2015) foi desenvolvida pelos egressos.

Ressalta-se que ao princípio norteador Formação Humana foram vinculadas somente categorias empíricas relacionadas a categoria analítica Fatores Positivos.

#### e) Equipe pedagógica

Com relação a equipe pedagógica, observa-se que dos 260 respondentes, 38 identificaram como positivo a “Qualidade da Equipe Pedagógica”, englobando questões como a boa formação do corpo docente e o comprometimento dos profissionais envolvidos.

Ao mesmo tempo em que os egressos afirmaram que a equipe pedagógica é qualificada, nas falas de outros, pertencentes aos cursos de Multimeios e Secretaria, foi possível identificar a categoria “Falta de comunicação com a equipe pedagógica” como um fator negativo do Profuncionário: “Só recebemos número de matrícula na metade do curso. Não nos informaram que teríamos acesso aos mesmo direitos que os alunos de ensino regular do IFCE, com por exemplo acesso a biblioteca” (Respondente 3 – Secretaria Escolar).

Com exceção dos egressos do curso de Alimentação, os alunos dos demais cursos consideraram como fator negativo do Profuncionário a “Falta de qualificação e compromisso de alguns tutores”: “Alguns professores inseguros” (Respondente 61 – Secretaria Escolar); “A falta de compromisso de determinados professores” (Respondente 6 – Infraestrutura Escolar); “Alguns professores que não eram acessível ao aluno” (Respondente 5 – Multimeios Didáticos).

Ainda tratando dos fatores negativos pertencentes ao princípio norteador Equipe Pedagógica, identifica-se nos relatos dos respondentes a categoria “Falta de organização da equipe pedagógica”. Na ocasião citaram “A troca de coordenadores” (Respondente 9 – Secretaria Escolar); “A dificuldade da entrega do certificado”

(Respondente 63 – Secretaria Escolar); “[...] todo início dos semestres as aulas começavam com atrasos e as vezes acumulavam as tarefas” (Respondente 17 – Alimentação Escolar).

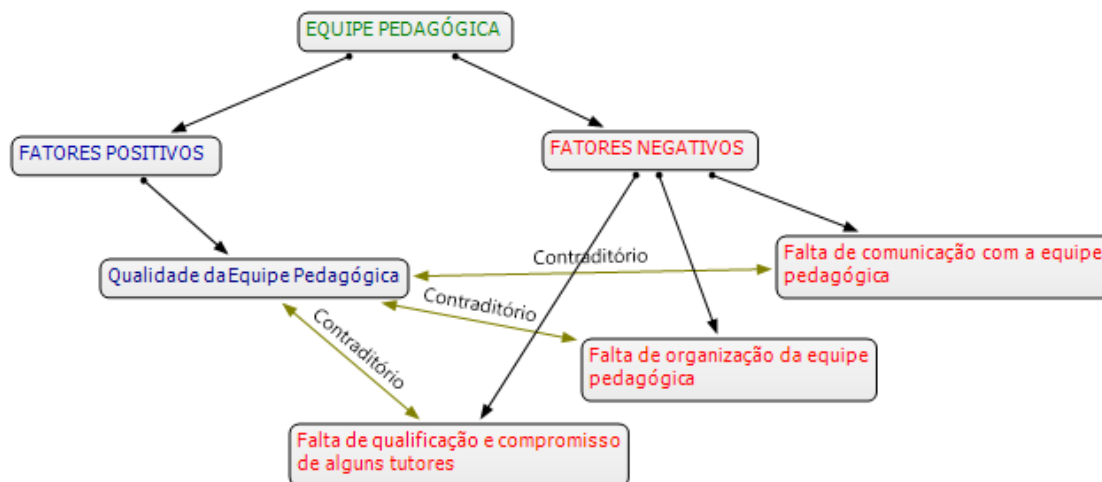
Considerando as opiniões dos egressos tem-se que os fatores negativos “Falta de comunicação com a equipe pedagógica”, “Falta de qualificação e compromisso de alguns tutores” e “Falta de organização da equipe pedagógica” se opõem ao fator positivo “Qualidade da Equipe Pedagógica”.

As orientações por parte da tutora do polo. (Respondente 7 – Multimeios Didáticos)

Senti um pouco a falta de apoio por parte dos tutores presenciais. (Respondente 86 – Secretaria Escolar)

A Figura 8 demonstra a relação existente entre as categorias analíticas e empíricas pertencentes ao princípio norteador Equipe Pedagógica.

Figura 8 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio Equipe pedagógica



Fonte: Elaboração própria.

\*O Mapa de categorias foi desenvolvido com auxílio do software de análise qualitativa Atlas Ti.

Pelas frequências apresentadas nessas categorias, pode-se entender que embora existam pontos a serem melhorados, prevalece a qualidade da equipe pedagógica.

#### f) Infraestrutura

Considerando as opiniões dos respondentes, tem-se que 34 egressos identificaram como fator negativo a “Falta de infraestrutura nos polos” onde ocorrem os encontros presenciais, incluindo aqui a ausência de laboratórios, as salas precárias e a localização dos polos.

Falta de estruturas para as aulas práticas. (Respondente 27 – Multimeios Didáticos)

A falta de laboratórios bem equipados no polo. (Respondente 34 – Alimentação Escolar)

Outro ponto negativo foi a falta de estrutura do local, onde não tinha as vezes nem data show para nossas aulas. (Respondente 130 – Secretaria Escolar)

Ressalta-se que, analisando detalhadamente as respostas dos questionários, observa-se que nenhum egresso dos polos de Fortaleza – Jangurussu e de Tauá reclamaram da infraestrutura do local. Os polos que mais apresentaram queixas quanto a infraestrutura foram Caucaia, Mauriti, Campos Sales e Fortaleza – Conjunto Ceará, respectivamente.

Alguns egressos alegaram a “Pequena quantidade de polos” ao relatarem que “Não havia turma no município onde moro tive que me deslocar para outro município” (Respondente 45 – Secretaria Escolar); “A quantidade dos polos, [...] algumas cidades ficam distantes dos polos existentes” (Respondente 32 – Alimentação Escolar).

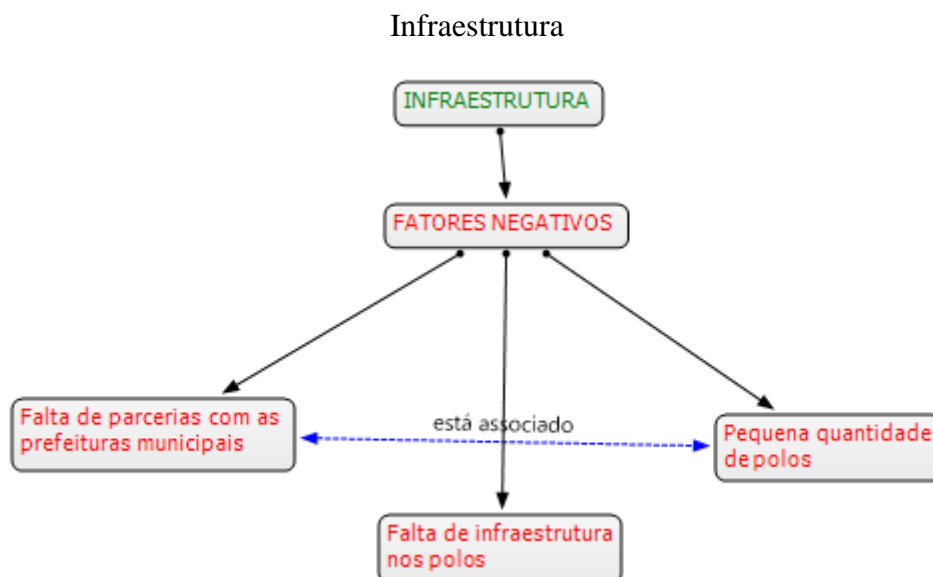
Sendo a quantidade de polos pequena, surge a necessidade de deslocamento dos alunos de cidades vizinhas, onde muitos, por não terem transporte, precisam da colaboração da prefeitura do seu município para auxiliar no deslocamento. Os egressos em suas falas identificaram como aspecto negativo do Profuncionário a “Falta de parcerias com as prefeituras” alegando que estas dificilmente disponibilizavam transportes para o deslocamento dos alunos.

A falta de transporte para deslocar alunos de outras cidades até o polo. (Respondente 14 – Multimeios)

Atentando às falas, percebe-se que o fator “Pequena quantidade de polos” está associado a “Falta de parcerias com as prefeituras”, pois, considerando que a oferta do Profuncionário ocorre em poucos polos, seria necessário um maior apoio das

prefeituras dos municípios vizinhos, auxiliando, dentre outras coisas, no transporte. As relações entre as categorias vinculadas ao princípio Infraestrutura estão demonstradas na Figura 9.

Figura 9 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio



Fonte: Elaboração própria

\*O Mapa de categorias foi desenvolvido com auxílio do software de análise qualitativa Atlas Ti.

Por fim, observa-se que não houve fator positivo vinculado a este princípio norteador.

#### g) Prática Profissional Supervisionada - PPS

No caderno de orientações gerais do Profucionário, bem como nos projetos pedagógicos dos cursos do programa ofertados pelo IFCE consta que umas das atividades de avaliação dos alunos é a Prática Profissional Supervisionada, “durante o curso, o aluno deverá desenvolver um total de quatro PPSs, uma por semestre” (IFCE, 2015).

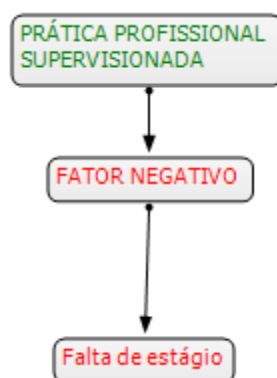
A realização da PPS pode ser feita através de três “Pratiques”, que são atividades descritas nos Cadernos das Disciplinas ou então de projetos coletivos através de temas propostos pelos tutores e alunos, sendo seu registro feito em formulário específico onde o aluno descreve os processos de Planejamento, Execução e Avaliação. Caberá ao tutor o acompanhamento do referido processo (IFCE, 2015).

Entende-se desse processo que, sendo o aluno do Profucionário um funcionário não docente vinculado a educação básica pública, as atividades sugeridas nos Pratiques, bem como nos projetos coletivos, devam ser aplicadas nas escolas onde atuam, servindo de “estágio” para os alunos.

Porém, 11 respondentes do curso de Secretaria identificaram a “Falta de estágio” como um fator negativo do Profucionário: “Não negativo, mas precisando rever a questão do estágio” (Respondente 22 – Secretaria Escolar); “não houve estagio pratico na secretária de uma escola, para que o aluno colocasse na pratica aquilo que aprendeu na teoria” (Respondente 25 – Secretaria Escolar).

As relações entre as categorias vinculadas ao princípio Infraestrutura estão demonstradas na Figura 10.

Figura 10 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio Prática Profissional Supervisionada



Fonte: Elaboração própria

\*O Mapa de categorias foi desenvolvido com auxílio do software de análise qualitativa Atlas Ti.

Relacionando o fator negativo “Falta de Estágio” com a variável quantitativa “Atividade Remunerada”, observa-se que desses 11 egressos que alegaram “Falta de estágio”, 9 estão atuando fora da área do curso técnico concluído. Pode-se inferir assim, que o ambiente de trabalho desses egressos não era favorável para a prática das atividades de PPS, surgindo, portanto, para esses alunos, a ânsia de um estágio.

Observa-se ainda que em nenhum momento os egressos exaltaram fatores positivos sobre a Prática Profissional Supervisionada.

#### h) Valorização profissional

A luta dos profissionais da educação sempre ocorreu em busca da sua valorização como profissional da educação e foi dessa luta que surgiu o Profucionário com o objetivo de proporcionar ações capazes de promover essa valorização.

Os egressos, ao identificarem a “Valorização Profissional” como fator positivo do programa, demonstram a efetiva contribuição do Profucionário na valorização desses profissionais, sendo alcançado o objetivo proposto pelo programa.

A valorização profissional, diminuindo a invisibilidade existente com relação aos trabalhadores que realizam as atividades de suporte/apoio. (Respondente 124 – Secretaria Escolar)

Esse resultado corrobora com àquele obtido na variável quantitativa “Valorização dos Egressos do Profucionário”, onde consta que 77,3% dos respondentes se sentiram valorizados.

Outro fator positivo identificado foi a “Certificação Técnica”, demonstrando a importância dada pelos egressos ao fato de estarem certificados e um certo orgulho por ser por uma instituição de ensino federal, conforme observado nos depoimentos a seguir: “positivo foi que eu recebi um certificado como técnico” (Respondente 14 – Infraestrutura Escolar); “A oportunidade de qualificação por uma instituição de ensino federal” (Respondente 155 – Secretaria Escolar);

A categoria “Formação, qualificação e crescimento profissional” citada por 57 egressos demonstra a importância do Profucionário para a capacitação dos funcionários da educação: “Considerarei positivo a oportunidade de capacitação que foi dado ao funcionário público” (Respondente 62 – Secretaria Escolar); “A qualificação e valorização profissional dos trabalhadores que realizam as atividades de suporte/apoio” (Respondente 122 – Secretaria Escolar); “Este curso proporcionou um maior empenho e dedicação. Me fez compreender a necessidade de capacitar-me tornando-me um profissional mais preparado” (Respondente 20 – Multimeios Didáticos).

Nas orientações gerais do programa tem-se que o norte para o desenvolvimento dos cursos do Profucionário é o alcance da qualidade da educação pública feita “pela valorização dos educadores profissionais, pela participação democrática dos segmentos da comunidade escolar, pela construção de novas competências dos técnicos que a serem formados” (BRASIL, 2014b, p. 39).

Analisando as respostas dos egressos observa-se que, após a conclusão dos cursos do Profucionário, é notório que houve “Melhoria na qualidade do serviço prestado” e por consequência, na educação pública, visto que os egressos na sua maioria estão vinculados a escolas municipais ou estaduais.

Um ponto bastante positivo foi que o programa trabalhou muito a integração dos funcionários “de apoio” com o projeto político pedagógico e isso faz com que se conheça os objetivos educacionais e se oferte um serviço com mais compromisso e qualidade. (Respondente 121 – Secretaria Escolar)

A qualificação profissional que recebemos, o curso desenvolve no funcionário habilidades e competências que melhoram o as suas atividades como secretário escolar. (Respondente 147 – Secretaria Escolar)

O conhecimento adquirido que nos leva a ofertar à sociedade um serviço mais qualificado. (Respondente 28 – Alimentação Escolar)

Nas falas, observa-se a associação entre a “Melhoria na qualidade do serviço prestado” e a categoria “Aprendizado quanto a importância da integração no ambiente escolar”, vinculada ao princípio Ensino e Aprendizagem.

A participação integrada de todos porque favorece a experiência do coletivo na escola e isso melhora o atendimento as pessoas a quem os serviços estão sendo prestados. (Respondente 22 – Infraestrutura Escolar)

Sou professora e não atuo mais na secretaria escolar, mas trouxe os conhecimentos adquiridos para a escola onde leciono, envolvendo os funcionários administrativos nos temas trabalhados em sala de aula. É uma experiência muito positiva. (Respondente 160 – Secretaria Escolar)

Nas questões fechadas observou-se que alguns egressos não atuam mais na área em que concluíram o curso. Porém, analisando as falas, observa-se que mesmo não atuando no ambiente ao qual se capacitou, o aprendizado que adquiriu pelo Profucionário ainda é utilizado.

O conhecimento adquirido no decorrer do curso, fez com que os funcionários desperta-se pra realidade, porque muitos de tantos ouvir que não era capaz de ir mais longe acabava estacionando, hoje a grande maioria que fez o curso, embora a maioria não estar atuado nessa aria é conhecedor dos seus direitos e deveres, e acima de tudo sabem que não foi em vão. (Respondente 82 – Secretaria Escolar)

Mesmo não atuando na área de alimentação escolar aprendi muito sobre os funcionários não docentes da escola, de modo geral. Atuo como diretora e aprendi a importância de trabalhar com as atividades integradas entre merendeiras, auxiliares de serviços gerais, servidores da secretaria, demais funcionários da escola e os professores. (Respondente 22 – Alimentação Escolar)

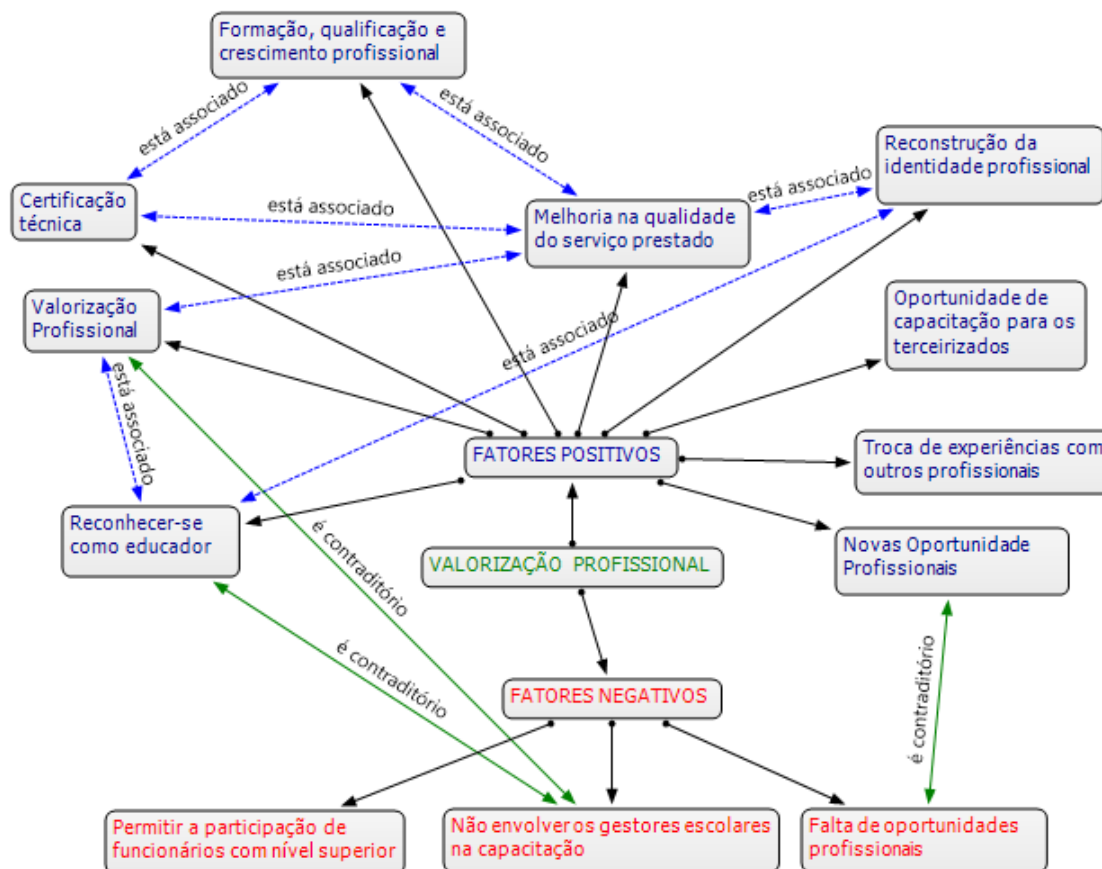
Através das respostas dos alunos, infere-se que os fatores “Certificação técnica”, “Formação, qualificação e crescimento profissional” e “Melhoria na qualidade do serviço prestado”, estão associados entre si, sendo todos vinculados a categoria analítica Fatores Positivos.

Destaco de positivo a qualificação do profissional que proporciona uma melhor qualidade no serviço que prestamos a comunidade escolar.  
(Respondente 108 – Secretaria Escolar)

O aprimoramento das técnicas aplicadas no trabalho diário. Antes eu contava somente com a minha experiência de vida e de conhecimentos que tive ao longo da atividade de merendeira. Hoje meus conhecimentos são técnicos.  
(Respondente 30 – Alimentação Escolar)

Essas e as demais relações entre os fatores negativos e positivos vinculados ao princípio Valorização Profissional estão apresentadas na Figura 11.

Figura 11 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio Valorização profissional



Fonte: Elaboração própria.

\*O Mapa de categorias foi desenvolvido com auxílio do software de análise qualitativa Atlas Ti.



Uma das pretensões do Profuncionário é “criar condições para que o estudante, funcionário da educação, desconstrua sua identidade profissional e a reconstrua como técnico em educação” (BRASIL, 2014, p. 65)

Assim, a categoria “Reconstrução da identidade profissional”, identificada pelos egressos, confirma que as pretensões do programa foram atendidas. Pelas respostas obtidas, percebe-se uma associação dessa categoria com o fator positivo “Melhoria na qualidade do serviço prestado”.

Compreender que a educação ocorre em todos os espaços escolares e não somente na sala de aula, tendo uma reconstrução da nossa identidade profissional. (Respondente 114 – Secretaria Escolar)

A mudança da imagem que temos do que é ser um funcionário das "atividades meios", a reconstrução dessa imagem eu achei bastante positiva. (Respondente 114 – Secretaria Escolar)

Ser um programa que reconstrói a identidade do funcionário conhecido como serviçal nas escolas. (Respondente 15 – Alimentação)

A oportunidade de desenvolver a identidade profissional educativa dos funcionários não docentes, melhorando a qualidade do serviço prestado no ambiente escolar. (Respondente 143 – Secretaria Escolar)

Conforme consta nos Projetos Pedagógicos dos cursos do Profuncionário ofertados pelo IFCE, a formação empreendida pelo programa objetiva que o profissional da educação “possa reconstruir sua prática com vistas a uma redescoberta da sua identidade profissional. Assim, o profissional se transforma em educador que reflete sua profissão e sabe que sua atuação não é somente técnica, mas sim, educativa e formativa” (IFCE, 2015).

Analisando as respostas, percebe-se que os egressos se tornaram “Funcionários mais conscientes do seu papel educativo” (Respondente 124 - Secretaria Escolar), sendo possível identificar, das falas, a categoria empírica “Reconhecer-se como educador”. É perceptível a relação existente entre esta categoria e a “Reconstrução da identidade profissional”.

O fator positivo “Reconhecer-se como educador”, atende ao que consta nas orientações gerais do Programa, quando afirma que as atividades propostas pelo Profuncionário resultam na

construção crítica de conhecimentos, habilidades e valores que podem contribuir para que os funcionários da educação se tornem educadores

competentes e se qualifiquem como pessoas, como cidadãos e como gestores de um determinado espaço escolar, definido em novos perfis profissionais[...] (BRASIL, 2014b, p. 70)

Esta categoria refere-se ao fato dos egressos se reconhecerem e serem reconhecidos como educadores.

[...] a valorização do funcionário diante de tantas dificuldades e indiferenças no contexto escolar, pois partindo do princípio que funcionário só serve para limpar, e a partir a formação deste curso conseguimos alcançar outro patamar e ter mais valorização quanto o ser funcionário e ao mesmo tempo educador, pois todos que fazemos parte de uma instituição escolar somos considerados educadores. (Respondente 17 - Secretaria Escolar)

A preparação para a vida profissional pois hoje sou uma merendeira melhor, sei que quando estou servindo as refeições para os alunos ali também estou educando. (Respondente 29 – Alimentação Escolar)

Conforme observado nas falas a categoria “Reconhecer-se como educador” se associa, ainda, à categoria “Valorização profissional”.

Sou professora do município e na época fiz o curso de secretaria escolar pois estava como secretária escolar da escola. Mesmo não atuando mais na área da secretaria, trouxe para a minha sala de aula o entendimento de que todos os funcionários que fazem parte da escola também participam do processo de educação. Atualmente desenvolvo projetos que envolvem as merendeiras e os auxiliares de serviços gerais nas atividades com os alunos, valorizando esses funcionários, dando a eles o devido reconhecimento como educadores. (Respondente 129 – Secretaria Escolar)

Identificou-se também o fator positivo “Novas oportunidade profissionais”, corroborando com o que defende as orientações gerais do programa quando afirma que deve valorizar os funcionários não docentes da educação “transformando-os em educadores profissionais, capazes, inclusive, de ascenderem em suas carreiras” (BRASIL, 2014b, p. 56).

O programa Profucionário trouxe a oportunidade de me qualificar para o mercado de trabalho, após o término do curso fiz a Seleção para gestores do município de Caucaia e graças ao que aprendi durante o curso, passei e estou atuando até hoje. Esse sucesso se deu também ao grupo de professores, coordenadores que eram excelentes. (Respondente 24 – Secretaria Escolar)

Abriu oportunidades profissionais (Respondente 7 – Infraestrutura)

Para mim, foi tudo perfeito me deu outras oportunidades de crescimento nessa área administrativa que gosto muito e com o curso completo estou trabalhando como secretaria numa escola do Estado, por sinal muito respeitada. Agradeço ao profucionario e o IFCE por essa oportunidade linda que me deram. (Respondente 52 – Secretaria Escolar)

Em contrapartida, os respondentes citaram a “Falta de oportunidades profissionais” como um fator negativo, conforme observa-se nos relatos.

[...] falta de oportunidade dos formados no programa para o ingresso a profissão, as instituições não abrem vagas para concursos e nem mesmo para o contrato temporário. (Respondente 67 – Secretaria Escolar)

Ainda não estou atuando como técnica de multimeios didáticos. (Respondente 170 – Multimeios Didáticos)

Na época do curso eu era merendeira contratada pela prefeitura. Hoje não sou mais. O negativo é que o governo não abre seleção para a vaga de merendeira. (Respondente 23 – Alimentação Escolar)

negativo nao existe vaga e nem cargo como tecnico de infraestrutura escolar nas escolas publicas. (Respondente 14 – Infraestrutura Escolar)

Diante do exposto, pode-se concluir que, embora exista novas oportunidades profissionais a demanda ainda é pequena considerando a quantidade de funcionários certificados aguardando vagas para ascenderem profissionalmente.

Com relação a “Oportunidade de capacitação para os terceirizados” empreende-se que a oferta do Profuncionário foi feita para todos àqueles funcionários não docentes vinculados a escolas públicas, sejam efetivos ou não: “Uma oportunidade para os terceirizados de estudar e colocar em prática” (Respondente 17 – Alimentação Escolar).

Conforme consta no Projeto Pedagógico dos cursos do Profuncionário, ofertados pelo IFCE, só poderá participar do programa “trabalhadores que exercem funções administrativas nas escolas das redes públicas estaduais e municipais da educação básica” (IFCE, 2015), englobando assim os terceirizados e contratados.

Os egressos identificaram a categoria “Troca de experiência com outros profissionais” como um fator positivo do Profuncionário.

Como o curso é para profissionais que estão desempenhando as mesmas funções em diferentes escolas o lado positivo é a troca de experiência que ocorre entre os alunos. (Respondente 24 – Alimentação Escolar)

a troca de experiências, já que o programa refere-se a capacitação em serviço, isso proporcionou trocas de experiências que enriqueceram nossa formação profissional. (Respondente 33 – Alimentação Escolar)

Como fatores negativos do programa, além da categoria “Falta de oportunidades profissionais”, os egressos citaram também “Permitir a participação de funcionários com nível superior” e “Não envolver os gestores escolares na capacitação.

Um ponto negativo foi o ingresso de pessoas que já possuíam nível superior, tirando assim a oportunidade de outras pessoas de menor nível de escolarização ingressar. (Respondente 4 – Secretaria Escolar).

Não haver eventos com os gestores escolares para que seja repassada a consciência de que nós funcionários do apoio também somos educadores. (Respondente 167 – Secretaria Escolar).

Complementando as falas ainda, um egresso defendeu que englobar os gestores escolares no programa colaboraria “com a valorização dos funcionários não docentes dentro da escola” (Respondente 40 – Alimentação Escolar).

A insatisfação dos egressos é explicada pois, ao matricular funcionários que já têm nível superior, é menos uma matrícula disponibilizada para quem não possui certificação técnica. Com relação aos gestores, percebe-se que faltou essa atuação junto à comunidade acadêmica a fim de trabalhar o reconhecimento e a valorização dos profissionais da educação.

Por fim, observa-se que o fator negativo “Não envolver os gestores escolares na capacitação” se contradiz com os fatores positivos “Valorização profissional” e Reconhecer-se como educador.

#### i) Estruturação de planos de cargos e carreiras

Pelas falas percebe-se a insatisfação dos egressos, tanto de escolas estaduais como municipais, com relação a falta de reconhecimento financeiro, bem como a não reestruturação dos planos de cargos e carreiras: “A conclusão do curso não gera progressão funcional visto que não consta nada no plano de cargos e carreiras” (Respondente 120 – Secretaria Escolar); “O programa trata da valorização do funcionário mas os governos não articularam progressões na carreira atribuindo aumentos salariais” (Respondente 129 – Secretaria Escolar).

Assim, pelas respostas, foi identificada a categoria empírica “A certificação não gerar progressão funcional nem aumento na remuneração”, vinculando-se, portanto, a categoria analítica Fatores Negativos.

O que eu questiono é a valorização dos profissionais que concluíram esse curso. Não fomos reconhecidas como os funcionários de outros estados que são remunerados por terem esse curso. O governo do estado deveria dar uma melhor remuneração para esses profissionais que adquiriram esse curso técnico. (Respondente 38 – Secretaria Escolar)

O município não realizar melhoria financeira para quem terminou o curso. (Respondente 70 – Secretaria Escolar)

Não haver aumento de salário para quem já concluiu o curso, pois o programa surgiu para capacitar e valorizar os funcionários da educação e o aumento salarial por conta do certificado seria uma forma de valorização profissional. (Respondente 19 – Alimentação Escolar)

Esse sentimento dos egressos vai de encontro ao que consta na proposta do Profucionário, visto que para Brasil (2012, p. 29) umas das ações articuladas do programa é “estruturação de planos de carreira e implementação de piso salarial”.

Observa-se que o sentimento de valorização demonstrado pelos egressos se refere a qualificação recebida e ao fato de ser reconhecido como educador, ficando claro que não ocorre valorização através de gratificações ou progressões salariais: “O objetivo do programa é valorizar os funcionários não docentes, mas nós não recebemos nenhum incentivo financeiro do governo como reconhecimento pelo nosso certificado” (Respondente 146 – Secretaria Escolar); “deveria haver um reconhecimento financeiro para os servidores públicos que agora são técnicos” (Respondente 18 – Infraestrutura Escolar).

Comparando com pesquisas semelhantes, tem-se que outros estados já realizam a progressão na carreira devido a qualificação profissional.

A implantação do Plano de Cargos e Salários dos funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná, trouxe valorização da progressão na carreira, pela qualificação profissional dos trabalhadores e pela avaliação de desempenho dentro da atividade que exerce, resultando na melhoria na qualidade da educação. (PINHEIRO, 2012, p.21)

Por fim, conforme apresentado na Figura 12, no princípio norteador identificado pela autora de Estruturação de planos de cargos e carreiras, há somente a vinculação de uma única categoria empírica, considerada fator negativo, a qual levou o título “A certificação não gerar progressão funcional nem aumento na remuneração”.

Figura 12 - Relação entre as categorias empíricas e analíticas constantes no princípio Estruturação de planos de cargos e carreiras



Fonte: Elaboração própria

\*A rede de categorias foi desenvolvida com auxílio do software de análise qualitativa Atlas Ti.

Diante de todo o exposto, encerra-se aqui as análises das categorias empíricas reconhecidas como sendo os fatores positivos ou negativos que interferem na contribuição do Profucionário para a formação e atuação profissional do técnico em educação.

Nas questões qualitativas, além de identificar os pontos positivos e negativos do Profucionário, os egressos sugeriram melhorias ao programa. As sugestões propostas foram analisadas detalhadamente e em seguida codificadas. A Tabela 25, apresenta as 17 sugestões realizadas, com seus devidos quantitativos e frequências de respostas total e por curso.

Tabela 25 - Quantidade de aparições de sugestões de melhorias totais e por curso

SUGESTÕES	AI	IE	MD	SE	TOTAL	%
Melhorar a infraestrutura dos polos	6	1	9	30	46	17,7%
Prosseguir com a capacitação continuada - Ofertar novas habilitações	8	2	4	27	41	15,8%
Melhorar as aulas práticas	10	7	8	11	36	13,8%
Atualização de conteúdo programático e da grade curricular	1	0	1	18	20	7,7%
Aumentar a quantidade de encontros presenciais	3	0	3	10	16	6,2%
Estruturação de planos de cargos e carreiras e vagas em concurso	0	6	1	8	15	5,8%
Oportunizar estágio na área de formação	0	1	0	14	15	5,8%
Aumentar a quantidade de polos	5	0	0	9	14	5,4%
Repensar a quantidade de atividades	6	0	1	6	13	5,0%
Aumentar a quantidade de vagas ofertadas	2	0	0	8	10	3,8%
Melhorar a organização da equipe pedagógica	0	2	1	5	8	3,1%
Oferecer profissionais de qualidade	0	0	3	5	8	3,1%
Melhorar o ambiente virtual de aprendizado	2	0	0	5	7	2,7%
Dedicar mais atenção ao aluno	1	2	0	3	6	2,3%
Implementação do piso salarial	0	3	0	3	6	2,3%
Criar ações para conscientizar professores e gestores escolares	3	0	0	2	5	1,9%
Realizar parcerias junto às prefeituras	0	0	1	0	1	0,4%

Fonte: Elaboração própria

Em seguida, a categoria analítica “Fatores Negativos” foram relacionadas às sugestões de melhorias relatadas pelos egressos, conforme observado na Figura 13. Foram destacados de verde as sugestões de melhorias enquanto que de vermelho, os fatores negativos.



Com relação aos encontros presenciais, as falas dos respondentes apontaram que a coordenação do Profuncionário deveria “Aumentar a quantidade de encontros presenciais”.

Ter mais aulas presenciais. O aluno que é como eu tem muita dificuldade de acompanhar somente pela internet porque não temos costume com o computador. (Respondente 22 – Alimentação Escolar)

Mais aulas presenciais e práticas, para que possamos adquirir mais conhecimentos. (Respondente 26 – Multimeios Didáticos)

Observa-se que alguns egressos entendem ser necessário uma maior frequência de aulas presenciais, devido as dificuldades enfrentadas com o uso do computador, enquanto que outros vinculam as aulas presenciais às práticas, entendendo que o aumento da carga horária presencial oportunizaria mais aulas práticas.

Tendo os egressos considerado a quantidade de polos pequena, uma das sugestões apontadas foi “Aumentar a quantidade de polos”, a fim de que os cursos pudessem ser ofertados em mais cidades, abrangendo assim uma maior quantidade de servidores capacitados e evitando o deslocamento do aluno para outras cidades.

Deveria ser ofertado em mais municípios pois as vezes é muito difícil e gera muito gasto o deslocamento que temos que fazer da nossa cidade até a cidade onde tem o polo. (Respondente 32 – Alimentação Escolar)

Aumentar a quantidade de polos para que mais servidores possam ser capacitados. (Respondente 139 – Secretaria Escolar)

Houve ainda quem sugerisse “Realizar esses cursos atendendo as demandas, onde se tem ifce” (Respondente 6 – Secretaria Escolar).

Com relação ao fato de terem sido ofertadas poucas vagas, os egressos sugeriram “Aumentar a quantidade de vagas ofertadas” e “Prosseguir com a capacitação continuada – Ofertar novas habilitações”.

Ofertar mais turmas e cursos abrangendo outras habilitação, pois quanto mais for difundido a ideia de que a educação é responsabilidade de todos os funcionários sejam eles docentes ou não, melhor será a qualidade do ensino naquele ambiente escola. (Respondente 116 – Secretaria Escolar)

Que não deixe esse projeto acabar e sim derem continuidade e oportunidade a novas turmas por todo o estado. (Respondente 127 – Secretaria Escolar)

Criar turmas para outras funções existentes nas escolas e aumentar a quantidade de turma [...]. (Respondente 15 – Alimentação Escolar)



Diante das falas, observa-se a preocupação do egresso na continuidade do programa, ofertando cursos não somente de nível médio técnico, mas também de nível superior: “A capacitação continuada deveria prosseguir com a oferta de cursos de nível superior, melhorando mais ainda a qualidade do serviço ofertado” (Respondente 121 – Secretaria Escolar); “O programa deveria ofertar também cursos tecnológicos para que a gente tivesse a oportunidade de conseguir um certificado de nível superior” (Respondente 19 – Alimentação Escolar).

Com o objetivo de amenizar a ausência do envolvimento dos gestores na capacitação, os alunos sugeriram “Criar ações para conscientizar professores e gestores escolares”, da importância da educação integrada.

Deveria ser acrescentado ao programa a realização de palestras nas unidades escolares com a intenção de repassar a toda a comunidade escolar a importância da valorização dos funcionários que fazem os serviços auxiliares enfatizando a educação integrada (Respondente 120 – Secretaria Escolar)

a equipe da coordenação do programa deveria articular seminários com os demais membros da educação (professores, diretores escolares e gestores) para repassar a conscientização da escola democrática. (Respondente 35 – Alimentação Escolar)

Analisando as falas, como por exemplo, “Criar uma equipe que auxiliasse os alunos no computador, pois muitos dos alunos nunca haviam acessado uma máquina” (Respondente 20 – Alimentação Escolar); “Tutores presenciais mais qualificados” (Respondente 131 – Secretaria Escolar) e “Contratar para as disciplinas técnicas professores que entendem sobre a rotina de um secretário escolar” (Respondente 147 – Secretaria Escolar) empreende-se que “Dedicar mais atenção ao aluno” bem como “Oferecer profissionais de qualidade” foram as sugestões apontadas com o intuito de melhorar a falta de qualificação e compromisso de alguns tutores.

Considerando as alegações quanto a falta de oportunidades profissionais e o fato do certificado não gerar nem progressão funcional nem aumento da remuneração, fez com que os egressos sugerissem a “Estruturação de Planos de cargos e carreiras e vagas em concurso”.

O governo federal deveria articular com as demais esferas uma melhoria nos planos de cargos dos funcionários não docentes. (Respondente 115 – Secretaria Escolar)

Minha resposta será direcionada ao curso que fiz (infra estrutura escolar) mas que possa ser levada aos demais, acredito que se o profuncionário trabalhar em parceria com o Estado ,Município... poderia lutar para melhorar a valorização do funcionário , onde o mesmo se esforça para se profissionalizar ,muitas vezes deixando seus afazeres ,com o objetivo de melhorar sua situação financeira , ao final de 2 anos nos deparamos que , o maior bem adquirido fui o aprendizado pessoal. (Respondente 16 – Infraestrutura Escolar)

Além dos conhecimentos adquiridos, os egressos entendem que deva existir também um reconhecimento financeiro, por parte do governo: “Que o aluno apos o termino do curso tenha reconhecimento por parte do órgão publico no qual é servidor” (Respondente 10 – Infraestrutura Escolar).

Outra sugestão foi a “Implementação do piso salarial”, onde os egressos defendem “Que ele realmente atinja os objetivos propostos. Valorização e profissionalização com remuneração digna para que os profissionais formados sintam-se profissionais da "educação" (Respondente 38 – Secretaria Escolar).

Várias foram as sugestões para “Melhorar a infraestrutura dos polos”, em suas falas além de reclamarem sobre os laboratórios de informática, o acesso precário a internet, a quantidade de computadores, a distância do polo, bem como de suas estruturas físicas, os egressos citaram sobre a necessidade de laboratórios para as aulas práticas: “Que seja feito laboratórios, onde possa ser vivenciado toda a parte prática de qualquer curso. Pois, uma teoria riquíssima, sem a prática é muito difícil o conhecimento ser construído de maneira sólida” (Respondente 29 – Multimeios Escolar).

Os egressos entenderam que faltava comunicação e organização por parte de equipe pedagógica, sendo, então, sugerido “Melhorar a organização da equipe pedagógica”. Analisando as falas, percebe-se que a maior quantidade de reclamação tratou sobre o atraso na entrega dos materiais didáticos, bem como dos certificados de conclusão de curso.

Para os respondentes, o programa deveria “Melhorar as aulas práticas”, diminuindo a quantidade de aulas teóricas, aumentando a quantidade de aulas prática e englobando uma maior quantidade de atividades técnicas, relacionadas ao dia a dia de cada habilitação específica.

Acredito que seria necessário que os alunos fossem a um laboratório para colocar a mão na massa nos conteúdos de construção civil, elétrica e hidráulica. (Respondente 4 – Infraestrutura Escolar)

É um curso muito bom, porém deveria ter mais praticas nesse curso [...] mostrando a todos o manuseio e os riscos. (Respondente 8 – Alimentação Escolar)

Mais aulas práticas. (Respondente 20 – Multimeios Didáticos)

Realizarem as oficinas para que possamos conhecer , vivenciar e confeccionar toda parte de documentação da secretaria da escola. (Respondente 85 – Secretaria Escolar)

Os egressos sugeriram também “Melhorar o ambiente virtual de aprendizagem” descomplicando o pouco o acesso a plataforma e reduzindo os momentos de inoperância do sistema.

Com relação a falta de estágio, levantada como um fator negativo do Profucionário, a sugestão foi de “Oportunizar estágio da área de formação”: No termo pedagógico, o curso está bem estruturado. “Existe apenas essa necessidade de haver uma possibilidade de estágio dentro do campo de formação” (Respondente 23 – Secretaria Escolar).

Como já citado anteriormente, considerando que os alunos do Profucionário são vinculados a escolas públicas, não deveria surgir essa necessidade de estágio, porem observa-se que, sendo grande a quantidade de funcionários que atuam fora da área do curso técnico que concluiu, justifica-se essa sugestão.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o Profucionário é um programa de política pública voltado para capacitação de funcionários não docentes vinculados a educação básica pública, tendo, portanto, uma proposta de formação em serviço, este trabalho buscou analisar, a partir da percepção dos egressos, a contribuição do programa Profucionário, ofertado pelo IFCE, para sua atuação e formação profissional.

No sentido de atender ao objetivo geral proposto, procedeu-se, inicialmente, o estudo das diretrizes do programa Profucionário, apresentado na sessão quatro, quando tratou-se da proposta político pedagógica do Profucionário e suas diretrizes, constituindo assim, o primeiro objetivo específico.

Uma das vertentes da valorização profissional defendida pelo programa é o reconhecimento dos funcionários não docentes como educadores, visto que a educação ocorre em todos os ambientes escolares. Assim, o segundo objetivo específico proposto na pesquisa verificou que 95,4% dos egressos se reconhecem como educadores. As falas obtidas demonstram que, além de se reconhecerem como educadores, aos poucos os egressos estão sendo reconhecidos como educadores pelos demais membros da comunidade escolar.

O terceiro objetivo específico buscou identificar os aspectos positivos e negativos do programa, sob a percepção dos egressos, destacando-se como fatores positivos: Conhecimentos adquiridos (23,1%); Formação, qualificação e crescimento profissional (21,9%); Qualidade da equipe pedagógica (14,6%) e Modalidade EAD/Semipresencial, enquanto que como fatores negativos destacaram-se: Poucas ou ausências de aulas práticas (16,9%); Falta de infraestrutura nos polos (13,1%) e a certificação não gerar progressão funcional nem aumento na remuneração (7,7%).

Dessa maneira, a partir da identificação dos aspectos deficientes, espera-se que tais resultados obtidos possam incentivar a implementação de ações de melhoria por parte do IFCE, assim como a continuação das ações positivas.

Com relação ao quarto objetivo específico, foram identificadas as melhorias ocorridas na vida profissional dos egressos, o qual foi constatado que o programa proporcionou o aumento de conhecimentos, melhorando o desempenho das atividades (96%), a melhoria com relação ao convívio com os colegas da própria unidade escolar (95%), bem como trouxe oportunidades novas de crescimento pessoal e profissional (82%).

A pesquisa confirmou ainda que, mesmo em quantidades menores, teve egresso que foi reconhecido no trabalho (30%), que obteve melhoria salarial (9%) e que teve melhores oportunidades de trabalho devido a capacitação (11%).

Houve melhorias também com relação as competências técnicas, visto que a pesquisa demonstrou que os técnicos em educação das quatro habilitações do Profucionário, ofertadas pelo IFCE, desenvolveram os conhecimentos, as habilidades e os saberes constantes nas orientações gerais e nos projetos políticos pedagógicos do programa sendo capazes de desempenhar as competências gerais do técnico em educação, bem como as específicas relativas a cada curso.

Ainda sobre as melhorias ocorridas, os egressos reconhecem que estão sendo valorizados profissionalmente (77,3%), à medida que estão reconstruindo sua nova identidade funcional (4,2%) através do aprendizado quanto a importância da integração no ambiente escolar (9,2%). Os dados da pesquisa confirmam ainda que houve melhoria na qualidade do serviço prestado pelos profissionais habilitados (4,2%).

Com os dados obtidos, foi possível averiguar que a maioria dos egressos se encontra satisfeita com a capacitação proporcionada pelo Profucionário, desde sua metodologia até a reconhecimento adquirido como educador, sendo essa satisfação refletida na sua atuação no ambiente escolar, à medida que proporciona melhoria na qualidade da educação oferecida nas escolas de educação básica públicas.

Os dados coletados permitiram investigar se o programa Profucionário, como política pública, está desenvolvendo ações articuladas com o objetivo de proporcionar o reconhecimento das novas identidades funcionais; a oferta de escolarização, formação inicial e continuada, bem como a estruturação de planos de carreira e implementação de piso salarial.

Na ocasião, observou-se que o programa oferta escolarização e que as atividades implementadas propiciam o reconhecimento das novas identidades funcionais, porém, no estado Ceará, pelo menos nos municípios pesquisados, observa-se que as ações para estruturar os planos de carreiras e o piso salarial ainda não foram desenvolvidas.

Diante todo o exposto observa-se que o objetivo central dessa pesquisa, que diz respeito a análise das contribuições do Profucionário para o desenvolvimento e exercício profissional dos técnicos em educação, foi atingido à medida que foram realizados os demais objetivos específicos. Pelos dados conclui-se que são muitas as contribuições do Profucionário para os funcionários da educação, englobando desde a familiaridade dos funcionários com a tecnologia, o desenvolvimento das competências técnicas gerais e específicas, como também aspectos da formação pedagógica, enfatizando a melhoria no

convívio escolar, a valorização e o reconhecimento profissional, a reconstrução da identidade do técnico em educação e a integração ocasionada no ambiente escolar.

Com essa pesquisa ficou demonstrada a importância do acompanhamento do aluno egresso do Profucionário, visto que estes podem ser utilizados como fonte de informação que geram dados que possibilitam a melhoria contínua do Programa, a análise de suas diretrizes e a avaliação da formação discente recebida, confirmando ou não a eficácia da política pública. Assim, como produto da pesquisa, o questionário aplicado será repassado ao IFCE, como sugestão de formulário a ser utilizado junto aos egressos, para acompanhamento constante desse segmento.

Para trabalhos futuros, sugere-se replicar esta pesquisa para egressos do Profucionário em outros estados, bem como a realização de pesquisas com os alunos evadidos do programa e com os gestores escolares de escolas que tiveram funcionários habilitados pelo Profucionário, a fim de confrontar os dados. Sugere-se ainda estudos com os egressos do programa abordando o grau de influência e as correlações entre os fatores pesquisados, bem como que englobando os fatores custo e orçamento.

## REFERÊNCIAS

ABED, Censo EAD.BR: **Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2015**. Curitiba: InterSaber, 2016.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. **Formando professores para atuar em ambientes virtuais de aprendizagem**. In: ALMEIDA, Fernando José (Coord). Projeto Nave: educação a distância: formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem. São Paulo: [s.n], 2001. v. 1, p. 20-40.

**Anuário Brasileiro da Educação Básica**. Todos pela educação. São Paulo, Ed. Moderna, 2016. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1545/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2016/>. Acesso em: 14 set. 2016.

AURELIO, Renato P.; VIEIRA, Marcelo M. **Formação Continuada na Modalidade EAD Através do Profuncionário: um olhar a partir de um campus do IFES**. In: Simpósio Internacional de Educação a Distância. Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância. UFSC. São Paulo, SP: 2016.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. 3ª reimpressão. Belo Horizonte, MG: Edições UFMG, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 6. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELTRÃO, Rinaldo C. H. **Funcionários de Escolas: Cidadãos, Educadores, Profissionais e Gestores**. Pernambuco, 2014.

BESSA, Dante Diniz. **Profuncionário: Curso de Formação para os Funcionários da Educação**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 5, p. 485-487, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: 1988. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011**. Institui a Rede e-Tec Brasil. Brasília/DF: 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 01 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.014, de 06 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Brasília/DF: 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília/DF: 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF: 2014a.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 25, de 31 de maio de 2007.** Institui o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - PRO-FUNCIONÁRIO, e dá outras providências. Brasília/DF: 2007.

\_\_\_\_\_. **Portaria MEC nº 1.547, de 24 de outubro de 2011.** Altera dispositivos da Portaria nº 25, de 31 de maio de 2007. Brasília/DF:2011.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Orientações Gerais.** 4. ed. atualizada e revisada – Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2014b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Funcionários de escolas:** cidadãos, educadores, profissionais e gestores/ João Antônio Cabral de Monlevade – 4ª ed. atualizada e revisada – Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Rede e-Tec Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB n. 01/2005.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n. 5.154/2004. Brasília/DF: 2005.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

\_\_\_\_\_. **Metodologia científica.** 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 05/2005, de 22 de novembro de 2005.** Inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 8/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar. Brasília/DF: 2005.

FONSECA, Jairo S.; MARTINS, Gilberto A. **Curso de Estatística.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos.** Tradução Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Lorí Viali. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IFCE, **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Secretaria Escolar na Modalidade a Distância** - Eixo Tecnológico: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL - PROGRAMA PROFUNCIONÁRIO. Quixadá/CE: 2015a.



IFCE, **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentação Escolar na Modalidade a Distância** - Eixo Tecnológico: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL - PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO. Quixadá/CE: 2015b.

IFCE, **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar na Modalidade a Distância** - Eixo Tecnológico: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL - PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO. Quixadá/CE: 2015c.

IFCE, **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Múltiplos Didáticos na Modalidade a Distância** - Eixo Tecnológico: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL - PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO. Quixadá/CE: 2015d.

INEP. **Censo Escolar 2014**. Disponível em: < educacenso.inep.gov.br>. Acesso em: 02 nov 2016.

KRAMER, Érika A. et. al. **Educação a Distância: da teoria à prática**. Porto Alegre: Alternativa. 1999.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANFREDI, **Sílvia Maria**. **Educação profissional no Brasil**. Piauí: Cortez, 2002.

MEC. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Técnica e Tecnológica (MEC/SETEC). Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação / Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Elaboração. In: Navarro, et al. – Secretaria de Educação Básica. Brasília: 2006.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Caderno de Saúde Pública. V. 9 n. 3. Rio de Janeiro. 1993.

Ministério da Educação e Saúde. Obras complementares de Rui Barbosa. **Reforma do ensino primário**. Vol. X; tomo IV. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional. 1947.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Curso superior de tecnologia em processos escolares. Projeto de curso para concluintes dos cursos técnicos do programa pró-funcciónário e para a demanda social (minuta)**. Curitiba: IFPR, 2013.

\_\_\_\_\_. **Movimento Sindical dos (as) trabalhadores (as) em Educação** / João Antônio Cabral de Monlevade. -- 3ª ed. 1ª reimp. -- Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.

\_\_\_\_\_. **Identidade, carreira e jornada dos profissionais da educação**. Cadernos da Educação, Brasília, n. 26, p. 79-97, jul./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **História e construção da identidade: compromissos e expectativas. Retratos da Escola**, Brasília/DF, n. 5, p. 339-352, jul./dez. 2009.

MORAES, José Valdivino de. **A carreira e a gestão da escola** Valorização e democracia. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 5, p. 399-412, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 18nov. 2016.

NORONHA, Maria Izabel Azevedo. **Diretrizes nacionais de carreira e PSPN** Novos marcos aos profissionais da educação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 18, p. 57-73, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

OLIVEIRA, Antonio B.S. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PACHECO, Eliezer Moreira; CALDAS, Luiz; SOBRINHO, Moisés Domingos. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: limites e possibilidades**. In: PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter. Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania. Porto Alegre: Tekne Editora, 2012.

QUEIROZ, Tania L. de A.; CAVALCANTE, Patrícia S. **As contribuições do Software Atlas Ti para a análise de relatos de experiência escritos**. In: Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 10, 2011, Curitiba. Anais. Curitiba: PUCPR, 2011. Disponível: <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5664\\_4029.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5664_4029.pdf)>. Acesso: 25 Jan 2017.

RUSSO, Miguel Henrique. **Trabalho e administração da escola: desenvolvimento e apropriação do sentido que assumem no processo de produção pedagógica**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 27, n. 3, mar. 2012. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/26416>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RIOS, T. A. Terezinha Azerêdo Rios: lugar de múltiplos saberes. Planeta Sustentável. Gestão escolar. 07/2012. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/educacao/terezinha-azeredo-rios-lugar-multiplos-saberes-696954.shtml>>. Acesso em 27 nov. 2016.

SANTOS, Sylvana K. S. L.; MARQUES, Cláudia L. **Letramento digital e a Educação de adultos: A experiência do Profuncionário no IFB**. In: SILVA, Cláudio N. N.; MACHADO, Veruska R.; CAMARGOS, Lidiane Szerwinsk (Org.). Educação a distância: reflexões acerca de um modelo em expansão. Brasília: Editora IFB, 2014. Disponível em: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/article/view/215>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

SILVA, Maria Abádia da. **Educadores e Educandos: Tempos Históricos**. 4. ed. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso/Rede Etec-Brasil, 2012.

VARGAS, S. **O Programa Profuncionário e a Valorização e Profissionalização dos/as Servidores/as Não Docentes da Educação Básica**. 2015. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Educação. Goiás. 2015.

VIRAGO, Carine Ferreira M.; COSTA, Carla C. **A Importância dos Funcionários no Processo Educativo nas Escolas.** In: XV CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR. Anais do 15º Congresso Internacional de Educação Popular. Santa Maria, RS: 2015. Disponível em: <<http://sistemas.iffarroupilha.edu.br/anais-mobrec-2015/pages/trabalhos/trabalhos/Carine%20Ferreira%20Machado%20Virago.pdf>>. Acessado em: 21 nov. 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## APÊNDICE A

### QUESTIONÁRIO PARA OS EGRESSOS DO PROFUNSIONÁRIO DO IFCE

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO

Convidamos você a participar da pesquisa “ESTUDO DOS EGRESSOS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE À DISTÂNCIA – PROFUNSIONARIO, NO ESTADO DO CEARÁ”. Estamos solicitando sua participação porque o objetivo geral dessa pesquisa é analisar, a partir da percepção dos egressos, a contribuição do programa Profucionário, ofertado pelo IFCE, para sua formação e atuação profissional, tendo em vista as propostas das diretrizes do referido programa. O questionário on line faz parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida pela mestrand Jordana Torres Costa, sob a orientação da Profa. Dra. Sueli Maria de Araújo Cavalcante no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará. Sua colaboração respondendo este questionário é de fundamental importância para a conclusão da pesquisa. Declaramos para os devidos fins que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, mas a identidade dos entrevistados será preservada. Todas as informações aqui fornecidas serão utilizadas para uso exclusivo em pesquisa.

- ( ) Dou ciência e consentimento.  
( ) Não dou ciência nem consentimento.

#### A. O EGRESSO E SEU AMBIENTE ESCOLAR

1. A escola onde você trabalha é:
  - ( ) Pública municipal
  - ( ) Pública estadual
  - ( ) Particular
  - ( ) Não trabalho em escola
  
2. Está exercendo atividade profissional remunerada atualmente?
  - ( ) Sim, na área do curso técnico que você concluiu.
  - ( ) Sim, fora da área do curso técnico que você concluiu.
  - ( ) Não estou exercendo atividade remunerada.
  
3. Qual o principal motivo para não estar exercendo atividade remunerada na área de atuação do curso técnico que você concluiu?
  - ( ) Falta de oportunidades na escola onde trabalho.
  - ( ) Melhor oportunidade em outra área.
  - ( ) Não me sinto preparado para exercer as atividades relacionadas ao curso técnico que concluiu pelo Profucionário.
  - ( ) Motivos particulares.
  
4. Após sua formação pelo Profucionário, você acha que houve melhorias em relação ao convívio com seus colegas dentro da sua Unidade Escolar?
  - ( ) Sim.
  - ( ) Não.

5. Você se sentiu valorizado após a conclusão do curso?  
 Sim.  
 Não.
6. O que mudou em sua vida depois que você concluiu o curso técnico pelo Profucionário?  
 (pode ser marcada mais de uma opção)  
 Aumentei meus conhecimentos, adquiri mais informações, me sinto mais preparado para desempenhar minhas atividades.  
 Melhorei minha satisfação pessoal.  
 Tive reconhecimento no trabalho.  
 Tive melhoria financeira no meu salário.  
 Surgiram novas oportunidades de trabalho.  
 Não mudou nada.

### **B. O EGRESSO E SUA PERCEPÇÃO SOBRE O PROFUNCIÓNÁRIO**

7. Sobre a experiência como aluno do Profucionário, qual é a avaliação que você faz em relação ao curso:  
 Atendeu às minhas expectativas, possibilitando uma formação profissional de qualidade.  
 Atendeu parcialmente minhas expectativas, necessitando de algumas pequenas mudanças.  
 Não atendeu às minhas expectativas, pois esperava mais do curso.  
 Poderia ser reestruturado no sentido de preparar melhor para atuação profissional na unidade escolar.
8. Como você avalia a formação que obteve no Profucionário?  
 Excelente  
 Boa  
 Regular  
 Ruim
9. Usando a escala abaixo, como você avalia o Profucionário:  
 Foi excelente, trouxe oportunidades novas de crescimento pessoal e profissional.  
 Foi bom profissionalmente, mas pessoalmente não acrescentou muito.  
 Foi bom pessoalmente, mas profissionalmente não acrescentou muito.  
 Foi uma experiência que não trouxe crescimento profissional nem pessoal.
10. O Profucionário atendeu às suas expectativas quanto a:

a) Metodologia utilizada	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Em parte <input type="checkbox"/> Não
b) Atividades teóricas	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Em parte <input type="checkbox"/> Não
c) Atividades práticas	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Em parte <input type="checkbox"/> Não
d) Laboratórios e oficinas	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Em parte <input type="checkbox"/> Não
e) Preparação dos Professores	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Em parte <input type="checkbox"/> Não
f) Avaliações	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Em parte <input type="checkbox"/> Não
g) Cumprimento dos objetivos	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Em parte <input type="checkbox"/> Não
h) Crescimento profissional	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Em parte <input type="checkbox"/> Não
i) Crescimento humano	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Em parte <input type="checkbox"/> Não

11. O que você considerou positivo no programa Profucionário ofertado pelo IFCE?

---



---



---

12. O que você considerou negativo no programa Profucionário ofertado pelo IFCE?

---



---



---

13. Que sugestões de melhorias você faz para o Profucionário?

---



---

14. Após a conclusão do curso, você considera que os funcionários não docentes são educadores?

( ) Sim.

( ) Não.

### C. O EGRESSO E AS DIRETRIZES CURRICULARES DO PROGRAMA

15. Considerando as diretrizes do Programa Profucionário, responda as perguntas abaixo:

a) Você se acha capaz de identificar as diversas funções educativas presentes na escola?	( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes
b) Você acha que as ações que você desempenha colaboram para a construção da identidade profissional dos funcionários da educação?	( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes
c) Você coopera na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica na escola onde trabalha?	( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes
d) Você articula com os docentes, direção, coordenadores, estudantes e/ou pais projetos educativos que assegurem a boa qualidade da educação na escola?	( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes
e) Você dialoga ou interage com os conselhos escolares?	( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes
f) Você coleta, organiza e analisa dados referentes à secretaria escolar, alimentação escolar, multimeios didáticos e infraestrutura escolar?	( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes
g) Você desenvolve na escola atividades que valorizam a educação?	( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes
h) Você se acha capaz de descrever o papel do técnico em educação na educação pública brasileira?	( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes
i) Na sua percepção, você participa como cidadão, técnico e educador na sua escola?	( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

j) Você compreende que deve atuar como educador em todos os espaços escolares?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes
k) Você representa o segmento dos funcionários da educação nos conselhos escolares?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes
l) Você compreende a inclusão social como direito de todos e função da escola?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes
m) Você se acha capaz de diagnosticar os problemas educacionais do município, da comunidade e da escola, em especial quanto aos aspectos da gestão dos espaços educativos específicos de seu exercício profissional?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes
n) Você sabe manusear aparelhos e equipamentos de tecnologia, colocando-se a serviço do ensino e das aprendizagens educativas?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes
o) No desempenho das suas funções, você reflete sobre o valor educativo delas no contexto escolar?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes
p) Você se acha capaz de transformar o saber fazer da vivência em prática educativa para a construção de relações sociais mais humanizadas?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes

#### **D. O EGRESSO E SUA ATIVIDADE PROFISSIONAL SECRETARIA ESCOLAR**

16. Após a conclusão do curso técnico em Secretaria Escolar você se acha capaz de:

- Ler, compreender e produzir escritas de documentos oficiais.
- Desenvolver suas atividades profissionais prezando sempre pela ética e pela transparência.
- Compreender e analisar a legislação educacional (Constituição, LDB, PNE), bem como as normas dos Conselhos de Educação.
- Realizar mediações entre as normas dos conselhos de educação e o regimento escolar.
- Diferenciar uma gestão escolar com componentes autoritários de uma gestão escolar com componentes democráticos.
- Conhecer os fundamentos da contabilidade pública.
- Conhecer os fundamentos da administração de materiais.
- Conhecer os fundamentos de estatística.
- Analisar criticamente a avaliação institucional e os processos de avaliação dos estudantes.
- Compreender do que trata a gestão administrativa e a gestão financeira escolar.

#### **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

16. Após a conclusão do curso técnico em Alimentação Escolar você se acha capaz de:

- Planejar e preparar cardápios escolares de alto valor nutritivo e baixo custo.
- Conhecer na teoria e na prática os valores nutricionais dos alimentos.
- Conhecer várias opções de receitas compatíveis com as refeições escolares.

- Incluir frutas e vegetais disponíveis de acordo com as estações do ano nas refeições escolares.
- Conhecer os fundamentos e as práticas da educação alimentar nas diferentes fases da vida humana.
- Diagnosticar na escola casos de subnutrição e de obesidade.
- Proporcionar um projeto de reeducação alimentar.
- Desenvolver técnicas de relações humanas com crianças, adolescentes e adultos, criando meios que contribuam para a formação de hábitos saudáveis.
- Desenvolver censo crítico quanto ao superfaturamento ou desvio da merenda escolar.
- Conhecer os princípios e as técnicas de higiene e segurança do trabalho referente a área de atuação.
- Desenvolver práticas de conservação e armazenamento de alimentos, incluindo o correto manejo do lixo.

### **INFRAESTRUTURA ESCOLAR**

16. Após a conclusão do curso técnico em Alimentação Escolar você se acha capaz de:
- Identificar as carências de espaços físicos e quando estes estão sendo utilizados fora da sua finalidade.
  - Gerenciar os serviços de higiene e limpeza da escola.
  - Compreender questões de segurança das escolas.
  - Utilizar os principais equipamentos elétricos e eletrônicos disponíveis na escola.
  - Executar reparos que estão ao seu alcance nos equipamentos elétricos e eletrônicos disponíveis na escola.
  - Conhecer tarefas de manutenção predial, tipo: impermeabilização, conservação de cobertas, pisos e pinturas.
  - Realizar técnicas simples de construção em madeira, metal ou alvenaria.
  - Ler e interpretar os projetos físicos dos prédios.
  - Entender os procedimentos de manutenção de redes elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário.
  - Identificar problemas e executar reparos nas redes elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário, considerando os recursos da escola.
  - Dialogar com os profissionais da área de arquitetura e de engenharia civil.

### **MULTIMEIOS DIDÁTICOS**

16. Após a conclusão do curso Técnico em Multimeios Didáticos você se acha capaz de:
- Dominar a informática, através do uso de computador no processo de ensino aprendizagem.
  - Utilizar a internet como fonte de pesquisa.
  - Relatar a história e a produção cultural do município, integrando a escola com a comunidade.
  - Produzir mídia impressa, tipo jornais da própria escola.
  - Compreender a mídia educativa e sua relação na produção de livros, de programas de rádios e de televisão e ainda de vídeos educativos.
  - Gerenciar a biblioteca e a videoteca escolares, supervisionados por profissionais de biblioteconomia.
  - Conhecer as questões básicas referente ao livro quanto a catalogação, classificação, produção e edição.
  - Compreender a captação de livros didáticos, literários e científicos, relacionados ao currículo da educação básica.



- Realizar a gestão dos espaços físicos da escola (auditório, salas de vídeo, salas de dança).
- Manusear os equipamentos e materiais disponíveis na unidade escolar.

### **E. PERFIL DO EGRESSO**

17. Gênero:

- Feminino
- Masculino

18. Idade:

- 18 a 30 anos.
- 31 a 40 anos.
- 41 a 50 anos.
- 50 a 60 anos.
- acima de 60 anos.

19. Polo E-Tec em que cursou o Profucionário:

\_\_\_\_\_

20. Ano em que concluiu o curso:

\_\_\_\_\_

21. Antes de cursar o Profucionário, você estava a quanto tempo sem estudar?

- Menos de 02 anos.
- (...) Entre 02 e 05 anos.
- (...) Há mais de 05 anos.

22. Você tem a intenção de dar continuidade a seus estudos?

- Sim.
- Não.

## APÊNDICE B

### RESULTADOS SOBRE AS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS DOS EGRESSOS

Quadro com a apresentação dos resultados obtidos nas questões pesquisadas sobre o egresso e as competências gerais do técnico em educação, definidas no programa Profucionário.

I t e m	Alimentação Escolar (n=41)						Infraestrutura Escolar (n=22)						Multimeios Didáticos (n=30)						Secretaria Escolar (n=167)						TOTAL (n=260)					
	SIM		NÃO		EM PARTE		SIM		NÃO		EM PARTE		SIM		NÃO		EM PARTE		SIM		NÃO		EM PARTE		SIM		NÃO		EM PARTE	
	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)	f	(%)
a)	32	78%	1	2%	8	20%	17	77%	0	0%	5	23%	28	93%	0	0%	2	7%	162	97%	0	0%	5	3%	239	92%	1	0%	20	8%
b)	35	85%	1	2%	5	12%	21	95%	0	0%	1	5%	28	93%	2	7%	0	0%	163	98%	1	1%	3	2%	247	95%	4	2%	9	3%
c)	27	66%	6	15%	8	20%	8	36%	7	32%	7	32%	22	73%	4	13%	4	13%	118	71%	15	9%	34	20%	175	68%	32	12%	53	20%
d)	21	51%	6	15%	14	34%	12	55%	4	18%	6	27%	22	73%	3	10%	5	17%	102	61%	24	14%	41	25%	157	60%	37	14%	66	25%
e)	22	54%	5	12%	14	34%	8	36%	7	32%	7	32%	23	77%	5	17%	2	7%	115	69%	18	11%	34	20%	168	65%	35	13%	57	22%
f)	29	71%	5	12%	7	17%	6	27%	11	50%	5	23%	22	73%	4	13%	4	13%	141	84%	15	9%	11	7%	179	69%	41	16%	40	15%
g)	31	76%	1	2%	9	22%	14	64%	2	9%	6	27%	27	90%	2	7%	1	3%	147	88%	5	3%	15	9%	219	84%	10	4%	31	12%
h)	29	71%	5	12%	7	17%	17	77%	3	14%	2	9%	21	70%	2	7%	7	23%	153	92%	6	4%	8	5%	220	85%	16	6%	24	9%
i)	38	93%	3	7%	0	0%	21	95%	0	0%	1	5%	25	83%	1	3%	4	13%	151	90%	5	3%	11	7%	235	90%	9	3%	16	6%
j)	40	98%	0	0%	1	2%	22	100%	0	0%	0	0%	30	100%	0	0%	0	0%	161	96%	3	2%	3	2%	253	97%	3	1%	4	2%
k)	23	56%	7	17%	11	27%	6	27%	12	55%	4	18%	16	53%	9	30%	5	17%	118	71%	31	19%	18	11%	163	63%	59	23%	38	15%
l)	40	98%	0	0%	1	2%	22	100%	0	0%	0	0%	29	97%	1	3%	0	0%	163	98%	1	1%	3	2%	254	98%	2	1%	4	2%
m)	21	51%	11	27%	9	22%	15	68%	3	14%	4	18%	18	60%	3	10%	9	30%	124	74%	13	8%	30	18%	178	68%	30	12%	52	20%
n)	26	63%	2	5%	13	32%	18	82%	0	0%	4	18%	25	83%	0	0%	5	17%	148	89%	5	3%	14	8%	217	83%	7	3%	36	14%
o)	33	80%	1	2%	7	17%	18	82%	1	5%	3	14%	29	97%	0	0%	1	3%	159	95%	2	1%	6	4%	239	92%	4	2%	17	7%
p)	33	80%	0	0%	8	20%	20	91%	0	0%	2	9%	25	83%	1	3%	4	13%	147	88%	3	2%	17	10%	225	87%	4	2%	31	12%

Fonte: Elaboração própria